

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 10 de Março de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1056 • Director: Carlos Brito



Carlos Carvalhas
no 73.º aniversário do PCP

NÃO DAMOS TRANQUILIDADE AO PSD

Entre as numerosas iniciativas que comemoraram o 73.º aniversário do PCP, destaque para o grande comício-festa em Lisboa

Págs. 5, 20, 21 e 22

Comunistas da Europa em Lisboa Colóquio Internacional

Págs. 15 e 23

A convite do PCP, realizou-se nos dias 4 e 5 de Março, em Lisboa, um Colóquio Internacional sobre «A situação económica, social e política na Europa Comunitária — a resposta dos trabalhadores para uma alternativa de progresso social». Participaram representantes do PSD da Alemanha, do PC de Espanha, do PC francês, do PC da Grécia, do Partido da Refundação Comunista, de Itália, e do PCP.



Reportagem

por Henrique Custódio Centrais

Aljustrel é uma mina

A vingança do capitalismo

• Artigo de
Octávio Teixeira Pág. 18

Costa Freire: um silêncio que vale ouro

• Artigo de
João Amaral Pág. 25

Comício

73.º Aniversário do PCP
20 anos do 25 de Abril

Porto
13 de Março '94
15 horas
Mercado
Ferreira Borges
com
Álvaro Cunhal



Várias iniciativas por todo o País assinalam o 73.º aniversário do PCP (foto do comício no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa)

RESUMO

2 Quarta-feira

O Conselho Nacional da CGTP anuncia a realização de «uma acção sindical de dimensão nacional» para o dia 29 de Março ■ O professor Rui Alarcão é reeleito para o seu quarto mandato como Reitor da Universidade de Coimbra ■ A Suécia, a Finlândia e a Áustria terminam, em Bruxelas, o seu processo de negociações visando a futura integração na União Europeia ■ Rodeado de cepticismo, é firmado em Washington, entre croatas e muçulmanos, um novo acordo para a criação de uma federação binacional na Bósnia-Herzegovina ■ É registado em Joanesburgo o Luso-South African Party, formado a partir de elementos influentes da comunidade portuguesa, com o objectivo de concorrer às próximas eleições naquele país.

3 Quinta-feira

É ouvido, a seu pedido, pela respectiva Comissão Parlamentar, o ex-Secretário de Estado da Saúde Costa Freire ■ O socialista Sottomayor Cardia anuncia a comunicação social, nas escadarias da Assembleia da República, a sua intenção de se candidatar às eleições para a Presidência da República ■ O bispo de Setúbal manifesta discordâncias quanto às declarações do ministro Dias Loureiro, num debate da SIC, sobre a alegada impossibilidade de o país acolher novos imigrantes ■ É noticiada a disponibilidade do primeiro-ministro israelita de fazer entrar para o Governo representantes do partido Tsomet, da extrema-direita.

4 Sexta-feira

Com a participação de milhares de pessoas realiza-se, no Pavilhão Carlos Lopes, o comício comemorativo do 73.º aniversário do PCP ■ São inauguradas, na cidade do Porto, as comemorações do ano henriquino, em celebração do 6.º aniversário do nascimento do Infante D. Henrique ■ As estruturas dirigentes da CGTP e da UGT, após uma reunião realizada na sede da última, decidem convocar uma semana de luta, entre 21 e 25 de Março, contra a política laboral do Governo ■ O Sitava, estrutura sindical que representa o pessoal de terra da TAP, convoca para segunda-feira, 7, uma greve ■ Entretanto, uma lista unitária vence, por maioria absoluta, as eleições para a Comissão de Trabalhadores daquela empresa ■ Em conferência de imprensa, a Associação Nacional de Estudantes de Medicina contesta a Reforma do Ensino Médico, em particular no que se refere à extinção do internato geral ■ O primeiro-ministro de Cabo Verde, Carlos Veiga, apresenta ao Presidente Mascarenhas Monteiro o seu novo Governo.

5 Sábado

O ciclo de comemorações do 20.º aniversário da Revolução de Abril começa no Forum Picoas, de Lisboa, numa iniciativa da Associação 25 de Abril ■ Os sete timorenses a quem foi recusado asilo político pelas embaixadas da Suécia e da Finlândia, em

Jakarta, iniciam uma greve da fome individual de sete dias frente às instalações da representação da ONU em Portugal ■ Tem início, no Instituto Alemão de Lisboa, um debate subordinado ao tema «Imigração, racismo e extrema-direita na Europa» ■ Pela primeira vez desde a ocupação de Jerusalém, durante a guerra de 1967, o governo israelita proíbe o acesso ao chamado Muro das Lamentações.

6 Domingo

Num colóquio promovido pela Associação de Oficiais das Forças Armadas, a política do Governo quanto à Defesa e as Forças Armadas é alvo da crítica de alguns oradores ■ Os funcionários judiciais realizam uma greve ao turno de domingo, que afecta o funcionamento de muitos tribunais, e convocam para segunda-feira uma greve de zelo em defesa do horário de trabalho ■ Termina na Biblioteca Nacional, em Lisboa, um seminário promovido pelo Conselho Nacional de Bioética, que anuncia a elaboração de um parecer sobre a liberalização das drogas ■ É aprovada pela Comissão dos Direitos Humanos da ONU uma declaração de consenso sobre Timor-Leste ■ Morre em Nova Iorque, vítima de cancro, Melina Mercuri, ministra grega da Cultura e antiga actriz do teatro e do cinema ■ Numa iniciativa tendente a facilitar a participação das forças políticas que desejem candidatar-se às próximas eleições, o presidente do ANC, Nelson Mandela, defende uma nova prorrogação do prazo de inscrição.

7 Segunda-feira

A greve dos funcionários judiciais em defesa do horário de trabalho atinge um nível de adesão, a nível nacional, de 90 por cento ■ O Provedor de Justiça rejeita os argumentos do Ministro da Saúde para não adoptar as recomendações da Provedoria sobre as indemnizações às vítimas de transfusões de sangue contaminado com o vírus da SIDA ■ A Indonésia declara aceitar a visita ao território de Timor-Leste dos grupos de trabalho da Comissão dos Direitos Humanos da ONU ■ São divulgados os resultados de um referendo sobre a integração da Moldavia na Roménia, realizado no Domingo, em que cerca de 90 por cento dos eleitores se pronunciaram pela manutenção de um Estado independente.

8 Terça-feira

Cavaco Silva reúne de surpresa a Comissão Permanente do PSD para anunciar que o 1.º candidato do partido ao Parlamento Europeu era Eurico de Melo; o anúncio foi feito após a «desobediência» da Distrital de Lisboa de não querer reconduzir António Capucho neste lugar ■ A adesão da Noruega à Comunidade fica suspensa, após falhar o acordo que os representantes dos 12 e deste país procuravam ao jantar; em causa está a intransigência da Noruega em não abrir as suas águas aos pescadores da Comunidade ■ O exército israelita reconhece o seu «falhanço» na missão de proteger os fiéis na mesquita de Hebron, onde um colono judeu matou dezenas de palestinianos.

EDITORIAL

Diversões e grandes questões

Como em todas as situações sociais conflituosas, atravessamos um período fértil em jogadas de diversão ou em que a isso são reduzidas iniciativas políticas que não revestiam esse carácter.

Certa comunicação social, sempre ávida de factos políticos, reais ou artificiais, contribui consideravelmente para este clima diversionista, mas o seu grande inspirador e aproveitador é o poder do PSD.

Para este, é essencial que não se fale em desemprego, em subida de preços, em baixos salários e pensões e que se esqueçam as falências, a queda da produção industrial ou o agravamento do défice comercial.

Para o Governo de Cavaco Silva, era um sonho que as populações lhe agradecessem, se possível em procissão, o "maná" dos fundos comunitários. Para isso tem trabalhado a propaganda governamental. Mas os portugueses, ingratos, olham os novos milhões apregoados com muito mais desconfiança do que esperança, pois têm presente a situação em que se encontra o país e a forma como foram malbaratadas as anteriores remessas.

Então, pensa o Governo, se não falam dos fundos que não se fale noutras desgraças; fale-se por exemplo, nas presidenciais, já que começam a surgir as primeiras movimentações políticas, que as tomam como pretexto.

O que é espantoso é como certa comunicação social morde esta isca e pretende erigir as presidenciais, que só terão lugar daqui a dois anos, no grande tema político do momento, como se o país não estivesse mergulhado numa profunda crise económico-social, não estivesse na ordem do dia a exigência de uma nova política formulada pelo PCP, como se não fossem realizar-se dentro de três meses eleições para o Parlamento Europeu e no próximo ano eleições para a Assembleia da República.

O grande júri da TSF, na sua tripla expressão, desempenhou este simplório papel ao entrevistar o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, no passado fim-de-semana. Nem a circunstância dos 73 anos da fundação do PCP que incitavam ao conhecimento das posições e das propostas comunistas para os grandes problemas do país conseguiu impedir que os três jornalistas de serviço caíssem na obediência ao clima em voga fazendo das presidenciais o tema central das suas perguntas, revelando uma confrangedora falta de preparação e de imaginação e impedindo o aprofundamento de outras questões.

É claro que a resposta que obtiveram é que é prematura qualquer abordagem dos candidatos presidenciais e no momento as grandes prioridades são a luta popular e democrática contra a política do Governo e a preparação das eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República.

O PS não foge também à tentação das manobras de diversão para encobrir as muitas coisas que não lhe correm bem.

São patentes as suas dificuldades internas especialmente em relação à elaboração da lista de candidatos ao Parlamento Europeu, designadamente, em relação ao cabeça de lista. A receita de Guterres de ampliar a composição dos organismos para contemplar todas as tendências e sensibilidades,

Certa comunicação social, sempre ávida de factos políticos, reais ou artificiais, contribui consideravelmente para este clima diversionista, mas o seu grande inspirador e aproveitador é o poder do PSD.

mas prevalecendo-se sempre de uma maioria que lhe é favorável, aqui não dá. A lista só tem 25 e o cabeça de lista é só um.

E quem é o um que todos os outros aceitem?

Um passo precipitado neste terreno pode atirar por terra o labor concertativo que o Secretário-Geral tem desenvolvido como quem faz croché. É caso para dizer que assim é que se vê a fragilidade do PS.

Complicadas as coisas na frente "europeia", importa, então, deve pensar a direcção do PS, fazer muito barulho com qualquer outra coisa, com os "estados gerais" por exemplo, um recurso permanente para a propaganda e até para fazer concorrência ao "Congresso: Portugal que futuro?", como se tem visto.

Aí aparecem as parangonas do "Público": "PS quer mil a convocar os "estados gerais", mas logo jogando à defesa, "não quer dizer que o PS prepara uma lista espectacular".

Mas convocar quem e convocar para quê? É ainda o "Público", sempre prestimoso em matéria de propaganda do PS, que esclarece: os "que queiram contribuir para a formulação de solu-

ções fundamentais e responsáveis de verdadeira alternativa."

Há que dizer então, se é assim a tal convocatória, trata-se de um rematado logro.

Pois não é a próxima Convenção do PS, bastante anterior aos tais "estados gerais", que vai definir a linha do PS, para a chamada "nova maioria" e na base da moção de estratégia já tornada pública pelo Secretário-Geral?

O que resta aos reclamados "estados gerais", a formulação de algumas políticas sectoriais?

Como podem as políticas sectoriais ser alternativas se a linha essencial da moção de estratégia é em relação às grandes questões da integração europeia, à política externa, à política económica e a muitos aspectos da política social tão parecida com as políticas e as orientações seguidas pelo Governo do PSD?

Abordando as questões da alternativa, Carlos Carvalhas salientou, no comício do Pavilhão dos Desportos, comemorativo do 73.º aniversário do PCP: "a alternativa, para o ser de facto, não necessita apenas de uma maioria de deputados, que possa dar suporte institucional a um governo. Para o ser, precisa de concretizar uma nova política".

É por isso que aqueles que acreditarem na proposta da "maioria do PS sozinho" são duplamente enganados. Pois, quanto à maioria dos deputados, as três experiências em que foi tentada, por Almeida Santos, Vítor Constâncio e Jorge Sampaio, falam por si e quanto à nova política alternativa já vimos que não existe.

Importa, no entanto, advertir que qualquer apoio a tal estratégia não significa apenas o fracasso que um pouco de bom senso permite prever. Significa a perda de oportunidades e que se dificultam os trabalhos e os esforços no caminho da verdadeira alternativa que exige a convergência das forças democráticas.

Os comunistas, como têm salientado e estão a afirmar exuberantemente por todo o país nas comemorações do 73 anos do PCP, não ficam à espera do PS ou suspensos das suas respostas, mas lançam-se ao trabalho para reforçar o seu Partido, incentivar a luta popular, preparar uma boa campanha e um bom resultado da CDU nas próximas eleições europeias.

Esta é a forma mais consistente de lutar por uma nova política e por uma alternativa democrática. Nesta luta, há lugar para todos que verdadeiramente as desejam.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 795 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linbó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA
50 números: 13 300\$00

EUROPA
50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU
50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Os fabulosos gestores laranja

O escândalo Totta-Banesto projectou alguma luz sobre uma figura discreta mas muito poderosa do mundo dourado dos gestores laranja.

Trata-se de Alípio Dias, deputado do PSD desde a 2ª legislatura da Assembleia da República. Foi, também, Secretário de Estado das Finanças no Governo de Sá Carneiro e Secretário de Estado do Orçamento nos dois Governos de Pinto Balsemão e no Governo PS-PSD, chefiado por Mário Soares. Passou depois a Vice-Governador do Banco de Portugal disparendo para uma vertiginosa carreira financeira.

Apelidado de "a vera-efígie do agiota", quando era Secretário de Estado, demonstrou ser muito mais do que isso, revelando, especialmente, ao longo da privatização do Totta uma versatilidade raramente vista mesmo

num mundo de prodígios como é o dos negócios. Jogador de dois tabuleiros, conseguiu, enquanto gestor público, fazer o jogo do capital privado, e mais tarde, enquanto gestor do capital nacional, fazer o jogo do capital estrangeiro. As cartas de conforto que ele próprio dirigiu a responsáveis de instituições financeiras que financiaram a Lusitana de Investimentos em

cerca de 7 milhões de contos para a compra de acções do Totta, desempenharam um papel decisivo na concretização do controlo deste importante banco português pelo Banesto espanhol.

Pasma-se com a qualidade, a diversidade e a quantidade dos cargos e lugares que este sacrificadíssimo gestor laranja desempenha actualmente, segundo a própria ficha informativa da principal instituição que comanda.

Veja-se: Presidente do Conselho de Administração do Banco Totta e Açores; Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do Crédito Predial Português; membro do Conselho de Administração dos Valores Ibéricos; Vice-Presidente do Conselho Geral do Banco Comercial de Macau; Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Bancos; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Tottaurbe e da Tottagespar; membro do Conselho Consultivo do Banco de Portugal; membro do Conselho Consultivo da Associação Industrial Portuense;

membro do Conselho Consultivo da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais.

A ficha não refere, claro, mas a imprensa assegura que, além de tudo isto, também tem assento no Comité Estratégico do Banesto.

Quanto representará em soma de remunerações esta tão impressionante lista de cargos e ocupações? Aqui está uma declaração do IRS que o país gostaria de conhecer!

Mas Alípio Dias não é, no entanto, um fenómeno entre ex-governantes e outras figuras gradadas do PSD. Abundam no partido do Governo outros fabulosos gestores com outras fabulosas remunerações.

Fala-se, justamente, do entrelaçamento entre o partido (PSD) e o Estado. Não é menor o entrelaçamento entre o partido (PSD) e o grande capital.

A situação é tal que o difícil não é saber quais são os dirigentes do PSD que estão envolvidos no mundo dos negócios, mas se há alguns que o não estejam. Os próprios ministros já têm lugares reservados ou já prometidos nas grandes empresas públicas ou privadas, como se tem visto.

Já se diz que os cargos dirigentes do PSD vão passar a ter cotação na bolsa!

Como é que não há-de haver corrupção?!

■ Carlos Brito



Apelidavam-no de "a vera-efígie do agiota"...

Deixem-me entrevistar PP

Sim, eu quero entrevistar Paulo Portas, já! No «Independente». E sobre as questões da Europa, da soberania, do federalismo, etc. e tal.

As razões para esta pretensão são sólidas e evidentes: ele, segundo se diz, é a cabeça pensante do cabeça de lista do CDS ao Parlamento Europeu; e eu até já escrevi um artigo a dar umas pauladas nos argumentos e sofismas a que aquelas duas cabeças recorrem.

Mais do que uma entrevista, quero um duelo com um grande tiroteio e, sobretudo, com um desfecho ferreamente garantido. Para isso, tenho um plano de operações minucioso e infalível.

Vou bombardeá-lo com a série interminável de crimes, rios de sangue, dramas e tragédias da história do capitalismo que nunca condenou e muitas vezes já desculpou e absolveu. Vou atirar-lhe à cara com a hipocrisia de falar em defesa da soberania nacional e nunca ter erguido a voz contra uma só que fosse das dezenas de intervenções militares norte-americanas contra países soberanos. Vou confrontá-lo com o novel «direito de ingerência» proclamado no âmbito da «nova ordem mundial» regida pelos EUA. Vou chamá-lo à pedra por andar a defender o papel e prerrogativas dos parlamentos nacionais na construção europeia e, no entanto, não ter protestado contra as canhonadas do Sr. Ieltsin contra o Parlamento Russo. Vou-me armar em mentecapto e em ignorante de história e de ciência política e vou-lhe perguntar como é que pode escrever tanto contra o federalismo e não defender a imediata desagregação das experiências federalistas nos EUA, no Brasil, no Canadá, na Suíça, na Alemanha e por aí fora.

Mas, sobretudo, vou deixá-lo falar livremente para o gravador mas depois decido eu, democraticamente, a pequena parte das suas afirmações que será publicada e a grande parte que vai para o lixo. Ou seja, vou estropiar-lhe os argumentos, censurar-lhe os raciocínios, resumir e compor as suas respostas e até pôr algumas num contexto de alhos quando foram feitas num contexto de bogalhos.

Não pode haver duelo mais leal: eu garanto a publicação de todas as minhas perguntas - agressões - provocações e decido também o que pode ser conhecido das respostas dele. Mais coisa menos coisa, prevejo que, no fim, 45% do texto da entrevista seja constituído pelas minhas perguntas e afirmações, o que é recorde nacional absoluto em entrevistas políticas.

Além disso, estou a pensar chamar-lhe Paulo Postigos na capa da revista e, para não influenciar os leitores, tenciono escrever logo na entrada da entrevista que «Paulo Portas seria um político fulgurante se pudesse reinventar a história do capitalismo e da direita». E hei-de arranjar maneira de a entrevista terminar, não com uma frase dele, mas como uma minha, o que é justo porque, em boa verdade, trata-se sim de uma entrevista a mim próprio.

Perguntam-me aqui ao lado onde é que aprendi tanto veneno, tanta desonestidade intelectual e tanta pulhice política. Está-se mesmo a ver: foi na «entrevista» feita por PP (Paulo Portas ou Partido Popular) a Luís Sá na última edição do «Independente».

■ Vítor Dias

Receita para privatizar um hospital

Em primeiro lugar, arranje-se um hospital de boa qualidade.

Não havendo nenhum disponível e à dimensão comece-se por aí.

Encomende-se à Direcção Geral das Construções Hospitalares um estudo para uma unidade moderna, bem equipada, com localização e valências que respeitem a carta hospitalar. Se abranger Amadora e Sintra, dois concelhos populosos da Área Metropolitana de Lisboa, ótimo.

Depois o andamento é o normal. Entregue-se a elaboração dos planos e projectos a técnicos de nomeada. Abram-se concursos.

E orçamente-se e obtenha-se financiamento "esticando" o PID-DAC por vários anos, como mandam as regras do Governo. Assim: 20 mil contos no Orçamento de

1988, 250 mil em 89, 800 mil em 90, 1 milhão e cem mil em 91, 3 milhões e oitocentos mil em 92, 5 milhões cento e quarenta e cinco mil em 1993 e para este ano arranjam-se mais três milhões e duzentos mil. Até 1995, no total, cerca de 16 milhões de contos.

Acompanhe-se a execução atentamente.

A comunicação social deve constituir uma preocupação constante. Menos de seis "coberturas" é desaproveitamento. É contar: Ministro da Saúde a anunciar o estudo e depois a decisão da obra, duas; Primeiro Ministro, duas também, em campanhas eleitorais, a primeira de visita ao terreno das "futuras instalações", a segunda durante a construção.

Novamente o Ministro da Saúde quando a obra parecer adiantada. E, por último, mesmo que nem tudo esteja pronto a entrar em funções, preveja-se a inauguração do hospital com a pompa que o caso justifica.

É chegada a altura do Ministro da Saúde afirmar que o Serviço Nacional de Saúde "não pode ser uma estrutura tentacular que absorve tudo e todos, senão vai esmagar o sector privado, o que é pouco útil" (sic).

Não se integre, por isso, o Hospital da Amadora/Sintra no Serviço Nacional de Saúde.

Numa saudável demonstração de agilidade governativa, comece o Ministro a receber os grupos financeiros interessados na priva-

tização do hospital. Comece pela CROSS, que apresenta no cartão de visita um recomendável "testa de ferro" com provas dadas na privatização espanhola do Totta e uma insinuante ex-gestora pública e ex-Secretária de Estado.

Assegure o Ministro da Saúde, aos futuros gestores privados, a entrega do Hospital Amadora/Sintra "vazio". Mas aceite que possa ser transferido pessoal competente dos hospitais públicos, que ficará em regime de "licença prolongada" enquanto os gestores privados assim o entenderem.

Terminados os preparativos, privatizar sem demora.

Serve-se Mendo.

■ Edgar Correia

MÉXICO

Chiapas e as eleições

O início das negociações em Chiapas, seus desenvolvimentos e acordos já alcançados, suscitam a nossa reflexão sobre o enquadramento económico, social e político em que ocorreu a revolta encabeçada pelo EZLN.

No México, estão presentes as conhecidas devastações da política neoliberal: 30% de desempregados, descida para metade dos salários reais desde 1982, 40 milhões de mexicanos a viver abaixo do nível da pobreza. Educação, saúde, habitação são sacrificadas a um crescimento económico baseado na concentração da riqueza e da especulação. Acentuam-se as desigualdades entre regiões. E, no sul, mais miserável que todas, está Chiapas, onde a sobrevivência se baseia na agricultura. Sobreexploração feudal, discriminação racial recaem sobre milhões de camponeses que são expulsos das suas terras (25 mil nos últimos anos).

A "reforma agrária" de Salinas, com a destruição de formas tradicionais de propriedade, permite todos os abusos aos neolatifundistas, e recoloca a posse da terra no centro da luta dos camponeses e indígenas. O aparecimento do nome de Zapata deve-se à associação das lutas actuais ao conteúdo essencial da revolução mexicana, pelo direito à terra, pela reforma agrária.

Não é só no campo que a exploração cresce e as desigualdades aumentam. As privatizações, a liquidação de serviços públicos, a abertura das fronteiras a produtos estrangeiros são algumas das receitas do FMI que o presidente Salinas, "eleito" na base de uma descarada burla eleitoral, leva a efeito. As principais medidas que tomou - reforma eleitoral e concentração de poderes no executivo - visam garantir a permanência do seu partido - o PRI - no poder, configurando-se assim como autêntico partido/Estado.

O Partido da Revolução Democrática, principal força da oposição, procura a convergência de diferentes organizações para a batalha da democracia. Ao apoiar, com manifestações e marchas, as negociações de Chiapas, pretende dar a esta luta uma dimensão política nacional.

É neste contexto que se vão realizar as eleições presidenciais. Os direitos dos índios, que o levantamento armado do EZLN trouxe para um lugar cimeiro, convertem-se num ponto de referência fundamental da campanha eleitoral. O governo do PRI, responsável pela violenta repressão militar, procura demagogicamente aproveitar a pacificação para iludir o carácter da sua política antipopular e de sujeição ao imperialismo norte-americano.

Para outros partidos da oposição, e independentemente de avaliações diferentes sobre a origem dos acontecimentos de Chiapas, a situação tem permitido o reforço das lutas antigovernamentais, perspectivando-se, caso seja garantida a democraticidade das eleições, o afastamento do PRI do poder. Nesse sentido, a possível eleição de C. Cardenas suscita grandes esperanças entre o povo mexicano.

Não será porém um caminho fácil. A revolta de Chiapas mostra como são enormes os problemas a resolver. Profundas transformações democráticas, económicas e sociais são necessárias. Para além das eleições, e qualquer que seja o seu resultado, a luta popular prosseguirá.

M.B.

Mais 50 *Avantes* até ao final de Março é o objectivo da campanha recentemente lançada pela Célula do PCP da Câmara Municipal de Loures, que pretende igualmente angariar mais 15 assinantes do nosso jornal.

Em conversa com o camarada **Vitor Martelo**, soubemos que a iniciativa está a decorrer com sucesso, cumprindo-se em menos de uma semana praticamente metade da meta estabelecida. Para tal muito contribuiu o «comunicado e o cartaz dirigidos aos trabalhadores do município que explicam a importância de ler e comprar o órgão central do Partido», disse aquele responsável comunista.

Antes da promoção, a célula que conta com perto de três centenas e meia de militantes, já vendia semanalmente 175 exemplares do «Avante!» e se forem atingidos os actuais objectivos, a Célula da CM de Loures já disse que não vai parar e tentará subir a fasquia para 300 leitores, numa próxima campanha.

«**Prematura**» é como o PCP considera «qualquer abordagem concreta da questão de candidaturas na área democrática, tendo em conta a prioridade que concede à resistência e à luta popular e democrática contra a política do Governo, às eleições para o Parlamento Europeu e às eleições legislativas», afirma uma nota do Gabinete de Imprensa, esclarecendo que o PCP «nunca emitiu qualquer comentário ou apreciação sobre qualquer eventual candidato à Presidência da República».

A nota adianta ainda que «a definição de uma candidatura que, na base de um consenso das forças e sectores democráticos, possa assegurar a vitória sobre um candidato da direita, previsivelmente só poderá ser feita com acerto e segurança tendo em conta o quadro político e a correlação de forças que resultarem do desfecho das próximas batalhas sociais e políticas».

Uma tijela de sopa é tudo o que pode comer na maioria dos dias porque os tratamentos e os medicamentos que precisa absorvem os cerca de 20 contos que recebe mensalmente de reforma. O testemunho é verídico e foi feito há dias por uma idosa no decorrer de um debate da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP sobre reformados, pensionistas e idosos.

A iniciativa realizou-se no Edifício Arrábida e contou com oito dezenas de participantes, tendo contado com a presença de Jaime Félix, membro do Comité Central.

Este dirigente sublinhou que «quem suporta a Segurança Social são os trabalhadores através dos descontos mensais», acusando o Estado de não estar a cumprir com as suas obrigações para com a Segurança Social, uma vez que só entre 1990 e 1994, e apenas no que se refere a obrigações fundamentais, o Governo não transferiu cerca de 800 milhões de contos». Outro número adiantado foi referente à dívida do patronato à Segurança Social, estimada em cerca de 250 milhões de contos.

Melhorar a formação ideológica dos militantes foi o objectivo de um curso promovido, no último fim-de-semana, pela Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP.

A acção foi ministrada pelos camaradas Blanqui Teixeira e Piedade Morgadinho, juntamente com Leonel Nunes e Rui Nepomuceno. No final do curso, em que participaram 25 militantes, realizou-se um jantar-convívio, cuja ementa foi macarrão à madeirense.

Os lucros na EPAL deverão ascender a 2,5 milhões de contos em 1993, o que corresponde a uma aumento de 40 por cento em relação a 1992. Contudo, o conselho de administração, seguindo à letra a política salarial do Governo, começou tarde o processo negocial apresentando uma proposta de actualização salarial de apenas dois por cento.

O desfasamento entre a boa situação económica e financeira da empresa, cujos trabalhadores atingiram níveis de produtividade nunca antes conseguidos, e a miserável proposta de aumentos salarial levou à Célula do PCP a protestar e reivindicar uma «justa revalorização dos salários e regalias social dos trabalhadores da EPAL».

Os comunistas expressam ainda o seu «mais vivo repúdio pelo objectivos da política de direita do governo para o sector da água e defende que o abastecimento de água às populações deve continuar a ser integralmente assegurado pelo sector público.



73º aniversário Por todo o País

Numerosas iniciativas já realizadas ou anunciadas para os próximos dias pelas organizações do Partido estão a assinalar por todo o País o 73º aniversário do PCP.

No distrito de Évora, durante o fim-de-semana passado, decorreram iniciativas em **Montemor, Vendas Novas, Mora, Arraiolos, Estremoz e Borba**, que juntaram um total superior a mil pessoas. Nas diversas ocasiões, usaram da palavra dirigentes do Partido abordando a situação política, social e económica, bem como as suas consequências para as populações do distrito.

No concelho da Moita, teve lugar, no sábado, em **Sarilhos Pequenos**, uma festa no centro de trabalho local. A iniciativa contou com a animação de um grupo musical constituído por jovens da freguesia e atraiu gente de todas as idades que encheu o recinto.

Entre o palco e o bufete, havia espaço para um «pé de dança». Doces caseiros ou petiscos mais salgados oferecidos para a festa faziam o gosto dos menos dançarinos.

O povo simples e pacato de Sarilhos Pequenos fez desta festa de ambiente acolhedor, uma ocasião para assinalar o

aniversário do Partido, onde a palavra de ordem era a camaradagem.

No concelho de **Mora**, na localidade de **Praia**, mais de 70 pessoas participaram num almoço-convívio que contou com a presença de **António Gervásio**.

Este dirigente comunista salientou que o PCP festeja os seus 73 anos de vida e luta sob o lema «Nova política para uma vida melhor». Considerando que se coloca ao todo o povo português a tarefa prioritária de «afastar o cavaquismo do poder», António Gervásio afirmou que «está na hora de fazer tudo para convergir a luta de todas as forças progressistas de Portugal para um objectivo central - afastar a direita do poder e encontrar uma alternativa democrática».

Por outro lado, referiu «sem o PCP não há alternativa democrática» pelo que destacou: «importa compreender que, quanto mais forte for o PCP nas empresas nos campos, nas escolas, no poder local, na AR e PE, quanto mais for a influência do PCP entre os trabalhadores, nos

sindicatos, na juventude mais rapidamente amadurecem as condições para afastar o cavaquismo e criar uma alternativa com vista à formação de um governo democrático, com uma nova política ao serviço do povo de Portugal».

Em **Peniche**, cerca de 50 pessoas participaram numa iniciativa realizada, domingo, no centro de trabalho local, e que contou com a presença de **Jaime Serra**.

Este dirigente considerou como algo de «duplamente emocionante» o facto de comemorar os 73 anos do PCP em Peniche, «onde se situa a fortaleza que é simultaneamente um símbolo de opressão e de liberdade».

Como referiu, «ao longo de dezenas de anos aquela fortaleza foi um símbolo da repressão fascista, tendo por ali passado milhares de comunistas, de anarquistas, republicanos e outros democratas, mas principalmente comunistas».

«Por outro lado, ela é também, simultaneamente, um símbolo de luta pela liberdade pois sem o sacrifício e a luta abnegada desses milhares de lutadores antifascistas não estaríamos

aqui a comemorar livremente o aniversário do partido».

Em **S. João da Madeira**, tiveram lugar uma sessão-debate, na Biblioteca Municipal, e à noite um jantar-convívio que reuniu cem camaradas e amigos do PCP, daquele concelho e de **Oliveira de Azeméis**, com a participação de **Dias Lourenço**.

Também em **Espinho** num jantar-convívio em que participou o mesmo camarada, estiveram cerca de 70 pessoas.

Outras iniciativas decorreram noutros pontos do País (tal como anunciámos na agenda política do número anterior), nomeadamente almoços e jantares comemorativos, no **Seixal**, com a presença de **Carlos Carvalhas** em que estiveram mil pessoas, na **Marinha Grande**, com a presença de **Luís Sá**, que reuniu 300 pessoas; em **Santarém**, com **Vitor Dias**, em que participaram mais de três centenas de pessoas; em **Leiria**, com **Carlos Brito**, com a participação de 90 pessoas; nas **Caldas da Rainha**, com **Carlos Gonçalves**, juntando 90 pessoas; em **Alpiarça**, com **Jerónimo de Sousa**, que reuniu dezenas de pessoas; e em **Alcobaça**, com **Joaquim Gomes**, igualmente com dezenas de participantes.

8 de Março

Situação da mulher exige Observatório Europeu

O eurodeputado comunista **Sérgio Ribeiro** apresentou uma proposta de resolução ao Parlamento Europeu, onde pede a criação de um Observatório Europeu, para recolher informações sobre a situação das mulheres em áreas como a educação, emprego e exclusão social.

O documento apresentado por ocasião do Dia Internacional da Mulher, assinalado na passada terça-feira, refere que se mantêm numerosas discriminações de carácter económico, social e político em relação à mulher, especificando que pertencem ao sexo feminino 55 por cento dos desempregados de longa duração, 90 por cento das famílias monoparentais e 80 por cento dos idosos que dependem da assistência social.

Por outro lado, a resolução constata que a maioria das pessoas com empregos com baixa remuneração é constituída por mulheres, que recebem em média 70 por cento dos salários dos homens e sentem dificuldades acrescidas no acesso à formação profissional.

A discriminação das mulheres é ainda visível na sua fraca represen-

tação nos órgãos de decisão ao nível das instâncias políticas, nacionais, regionais e locais, bem como em sectores como as finanças, a justiça, os *media*, os organismos científicos, as organizações sindicais e os órgãos consultivos.

Para contrariar esta situação, o texto considera primordial a adopção de directivas nomeadamente sobre o trabalho atípico e o princípio da igualdade de trata-

mento entre homens e mulheres nos regimes de segurança social.

A resolução pede à Comissão, ao Conselho e aos Estados Membros que adoptem medidas concretas favoráveis à redução dos horários de trabalho, ao reforço dos programas específicos de formação profissional, ao desenvolvimento de formas de acolhimento de crianças, à reinserção profissional das mulheres que tratam os

seus filhos ou familiares, à políticas de segurança social ou fiscal que tenham em conta os encargos familiares, com vista a conciliar responsabilidades familiares e profissionais.

Por fim, é pedido que a Comissão apresente anualmente um relatório, por ocasião do 8 de Março, sobre a evolução da situação das mulheres na União Europeia.

Panasqueira Comissão aguarda

Afinal, a Comissão da Comunidade Europeia «não possui quaisquer outras informações das autoridades portuguesas relativas ao futuro das Minas da Panasqueira, mas pressupõe que as negociações ainda não estão por concluir», afirmou recentemente Bruce Millan em resposta a uma pergunta do deputado comunista **Sérgio Ribeiro**.

Esta resposta demonstra, segundo a Comissão Concelhia do PCP da Covilhã, «a enorme responsabilidade do Governo português no encerramento das Minas e a ausência de projectos alternativos que a CE pôs à disposição para impedir o desastre económico e social para esta região deprimida do interior».

Os comunistas da Covilhã sublinham, por outro lado, que «é chocante que no dia em que

o Comissário Bruce Millan escrevia ao deputado **Sérgio Ribeiro**, a Administração Regional de Saúde estivesse a regatear a presença de um médico para manter o Hospital a funcionar e que a Administração das Minas da Panasqueira tenha aumentado o preço das humildes habitações dos mineiros».

A Comissão Concelhia considera ainda que «o Governo deve retirar a concessão da exploração mineira à Beralt TIN; assumir as suas responsabilidades na manutenção, reabilitação e reabertura das Minas; estabelecer com os trabalhadores um programa de protecção social alargada; e que a Câmara Municipal da Covilhã deve adoptar medidas que dêem resposta aos problemas fundamentais de abastecimento público».

Os 73 anos do PCP nos 20 anos da revolução

Com comemorações ainda a decorrer por todo o País, o 73º aniversário do PCP foi celebrado, na passada sexta-feira, em Lisboa, com uma grande festa que encheu completamente o Pavilhão dos Desportos.

Nada faltou nesta grande iniciativa produzida com o rigor dos grandes espectáculos para uma assistência entusiástica. Passava pouco das nove da noite quando a Banda da Arrentela arrancou com a «Internacional» galvanizando o público que continuava a entrar no recinto agitando bandeiras do Partido. Seguiram-se o «Hino do MFA», a «Grândola» e os primeiros acordes do «Avante, Camarada» foram o sinal para que dezenas de jovens invadissem o pavilhão ocupando o espaço defronte ao palco.

As luzes apagam-se e a sala explode em aplausos e gritos de pé-cê-pê, mal Fernando Lopes-Graça pisa o palco amparado por dois elementos do coro que, apesar da sua idade avançada, não abdicou de dirigir do princípio ao fim.

O coro começa com a «Grândola», com arranjos do Maestro, para a «Jornada», com palavras de José Gomes Ferreira, Canto de Paz, de Carlos de Oliveira, e canto livre de Soares dos Passos, um escritor do século passado, «progressista», como Lopes-Graça fez questão em salientar, terminando com o «Acordai», também um poema de José Gomes Ferreira.

Entretanto, nos video walls, aparecia a imagem de José Carlos Ary dos Santos, cuja voz foi possível lembrar através de uma gravação do poema «Tomar Partido». Pelos ecrãs passaram os momentos mais significativos do 25 de Abril de 74: a chegada de Álvaro Cunhal ao aeroporto, o 1º de Maio, a libertação dos presos, entre outros. O programa audiovisual deu, a seguir, lugar à excelente voz de Luísa Basto que foi aplaudida calorosamente pelo público.

73 anos a lutar

Camãradas dos executivos das direcções regionais de Lisboa e Setúbal, camaradas da Direcção Nacional da JCP, Octávio Pato, do Secretariado do Comité Central, Domingos Abrantes, Francisco Lopes, José

Casanova e Manuel Sobral, da Comissão Política do Comité Central, Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional, e Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, constituíram a mesa do Comício que deu primeiro a palavra a Ricardo Oliveira, dirigente nacional da JCP.

Apresentando a mesa e os oradores, Manuel Sobral não deixou de saudar os camaradas estrangeiros presentes que se deslocaram ao nosso país para participar no colóquio internacional promovido pelo PCP e subordinado ao tema «A situação económica social e política na Europa Comunitária e a resposta dos trabalhadores por uma alternativa de progresso social» (ver pág. 15).

Ricardo Oliveira tomaria de seguida a palavra para recordar que «foi há 73 anos que um pequeno grupo de homens livres, muitos deles jovens, fundou o Partido Comunista Português».

Salientando a luta de muitos camaradas que «durante 50 anos de ditadura fascista trabalharam na clandestinidade, pelo reforço do Partido e pelo fim de um regime marcado pela perseguição e opressão», Ricardo Oliveira afirmou que «a juventude reconhece na revolução de Abril os seus valores que lhe abrem novos horizontes na defesa dos seus ideais e na luta por sonhos e direitos».

«Hoje, os jovens estão na rua a defender esses mesmos direitos que em Abril conquistaram e as suas aspirações que Abril lhes deu o direito de sonhar. Os



jovens estão a defender o direito ao emprego, ao salário justo, contra a precarização do trabalho. Os jovens estão na rua a defender o direito a uma educação digna que responda às suas aspirações e às necessidades do País».

Ricardo Oliveira apelou ainda à participação na comemoração do Dia Nacional do Estudante, 24 de Março, em que os jovens vão exigir nas ruas uma nova política educativa.

Em nome das direcções regionais de Lisboa e de Setúbal do PCP, interveio de seguida Rosa Rabiais, para responsabilizar o Governo pela destruição do aparelho produtivo que «em Lisboa a Setúbal a assume níveis mais do que preocupantes».

Como referiu, «cerca de 6500 trabalhadores do distrito de Setúbal estão ameaçados de desemprego a curto prazo e no distrito de Lisboa, só em 14 empresas de seis sectores de actividade, já



A juventude enchia as primeiras filas do pavilhão

foram despedidos desde o início do ano mais de mil trabalhadores».

Por outro lado, cresce o número de trabalhadores com salários em atraso: «em apenas 25 empresas do distrito de Lisboa encontram-se com salários em atraso mais de três mil trabalhadores e em Setúbal são quase dois milha-

res de trabalhadores nesta situação».

Esta dirigente comunista denunciou ainda o bloqueio à contratação, a negação do direito à livre negociação colectiva, a destruição da segurança social e o aumento da repressão, da intimidação da chantagem, das discriminações, da flexibilização dos

horários, etc. Segundo disse, a intensificação da luta é a única resposta a esta ofensiva - «é este o caminho que têm seguido milhares e milhares de trabalhadores».

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, encerraria o comício com um importante discurso que publicamos nas páginas 20, 21 e 22.



Um aniversário com dezenas de presentes oferecidos pelas organizações e células de empresa do PCP



Fernando Lopes-Graça foi acolhido com entusiasmo pela numerosa assistência presente

4ª Assembleia Concelhia Saída de Serviços Públicos retira importância a Aveiro

Reunida no passado sábado, a 4ª Assembleia da Organização Concelhia de Aveiro fez o balanço dos últimos dois anos e traçou as principais linhas que vão orientar o trabalho dos comunistas do concelho. No final, realizou-se um jantar comemorativo dos 73 anos do PCP.

O distrito de Aveiro e a sua capital estão a desvalorizar-se «com a transferência de serviços públicos para outros distritos, como são os casos do Centro Regional de Segurança Social e da Administração Regional de Saúde», refere-se nas conclusões da 4ª Assembleia Concelhia de Aveiro, em cujos trabalhos participou Luísa Araújo, do Secretariado do Comité Central.

«A degradação dos serviços de saúde, nomeadamente na Administração Regional de Saúde e no Hospital Distrital de Aveiro; o crescimento de dificuldades nos estabelecimentos de Ensino; as dificuldades de acesso ao Ensino Superior Público com a imposição do aumento das propinas e a situação ruínosa da agricultura e das pescas», são outros aspectos que preocupam os comunistas e que

resultam da política de direita do Governo de Cavaco Silva.

A 4ª Assembleia constatou ainda «o aumento dos despedimentos e a instabilidade no emprego na administração pública em importantes empresas como a Renault, a Portucel, a Telecom, os Estaleiros Navais de S. Jacinto».

No plano autárquico, a assembleia assinalou a derrota do PSD no distrito, sublinhando que «embora no concelho a correlação de forças não se tenha alterado significativamente, a CDU viu reforçada a sua votação e apesar de ter perdido, por escassa margem, o eleito na Glória, ficou igualmente a poucos votos de eleger em Cacia, continuando a ter uma importante intervenção na vida autárquica do concelho através do seu eleito na Assem-



A transferência do Centro Regional de Segurança Social e da Administração Regional de Saúde desvaloriza o distrito de Aveiro e a sua capital

bleia Municipal, na Junta e Assembleia de Freguesia de Vera Cruz e na Assembleia de Freguesia de Esgueira».

No balanço da organização, é referido que a concelhia tem 439 militantes 28 por cento dos quais são mulheres. A assem-

bleia registou o aumento do número de recrutamentos «na maioria dos casos por iniciativa dos novos membros do Partido, continuando a faltar uma discussão aprofundada nos organismos sobre o recrutamento dirigido. É de salientar que a maioria dos

novos membros do Partido é constituída por jovens».

A Assembleia, que elegeu a nova Comissão Concelhia, deu ainda relevo e manifestou apoio à luta das populações da zona da Beira Mar exigindo de medidas de protecção contra as cheias;

do povo de S. Jacinto por melhores transportes; dos agricultores de Cacia por medidas de protecção aos terrenos de cultivo do Baixo-Vouga; dos estudantes, professores e populações contra o encerramento da Escola Homem Cristo.

CAMARADAS FALECIDOS

Henrique Ochemberg

Nascido em 1914, faleceu no passado dia 7 de Março, o camarada **Henrique Artur dos Santos Ochemberg**, destacado militante do PCP, organizado na Freguesia dos Prazeres.

Ao longo da ditadura fascista desenvolveu intensa actividade contra o regime, tendo estado preso três anos no Tarrafal. Era membro da URAP, onde nos últimos dez anos desenvolveu trabalho.

Após o 25 de Abril participou intensamente no reforço do Partido e da sua influência, nomeadamente na abertura do Centro de Trabalho dos Prazeres e na sua Comissão de Freguesia.

Foi eleito na Assembleia de Freguesia dos Prazeres onde deixou vincado o seu empenho na resolução dos problemas da população e na luta por uma vida melhor para o nosso povo.

Maria Santos

Faleceu no passado dia 26 de Fevereiro, **Maria Fernandes Ribeiro**, mais conhecida por **Maria Santos**. Antifascista e membro do Partido desde 1936, foi presa pela PVDE em 1938, com o seu cunhado Martinho Gorducho, mais conhecido por Martinho da Caixa. Libertada em Julho do mesmo ano, regressa à actividade partidária, sendo novamente presa em Lisboa, no início de 1941. De novo libertada, volta à militância em 1942, subscrevendo as famosas «Listas da Oposição Democrática» e participando activamente em todas as campanhas eleitorais (Norton de Matos, Rui Luís Gomes, Arlindo Vicente e outras).

Foi activista do MUD, MUNAF, Auxílio a presos políticos, CDE e subscreveu logo após o 25 de Abril de 1974 o pedido de legalização para o PCP.

Integrou o núcleo inicial, com Manuel Alpedrinha, Ivone Alpedrinha, Faria Borda e outros para a constituição de uma organização que representasse os antigos presos políticos, a qual viria a surgir com o nome de URAP. Ultimamente integrava o organismo do Partido em Carcavelos.

Maria Terra

Faleceu recentemente **Maria Aurora da Silva Terra**, nascida em 1915.

Militava no PCP desde 1974 e estava organizada na Célula dos Professores Comunistas de Lisboa onde trabalhava na venda e divulgação do «Avante!».

— ★ —

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Açores comemoram 100 anos de autonomia

As comemorações do Ano Centenário da Autonomia Administrativa dos Açores iniciaram-se no passado dia 2 de Março, com uma sessão solene promovida pela Assembleia Legislativa Regional.

Na sessão, presidida pelo Presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, estiveram presentes, como convidados, o ministro da República, os presidentes dos

Grupos Parlamentares da Assembleia da República, dos partidos com assento na Assembleia Legislativa Regional, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira e um representante de cada partido naquela Assembleia, bem como outras entidades políticas, civis, militares e religiosas da Região Autónoma dos Açores.

Ao usar da palavra na sessão solene, o deputado regional do PCP, **Paulo Valadão**, após referir o desenvolvimento do pensamento autonomista ao longo de um século e de situar os diversos problemas com que

se debate o sistema autonómico actual, afirmou:

«Como é sabido, o PCP/Açores luta e lutará para que os Açores sejam uma Região Autónoma Portuguesa, onde se viva em liberdade plena, onde se construa o progresso e onde se atinja a justiça social.

«Este objectivo estratégico faz-nos olhar sempre, prioritariamente, para os mais desfavorecidos desta sociedade e para os que na terra, no mar, nas empresas e nos serviços ganham, com muito suor e com crescente desencanto, o pão nosso de cada dia.

«Estamos profundamente

convictos que a nossa luta é, ela própria, uma forma de homenagem à abertura de espírito dos paladinos da Autonomia».

O presidente do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, Octávio Teixeira, e o deputado regional da Madeira, padre Mário Tavares, estiveram igualmente presentes nesta sessão inaugural das comemorações que se prolongarão durante todo o ano e que têm como referência a publicação, em 2 de Março de 1895, do primeiro decreto que concede autonomia aos distritos açorianos.

Trabalhadores da EDP recusam cisão

Com acções já marcada para os finais de Março, os trabalhadores da EDP vão lutar contra a cisão da empresa.

«A venda da Central Termo-eléctrica ao capital estrangeiro e o propósito de destruição da EDP, cindindo-a em várias empresas, não tem qualquer argumento credível, quer de ordem económica quer na prestação de um melhor serviço», indica um comunicado do Secretariado da Célula da EDP, divulgado por ocasião do 73º aniversário do PCP.

O texto considera que «a EDP ao ser criada como empresa única de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, visava determinados objectivos:

a electrificação em superfície do País, uniformização das relações de trabalho, normalização de equipamentos e materiais e tarifário único, objectivos que a EDP tem vindo progressivamente a cumprir, o que nem os seus detractores ou coveiros têm a ousadia de negar».

É neste sentido que os trabalhadores consideram «absurdo» pretender destruir a EDP e que tal só irá «satisfazer uma política classista de grupo».

A célula do PCP considera que da planeada criação de «pelo menos 11 empresas a

partir da EDP» irão surgir «12 novos conselhos de Administração, se cada um deles tiver um mínimo de cinco elementos, vamos ter pelo menos 55 novos administradores, ou seja, mais 48 do que os que existem agora».

O texto divulgado reflecte ainda sobre a acção previsível desses administradores, concluindo que em empresas cujo «produto tem o preço pré-estabelecido e o preço de venda igualmente estabelecido, nesse caso só lhes resta gerir custos».

Com a apetência generalizada para «reduzir custos com o pessoal» teme-se que sejam ameaçados «o AE e o Estatuto Unifi-

cado do Pessoal, uma vez que estão a legislação que prevê a cisão da empresa nada garante quanto aos direitos dos trabalhadores».

A confirmar este receio a «Administração da EDP interrompeu as negociações da tabela salarial e impôs uma tabela abaixo da inflação prevista, sem qualquer justificação credível, dada a situação económica e financeira da empresa».

Apelando à luta pela defesa da empresa os comunistas recordam que foi lutando que «desde 1980, quando se registou a primeira tentativa para a destruição da EDP do então Governo AD, os trabalhadores têm evitado a cisão da empresa».

Encontro Nacional do Secundário da JCP Lutar para aprender aprender para transformar

Sob o lema «Lutar para Aprender — Aprender para Transformar», a Organização do Ensino Secundário da Juventude Comunista Portuguesa realizará pela quinta vez o seu Encontro Nacional. O Encontro está marcado para o dia 26 de Março na escola secundária Fernão Mendes Pinto — Pragal, em Almada.

Iniciou-se, no passado dia 15 de Janeiro, a fase preparatória do Encontro, e já se promoveram várias iniciativas distritais e concelhias, de discussão dos documentos preparatórios, estando já agendadas um pouco por todo o País mais iniciativas com o mesmo fim.

Este Encontro pretende promover a discussão no seio da organização sobre questões que hoje são a realidade do Ensino Secundário Português, caracterizado por um número infindável de situações que colocam em causa a qualidade do ensino e negam a milhares



Há 14 anos que a política de educação é a mesma, nas mãos do PSD. A luta contra essa política é um dos pontos de discussão do encontro promovido pela JCP

de estudantes a possibilidade de prosseguirem os seus estudos secundários e universitários.

«O Governo PSD, que já pelo 14º ano detém em seu poder a pasta da educação, é pois altamente responsável pela situação que hoje vivemos», acusam os organizadores.

Que ninguém se esqueça

«É bom que ninguém se esqueça que o PSD representa a política educativa da PGA, das propinas da Reforma do Sistema Educativo, da nova gestão, da nova avaliação, em suma, o PSD personifica todos os objectivos anti-educativos dos últimos

anos, sujeitando milhares de jovens às suas experiências», afirma a Organização do Ensino Secundário da JCP, a propósito da realização deste Encontro.

«Por estes motivos, os jovens comunistas, conscientes da gravidade das medidas legislativas do Governo, continuam empenhados na luta contra esta política, e desde já, iniciaram um debate nacional, envolvendo toda a Organização e também, promovendo a discussão com algumas AE's, no sentido de se fazer um levantamento dos problemas e das opiniões dos estudantes», anuncia a nota.

Os documentos preparatórios que estão sujeitos à discussão abordam questões relacionadas com a intervenção da JCP e várias resoluções sobre a intervenção do Movimento Associativo, e propostas da JCP sobre política educativa.

Os jovens comunistas avançaram com um conjunto de 22 propostas sobre a intervenção no

movimento associativo, apontando para a intervenção e acção dos jovens comunistas no Movimento Associativo e nas escolas; para a dinamização de listas de unidade estudantil e para a acção dos jovens comunistas nas Associações de Estudantes.

Uma escola viva

Quanto à política educativa, avançaram com um total de 58 propostas, tendo por lema «Uma escola viva, moderna e de qualidade», onde exigem um ensino gratuito, um acesso ao ensino superior mais justo, uma gestão escolar participada, uma avaliação escolar digna e um movimento associativo, vivo, reivindicativo e interveniente.

«A JCP continua e continuará a lutar pelos interesses dos jovens portugueses, pela concretização dos seus desejos e aspirações e por um futuro melhor», conclui o comunicado.

A Reforma do Sistema Educativo e a avaliação escolar

Não cabe ao Governo o mérito da descoberta que a Educação em Portugal necessita de uma reforma, mas cabe-lhe, inequivocamente, o mérito de ter introduzido «Reformas» da pior maneira.

Pode-se considerar que a Reforma do Sistema Educativo implementada pelo Governo PSD constitui hoje para os estudantes a que milhares deles estão sujeitos, nomeadamente no problema do acesso ao ensino superior, ao quase inexistente apoio social escolar, à degradação do parque escolar, etc., etc.

Mas esta Reforma, só por si, constitui um atentado aos objectivos de uma escola viva, moderna e de qualidade; é uma reforma que trai os princípios da democracia, da justiça, do direito a uma educação digna, da amizade e fraternidade, é a reforma do fim a uma gestão escolar democrática e participada, do injusto sistema acesso ao ensino superior, do sistema do «numerus clausus», da cópia de modelos, como o Inglês, que já deu provas de ser um fracasso, e é também a reforma que impõe uma nova Avaliação Escolar.

A nova Avaliação Escolar introduz novas modalidades de avaliação, com objectivos, funções e características diferentes. Ao todo são quatro modalidades: avaliação formativa, sumativa interna, sumativa externa (exames) e aferida. Quanto aos objectivos, funções e características de cada uma das modalidades, a pedra de toque de cada uma resume-se ao objectivo de «contribuir para a credibilidade social do sistema educativo», através da homogeneização dos resultados obtidos pelos estudantes, da determinação das situações de aproveitamento, transição e retenção dos alunos, e da selecção do acesso ao diploma do ensino secundário.

No papel todos estes objectivos podem ser muito bonitos e elaborados, mas, de facto, apenas ocultam subtilmente os verdadeiros objectivos do Governo.

Consultar os quadros estatísticos referentes ao insucesso escolar pode-se tornar deveras preocupante. Os elevados índices de reprovação são obviamente sintomas de uma doença crónica que afecta o nosso sistema educativo. O Governo aplicou-lhe um «medicamento» verdadeiramente eficaz visto que é rápido e económico. Esse «medicamento» é pois este novo sistema de avaliação

ção. Se não vejamos: todos os alunos que frequentam os anos unificados ou do 3º ciclo passam automaticamente de ano ficando apenas retidos, aquando da verificação de situações extremas de insucesso escolar. No 9º ano, esses mesmos alunos, serão sujeitos a um exame que definirá todo o seu futuro escolar. No caso de um exame positivo a frequência do 3º ciclo está garantida, mas se o exame determinar o «chumbo» então o aluno terá de optar entre duas situações possíveis: ou repete os anos até conseguir passar no exame ou então aceita um diploma que atesta a frequência do 9º ano. É importante referir que este diploma de frequência não é mais do que literalmente significa a palavra frequência: o aluno frequentou mas não concluiu, contudo, considera-se que tem a escolaridade mínima obrigatória e está, pois, apto para ingressar no mundo do trabalho, mas sem qualquer qualificação.

Por outro lado, os estudantes que conseguem passar esta primeira barreira, terão de se sujeitar a provas globais a todas as disciplinas no final de cada ano lectivo, entrando o resultado das PG na equação que definirá o resultado final da frequência do ano leccionado.

Com estas medidas, a verdade seja dita, o Governo esconde alguns dos mais graves problemas do nosso sistema educativo:

acaba com o insucesso escolar de uma forma meramente administrativa; acaba com a superlotação das escolas, pois o número de alunos que frequentam o ensino secundário diminui drasticamente; acaba com o elevado número de candidatos ao ensino superior visto que nem todos chegaram sequer a concluir o 12º ano e ao mesmo tempo acaba com as anuais contestações à volta do número de estudantes que não entram no ensino superior.

Como se pode ver, em Portugal a educação é tudo uma questão de números. Contudo, é legítimo perguntar que preço vai o nosso país pagar por tudo isto e que consequências a médio e longo prazo se vão sentir devido a estas medidas.

Como se pode ver, em Portugal a educação é tudo uma questão de números. Contudo, é legítimo perguntar que preço vai o nosso país pagar por tudo isto e que consequências a médio e longo prazo se vão sentir devido a estas medidas



Os jovens e a Europa de Maastricht

A Juventude Comunista Portuguesa vai realizar, no próximo fim-de-semana, uma iniciativa internacional no âmbito da Coordenadora da Juventude Democrática — estrutura de organizações comunistas, progressistas e revolucionárias da Europa — na Voz do Operário, Lisboa.

Esta iniciativa contará com a participação de delegações vindas de França, Espanha, Grécia e Itália.

A sessão de encerramento da iniciativa terá lugar a partir das 15 horas de domingo no bar da Voz do Operário, onde serão apresentadas as conclusões dos painéis e contará com a participação do eurodeputado Sérgio Ribeiro, do PCP.

Sandra Benfica
Membro da Direcção
Nacional da JCP

LEI DO BRANQUEAMENTO ESTÁ MAL DIVULGADA

Bancários podem ser responsabilizados criminalmente sem que tenham contribuído para a execução de qualquer fraude, pois não está devidamente divulgada a legislação em vigor sobre o branqueamento de capitais (DL 313/93), alerta um comunicado da comissão coordenadora das comissões de trabalhadores da Banca. Distribuído após uma recente assembleia de CTs de empresas do sector, o documento revela ainda que nesta reunião foi decidido avançar com a recolha de assinaturas para uma petição com o objectivo de solicitar à AR que, «no uso das suas competências, garanta que todo o sistema financeiro português permaneça integrado e ao serviço da economia nacional, respeitando as leis e os trabalhadores». Esta iniciativa deve-se ao facto de, quer o caso Banesto, quer a evolução do processo de privatização do BPSM, virem confirmar as preocupações e os protestos que têm partido das estruturas representativas dos bancários quanto a «situações obscuras e preços de saldo» que têm caracterizado as privatizações. A assembleia (descentralizada) das CTs da Banca exigiu ainda que seja regulamentada a aplicação de directivas comunitárias sobre o fundo de garantia dos depósitos, para estabilidade dos utentes e dos trabalhadores, denunciou a degradação da situação social e económica e «os processos ilegais e por vezes violentos como algumas administrações estão a reduzir os quadros de pessoal, destacando-se a UBP e o BFB», e convocou para hoje nova assembleia, com carácter extraordinário, para discutir a garantia das reformas dos bancários e a situação dos fundos de pensões no sector. Em recente audiência na Presidência da República - revela ainda o documento -, foi proposta a criação de um Provedor para a área financeira e foi sugerida a realização de uma «Presidência aberta» no sector financeiro.

VITÓRIA UNITÁRIA NA TAP

Pela primeira vez, uma lista unitária conquistou a maioria absoluta dos mandatos nas eleições para a Comissão de Trabalhadores da TAP, que tiveram lugar no dia 3. Apesar da acentuada diminuição do número de trabalhadores da transportadora aérea nacional, os comunistas e outros activistas que integraram a lista B conseguiram aumentar a votação e conquistar um mandato à lista apoiada pelo PSD. Na CT agora eleita, a lista unitária tem 6 mandatos, a lista conotada com o PS tem 4 e a do PSD fica com 1 mandato.

GRÁFICOS

Realiza-se amanhã e sábado, na Foz do Arelho, o 4º Congresso da Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa. Vão ser discutidas a situação do sector e a actividade da federação nos últimos três anos e deverão ser aprovadas alterações aos Estatutos e uma proposta de Programa de Acção para o período até 1997. O congresso vai eleger o Conselho Nacional que dirigirá a federação no próximo triénio.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Sábado e domingo reúne no Porto o 4º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore. Também aqui vão estar em debate os principais problemas do ramo de actividade, a actividade passada e futura da federação, alterações aos Estatutos e a constituição do novo Conselho Nacional.

HIPERMERCADOS: CCT ABRE PERSPECTIVAS

A recente celebração do primeiro contrato colectivo de trabalho para os hiper e supermercados representa «uma importante vitória» dos trabalhadores, pelo reconhecimento do direito de negociação colectiva e pela «conquista de uma nova posição para, em melhores condições, avançar para novos processos reivindicativos, incluindo, naturalmente, o da consagração do domingo como dia de descanso semanal obrigatório». Esta é a opinião da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, expressa dia 7 numa conferência de imprensa em que foram contestadas pela Fepces as críticas feitas por associações patronais do comércio retalhista após a assinatura do acordo com a Associação Nacional de Supermercados. A federação reafirma que continua a bater-se para que o Governo consagre o encerramento obrigatório do comércio ao domingo, «tal como sempre fez» e «ao contrário de muitos, com especiais responsabilidades, que só agora perceberam o alcance deste direito». Assim, a Fepces manifesta o seu repúdio pelas «atitudes de chantagem que, sob a orientação da Federação Nacional do Comércio Retalhista, diversas associações patronais do comércio retalhista distrital estão a desenvolver, ameaçando ou suspendendo mesmo os processos de revisão dos respectivos CCTs, sob o pretexto da Fepces ter acordado o CCT dos hiper e supermercados». A Fepces anunciou ainda, na semana passada, que solicitou a intervenção do Provedor de Justiça para a reposição da legalidade na Brisa, onde se têm verificado «contínuas, sistemáticas e graves violações» da lei. A empresa, de capitais maioritariamente públicos, tem recusado a negociação de propostas de AE apresentadas pela federação e não reconhece os delegados sindicais das estruturas filiadas na Fepces.

É urgente travar a degradação nos Açores

A coordenadora sindical açoriana da CGTP convocou uma reunião extraordinária da Concertação Social para denunciar o agravamento da situação socioeconómica na região e propor medidas globais e de curto prazo para o combater

O surgimento do processo de liquidação de postos de trabalho em empresas do grupo Sousa Lima, um dos mais importantes dos Açores, levantou «de forma massiva um novo problema, que é o da extinção de postos de trabalho, sem alternativa, diminuindo a oferta de emprego, em consequência de um processo de modernização que não tem em conta a necessidade de uma evolução equilibrada e socialmente útil». Este processo - que se segue a um ano de 1993 em que cresceram os despedimentos, perderam valor os salários reais, foram ainda mais precarizadas as relações de trabalho - é acompanhado por «outras situações de despedimentos ou perspectivas de despedimento em muitas das pequenas e médias empresas da região, que vivem em situações difíceis».

Este é o enquadramento com que, conforme a declaração dos seus representantes no início da reunião de 23 de Fevereiro do Conselho Regional da Concertação Social, a CGTP-Açores decidiu avançar com a convocação extraordinária deste órgão, agendando para discussão o problema dos despedimentos e o papel da Segurança Social.

A coordenadora sindical da Inter na Região Autónoma dos Açores recusa que os motivos desta situação estejam predominantemente na crise internacional e afirma que os actuais problemas se devem à inexistência de «orientações específicas adequadas a esta economia insular distante, frágil e de pequena dimensão». Afirmando que não são realistas as teses que defendem que a reto-

ma da actividade económica «já se está a dar» e que «a injeção de fundos comunitários prevista com o PDR provocará o desenvolvimento da região», uma vez que tal «não aconteceu quando os meios postos à disposição eram vultu-



É preciso tomar medidas para defender a economia dos Açores, assente sobretudo em pequenas e médias empresas e explorações familiares, e que não pode ser viabilizada pela política de reconstituição dos monopólios

os», aquela estrutura sublimina que «a questão de fundo, para além de problemas de opção, estilo e objectivos políticos de curto prazo, reside no facto das determinantes da política de reconstituição acelerada dos grandes grupos económicos nacionais, associados ao capital estrangeiro, não terem aplicação útil na região, ou seja, não permitirem a viabilização de uma economia pequena, insular e distante, constituída predominantemente por pequenas

tantes da CGTP-IN foi acompanhada da distribuição de um extenso documento onde se analisa o «processo acelerado de degradação da situação socioeconómica» em curso na região (e para o qual os representantes dos trabalhadores têm, por várias vezes, chamado a atenção) e se adianta uma série de propostas para travar aquele processo.

Quanto a linhas globais de orientação, a estrutura açoriana da CGTP coloca na primeira linha a ideia de que os órgãos

do poder da região devem considerar «a necessidade de serem invocadas as especificidades regionais com vista a poderem ser tomadas medidas adequadas à consolidação do tecido empresarial, à justa remuneração dos trabalhadores, à criação de emprego, à expansão da economia regional, à salvaguarda dos sectores produtivos com especial aptidão e à garantia da existência de um Orçamento público compatível com as necessidades e

promotor de um grau de desenvolvimento que faça a região aproximar-se dos padrões de actualidade».

É também este o espírito que perpassa pelas treze propostas de medidas a curto e médio prazo, que começam pela exigência de que seja posto termo aos despedimentos e à quebra do poder de compra dos trabalhadores, prevendo também o reforço dos apoios da Segurança Social aos desempregados (mesmo a coberto das rescisões por mútuo acordo).

Concentração exige resposta para os problemas no Iroma

Meia centena de activistas sindicais e trabalhadores do Instituto Regulador e Orientador do Mercado Agrícola esteve, no dia 2, concentrada frente ao Ministério das Finanças, onde foi entregue um documento exigindo soluções para os problemas deste sector. Durante a manifestação, que integrou trabalhadores de Norte a Sul do País, uma delegação de dirigentes da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública tentou ser recebida pelo ministro das Finanças, a quem tinha solicitado uma audiência há alguns dias.

Os dirigentes sindicais foram recebidos, no final da tarde, por um assessor de Eduardo Catroga, o qual, disseram no final à agência Lusa, não soube responder às suas preocupações. De acordo com Nelson Raleiras, um dos representantes dos trabalhadores, a delegação vai agora elaborar um dossier com as principais questões do processo e os documentos sobre as anteriores promessas do Governo quanto ao futuro dos trabalhadores do Iroma. «Apesar do novo ministro não fugir tanto ao diálogo como o anterior, está provado

que o Governo continua a não resolver os problemas dos trabalhadores», comentou.

Matadouros de várias dimensões de todo o País estão ser encerrados num processo que dura há mais de dois anos. A intenção do Governo é criar unidades industriais privadas (PEC) que passam a deter o monopólio do abate e pretendem aumentar a concorrência em termos de distribuição. O sindicalista Manuel Verdugo disse à Lusa que neste momento encontram-se em casa, sem trabalho, 1500 funcionários do Iroma.

Os sindicalistas têm vindo a propor ao Governo várias soluções que passam pela reconversão dos trabalhadores, formação profissional ou reforma antecipada com uma bonificação de 20 por cento. «Não estamos a pedir nada de mais, já que se trata de pessoas com um trabalho de grande risco. Recentemente, o sindicato realizou um estudo junto dos trabalhadores dos matadouros e verificou-se que 95 por cento deles contrairam brucelose por lidarem directamente com a carne dos animais», afirmou Manuel Verdugo.

Estágio de advocacia

A necessidade de equacionar em novos moldes o estágio de advocacia, alterando simultaneamente as condições de apoio formativo às centenas de advogados que anualmente cumprem aquela etapa da sua profissionalização, foi defendida pelo deputado comunista António Filipe. Na base desta posição - recentemente submetida a reflexão no decorrer de um encontro promovido pela formação comunista na Assembleia da República -, a consideração de que as condições de realização do estágio extravasam o problema das saídas profissionais, situando-se no plano da realização do Estado de Direito. Por outro lado, foi António Filipe a lembrá-lo em plenário, existe uma situação insustentável ao nível do estágio de advocacia e do acesso à profissão, provocada pela política educativa dos últimos anos que deu origem à proliferação de universidades privadas.

Hospital de Faro manda contas

O Grupo Parlamentar do PCP propôs à Comissão Parlamentar de Saúde a convocação, com carácter de urgência, da Administração do Hospital Distrital de Faro para uma audiência com vista a esclarecer os casos relacionados com as elevadas contas de serviços prestados que ultimamente têm sido enviadas a inúmeros utentes. Após as recentes posições do actual Ministro da Saúde, defendendo que o Estado já atribui ao Orçamento do Estado o máximo possível e que os cidadãos devem participar nos custos da saúde, esta audiência com o Hospital de Faro assume por conseguinte a maior importância, na perspectiva do PCP, no sentido de esclarecer, nomeadamente, se não se está em presença de uma "tentativa de testar tal sistema à revelia da legislação".

Abates sanitários

Dúvidas quanto aos critérios que presidem às indemnizações por abates sanitários provocados por brucelose têm sido levantadas por agricultores de várias regiões do País. Fala-se de falta de informação aos produtores sobre o peso e a classificação atribuídos ao animal abatido e sobre a eventual introdução no circuito comercial, para consumo humano, dos animais abatidos por brucelose sem que o respectivo valor reverta a favor do respectivo proprietário. Questionados são, pois, em síntese, os critérios e a falta de transparência no processo de indemnização, facto que levou já o deputado comunista Lino de Carvalho a dirigir um requerimento ao Governo, através do Ministério da Agricultura, onde solicita esclarecimentos sobre a questão.

PCP em defesa da produção nacional contra o vinho a martelo europeu

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um projecto de resolução definindo medidas de apoio e defesa da vitivinicultura e dos viticultores nacionais. Elaborada na sequência de uma decisão aprovada em Braga, nas suas Jornadas Parlamentares, esta iniciativa legislativa da formação comunista resulta das preocupações existentes quanto à natureza da reforma que no quadro da Comissão das Comunidades produzirá profundas alterações na nova organização comum do mercado do sector vitivinícola. Preocupações que, no entender dos comunistas, são ainda agravadas pelo facto de o Governo aparentar uma posição passiva sobre esta matéria, relevando os indícios de que se prepara uma vez mais para trocar os interesses da nossa agricultura por "trinta dinheiros".

Receios que ainda muito recentemente o deputado comunista Lino de Carvalho teve ensejo de testemunhar no decorrer de encontros que manteve com as Adegas Cooperativas de Borba, Redondo e Reguengos e com a Comissão Regional Vitivinícola do Alentejo, designadamente quanto aos moldes previstos para a redução da produção e do sistema de destilações com a atribuição a cada Estado-membro de uma quota parte do excedente global da Comunidade.

Ora o que sucede é que este excedente - cerca de 39 milhões de hectolitros no ano 2000 - resulta em larga medida da prática enológica seguida nos países do Centro e Norte da Europa, caracterizada pela adição de sacarose (chaptalização) a mostos com baixo valor alcoométrico natural, no sentido de aumentar artificialmente a graduação e a quantidade de vinho produzido.

Esta produção de "vinho a martelo" é de tal ordem que se estima na ordem das 250 mil toneladas a saca-

rose anualmente consumida nesta operação, dando lugar a um volume adicional de vinho de cerca de 20 milhões de hectolitros, isto é, como salienta o texto do projecto de resolução, 83 por cento dos excedentes que na Comunidade não conseguem qualquer escoamento.

Acresce ainda que esta produção artificial de vinho tem reflexos nos enormes diferenciais de produtividade existentes de país para país, dando origem a que, por exemplo, enquanto em Portugal a produtividade ronda os 30 hectolitros/ha, na Comunidade ela é em média de 65 hl/ha e na Alemanha chega a atingir os 150 hl/ha. Significa isto, por outras palavras, que, por exemplo, com um terço da área de vinha de

Portugal, a Alemanha tem uma produção 30 por cento superior à portuguesa e com óbvios custos inferiores de produção.

Neste contexto, do ponto de vista do Grupo Parlamentar do PCP, as soluções preconizadas pela Comissão "não servem nem se adequam às condições de produção vitivinícola das regiões meridionais da Comunidade, em particular de Portugal", não dando simultaneamente resposta às razões de fundo que estão na base da existência de excedentes, designadamente os originados pelo fabrico a "martelo".

Como salienta o texto do projecto de resolução, para o qual o PCP requereu a adoção do processo de urgência (uma vez que este processo

vai ser analisado pela Comissão ainda no decorrente mês de Março), tais propostas, a concretizarem-se, "penalizariam um sector estratégico da agricultura nacional", contribuindo para o agravamento do mundo rural e para o decréscimo dos rendimentos dos viticultores.

Sujeitar as produções vnicas de qualidade a destilação obrigatória, ao mesmo tempo que se aceita e generaliza a utilização de açúcar de beterraba, constitui ainda uma medida inaceitável, na perspectiva do PCP, que sublinha a necessidade de rapidamente ser estabelecida uma definição do produto "vinho" e de ser proibida ou fortemente condicionada a prática enológica do uso de sacarose.



No entender do PCP, são motivo de preocupação os indícios existentes de que o Governo se prepara para uma vez mais trocar os interesses da nossa agricultura por alguns subsídios que se esvairão no tempo

Cooperativa de Torres Vedras

Inquérito confirma fraudes mas há mais casos por esclarecer

A Assembleia da República aprovou por unanimidade o relatório do inquérito parlamentar à Cooperativa de Torres Vedras, onde se reconhece a existência de irregularidades e ilegalidades praticadas entre 1989 e 1991 na utilização de dinheiros públicos.

Embora não sendo propriamente inédito, o consenso agora obtido não deixa de ser pouco vulgar, facto que não escapou à observação do deputado Lino de Carvalho que, a propósito, referiu ter este inquérito um "lugar certo na história do Parlamento".

Com efeito, para além dos actos fraudulentos praticados pelos dirigentes daquela cooperativa, ficou confirmado no decorrer dos trabalhos da Comissão Parlamentar que a Administração Central, através dos serviços do INGA, permitiu a multiplicação de fraudes (por inoperância das acções de fiscalização), do mesmo modo que ficou confirmado ter sido o sistema permissivo criado pelo Governo PSD, como salientou Lino de Carvalho, que "permitiu e estimulou as práticas irregulares e fraudulentas".

Sem deixar de realçar o carácter positivo do trabalho realizado, Lino de Carvalho não deixou de considerar, no entanto, que se poderia e deveria ter ido mais longe, assinalando a este respeito que ficaram por apurar em toda a sua extensão as fraudes dos cereais que, para além da referida cooperativa, se estendiam também à cooperativa da CAP (a CDA) e à cooperativa onde o secretário-geral desta organização exerceu funções de presidente, a Cooperativa Agrícola de Santarém.

No entender do parlamentar do PCP, perdeu-se ainda uma oportunidade para averiguar o que se passa com o Plano de Acção Florestal, bem como das razões que levaram um funcionário do MAP a ser alvo de um processo disciplinar por ter insistido em denunciar irregularidades na atribuição de apoios ao abrigo daquele Plano.

Para Lino de Carvalho - que lançou a este respeito um desafio ao Governo -, importaria ainda esclarecer numerosos outros casos que têm vindo a público, indiciando situações de fraude em áreas como a do leite ou da caça, ou em casos como o crédito agrícola ou a formação profissional.

Timor-Leste exige iniciativas sem temores nem ambiguidades

A realização de uma conferência internacional sobre Timor-Leste, com a presença de destacadas personalidades estrangeiras - uma ideia antiga do PCP que ganhou corpo sob a forma de projecto de resolução apresentado logo após o massacre de Santa Cruz -, voltou a estar na ordem do dia e a ser defendida pelo Grupo Parlamentar comunista que, para o efeito, está já a diligenciar no sentido do seu agendamento e discussão em plenário.

O anúncio foi feito pelo deputado Miguel Urbano Rodrigues, para quem uma iniciativa desta natureza não deixaria de imprimir a "força das coisas concretas à solidariedade formal dos princípios". Era uma crítica implícita à falta de iniciativa, quando não mesmo ao marasmo, que tem caracterizado, na opinião do PCP, a postura do Governo relativamente a esta matéria.

Na declaração política que proferiu em nome da sua bancada, inteiramente dedicada ao assunto, numa das sessões plenárias da passada semana, Miguel Urbano Rodrigues não deixou aliás de imputar responsabilidades ao Executivo por este não ir tão longe quanto seria possível e necessário.

"O Governo português não faz tudo o que está ao seu alcance", sublinhou, antes de se interrogar sobre os motivos que levaram o

Primeiro-Ministro a manter um sigilo oficial sobre os acontecimentos criminosos subsequentes ao massacre de Santa Cruz, uma vez que - de acordo com a sua própria confissão - tanto ele como o ministro dos Negócios Estrangeiros já sabiam dos factos relatados na reportagem do jornalista Max Stahl transmitida pela RTP.

O deputado comunista manifestou ainda a sua estranheza pelo facto de Cavaco Silva, no comentário que fez à matança dos feridos e moribundos, não ter pronunciado a palavra autodeterminação, nem ter feito qualquer referência à luta "desigual e trágica travada pelo povo maubere", um combate, "na perspectiva da história, pelo seu direito à autodeterminação e independência".

Embora reconhecendo as dificuldades que têm impedido um "consenso susceptível de nos aproximar de uma solução justa

que respeite o direito à autodeterminação do povo maubere", Miguel Urbano não quis, no entanto, deixar de sublinhar que o PCP não aceita a atitude "simplista e capituladora" evidenciada pelo representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, em declarações recentemente proferidas em Lisboa, do mesmo modo que lastima e não aceita que se baixem os braços só porque "Portugal suporta pressões fortíssimas dos parceiros comunitários", cada vez menos disponíveis para "aceitar restrições de qualquer natureza ao seu relacionamento político e económico com a Indonésia".

Depois de insistir na tese de que é possível ir muito para além do quadro dos direitos humanos, e que a questão diz também respeito à Comunidade Internacional, Miguel Urbano pôs a tónica na necessidade de Portugal tomar iniciativas adequadas, agir com "imaginação e firmeza", "ir sempre até à fronteira do possível, sem romantismos, mas também sem temor de ferir susceptibilidades". "Trata-se apenas de recusar a estratégia do medo, o que exige o fim da política das complacências e dos silêncios", observou, sem deixar a nota de que "seremos mais respeitados e ouvidos se actuarmos com coerência e autenticidade".

Em causa, perda de direitos PCP quer pôr termo a abusos do patronato

Impedir interpretações abusivas do patronato que têm estado na base do incumprimento de direitos dos trabalhadores, conformando simultaneamente a legislação ordinária sobre a matéria aos preceitos constitucionalmente estabelecidos, tal é, em síntese, o sentido do projecto de lei do PCP que garante aos trabalhadores, em caso de cessação total ou parcial de empresa ou estabelecimento, a manutenção dos direitos por aqueles adquiridos nas convenções colectivas de trabalho.

Com esta iniciativa legislativa, que baixou após debate em plenária, na semana transacta, à Comissão parlamentar respectiva por um prazo de 30 dias - o que não pode deixar de ser interpretado como um reconhecimento da maioria relativamente

à validade e justiça das questões suscitadas -, o grupo comunista pretende pôr cobro às sistemáticas violações de direitos que têm atingido os trabalhadores de empresas alvo de desarticulação ou desmembramento, como sejam, por exemplo, a ex-Quimigal, a Sorefame ou a Rodoviária Nacional.

Estas violações, como assinou na ocasião o deputado comunista Paulo Trindade, resultam da interpretação ilegítima que o patronato tem feito às alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 209/92 ao artigo 9º do D.L. 519-C1/79, utilizando-a para tentar substituir a aplicação dos Acordos de Empresa por Contratos Colectivos de Tra-



Os trabalhadores da ex-Quimigal, como os de tantas outras empresas que foram alvo de privatização ou desmembramento, conhecem bem os esforços das entidades patronais no sentido de lhes retirarem direitos adquiridos

balho sempre que estes sejam em desfavor dos trabalhadores abrangidos.

Apesar de muitos destes abusos interpretativos estarem a ser objecto de reparação por parte dos tribunais competentes, isso não obsta - e muito menos pode servir de argumento, segundo Paulo Trindade - a que o poder legislativo não actue de modo a

atalhar e a impedir as desvirtuações da Lei.

"Não colmatar evidentes alça-pões legais é ser cúmplice com o prevaricador - observou o deputado comunista - e, no caso vertente, o prevaricador é sempre a entidade patronal e quem sofre os efeitos do abuso de poder são sempre os trabalhadores, ou seja, a parte mais fraca da relação laboral".

PDM's PCP propõe actualização dos prazos de entrega

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei que prolonga até 31 de Dezembro do ano em curso o prazo para a elaboração dos Planos Directores Municipais (PDM). Esta iniciativa, prevê igualmente a revogação das sanções a aplicar aos municípios que não tenham entregue aquele instrumento de ordenamento do território na data fixada por lei (31 de Dezembro de 1993), passando-a também para o último dia do ano de 1994.

Com esta actualização, a bancada comunista tem sobretudo em vista ajustar de forma realista os prazos de elaboração dos PDMs aos procedimentos processuais que, na prática, por razões várias, têm provocado uma morosidade nos processos.

Só assim se explica que, por exemplo, dos 305 municípios, apenas 50 tenham os seus planos directores ratificados, isto apesar do significativo esforço por si dispendido, que, em muitas situações, não foi acompanhado pela correspondente resposta por parte da Administração Central.

Neste contexto - e esta foi outra das razões que presidiu à decisão do PCP de propor a alteração dos prazos -, afigura-se inaceitável a pretensão do Governo de penalizar administrativa e financeiramente os municípios que não tenham os seus PDM's ratificados e de lhes levantar dificuldades acrescidas na distribuição de fundos comunitários.

Alterações à Lei Orgânica do Tribunal Constitucional

A necessidade de acautelar eventuais riscos de aproveitamento do Tribunal Constitucional para efeitos políticos desconformes com o seu Estatuto, preservando cabalmente a sua independência, foi defendida há dias pela deputada comunista Odete Santos. Estava-se em pleno debate de um projecto de lei do PSD que adita uma alteração à Lei Orgânica daquele Tribunal, uma iniciativa cujo sentido, do ponto de vista do PCP, não responde ao imperativo legislativo de dotar aquele órgão dos meios processuais adequados, não preservando simultaneamente o seu estatuto de independência enquanto entidade fiscalizadora do cumprimento da Lei Fundamental.

Apontados por Odete Santos, no que se refere a esta última questão, foram, por exemplo, o risco de banalização do instituto de prioridade ou do uso do mesmo como arma política, a concentração numa só pessoa do poder de conceder a prioridade, ou ainda o provável retardamento de processos urgentes (como os relacionados com arguidos em prisão preventiva) em consequência da concessão de prioridade a um processo de fiscalização abstracta sucessiva.

Mas não são apenas estes aspectos, decorrentes da "fórmula vaga" inscrita no diploma "laranja" que estão na base das preocupações de Odete Santos, levando-a a aconselhar "uma maior ponderação e um amplo debate" sobre uma reforma da Lei Orgânica do Tribunal Constitucional.

Por si questionado foi também o facto de o projecto de lei em apreço não responder ao que considerou o "completo vazio legislativo no que toca às regras de direito adjectivo", circunstância que leva o Tribunal a não poder "socorrer-se do princípio da autonomia processual".

E se esta é uma "razão determinante", do ponto de vista da parlamentar comunista, para um processo legislativo que encare de novo as alterações necessárias à Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, terá tanto mais razão de ser se atendermos às normas processuais vigentes, em relação às quais importa questionar se são ou não responsáveis pela morosidade da Justiça Constitucional.

Recordados por Odete Santos, a este respeito, foram os "processos de fiscalização abstracta sucessiva por resolver há alguns anos", a demora frequente de três e quatro anos em relação a processos de Fiscalização Concreta ou o cada vez maior número de processos que transitam de um ano para outro.

Luís Peixoto recorda ao Governo

"A saúde não é um bem comerciável"

"Como vai ser garantido o acesso em pé de igualdade a todos os utentes? Como se vai garantir a qualidade exigível e a que todos têm direito? Como vai ser a relação económica instituição/utente? Como se vai processar o financiamento destes novos serviços?" Todas relacionadas com o plano em marcha do Ministério da Saúde no sentido da privatização dos Hospitais e Centros de Saúde públicos, nenhuma destas questões obteve um

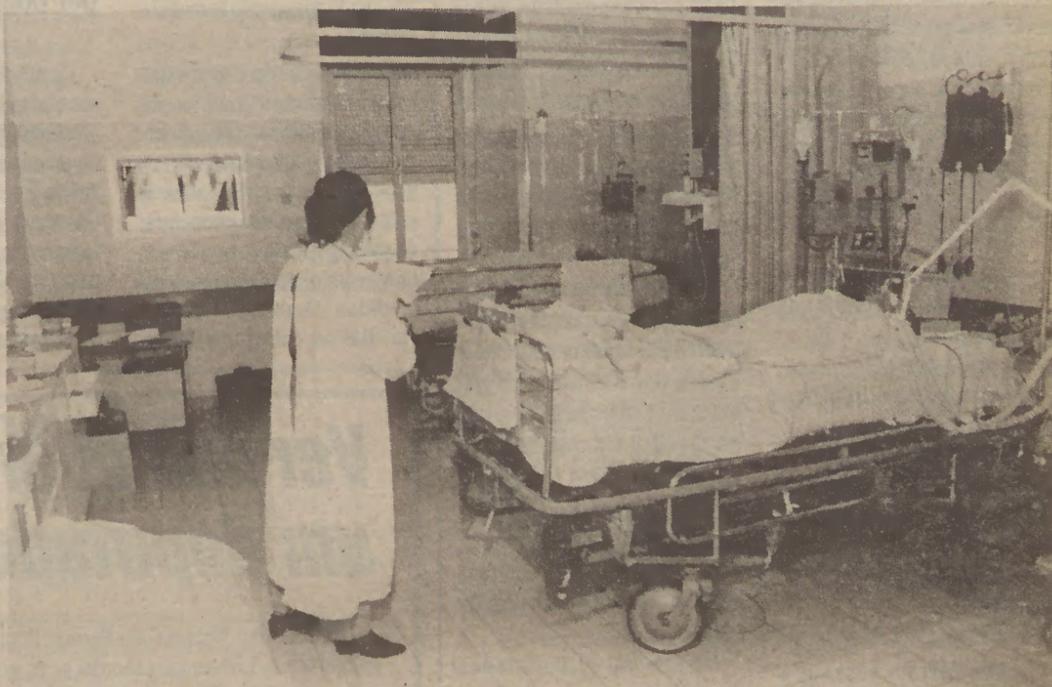
esclarecimento cabal do secretário de Estado da Saúde, faz amanhã oito dias, na sessão plenária inteiramente preenchida com perguntas ao Governo.

Não foram estas, porém, as únicas perguntas que ficaram sem resposta. Em branco, para sermos mais rigorosos, ficaram todas as outras questões formuladas pelo deputado comunista Luís Peixoto, qual delas a mais pertinente, sobre as quais haveria todo o interesse em conhecer

o pensamento dos responsáveis pela pasta da Saúde.

Como a de saber, por exemplo, como pensa o Governo travar, através da privatização, a escalada dos custos, baseando-se, como afirmou Luís Peixoto, "em teorias ainda não comprovadas como sendo absolutamente vantajosas".

Não menos importante foi a questão do financiamento, para a qual o Governo pretende encontrar uma solução fora do quadro actual, optando por privatizar em



Obedecendo a uma lógica que visa a destruição do SNS, é hoje claro que o Governo, no que se refere ao financiamento, prefere privatizar em vez de aproveitar os profissionais e os equipamentos que possui

vez de aproveitar os profissionais e os equipamentos existentes.

"Qual o motivo pelo qual não é possível que os serviços públicos tenham uma gestão eficiente? Qual o motivo pelo qual este Governo não está interessado em que isso aconteça?", inquiriu a propósito Luís Peixoto.

Noutro plano, antes de afirmar que a "saúde é um bem não comerciável", outros assuntos, que situou no quadro das suas preocupações, mereceram a aten-

ção do parlamentar comunista: "Como vai ser entregue o património existente aos privados? O que vai acontecer ao pessoal existente em cada uma das actuais instituições? Como vai ser disponibilizado o equipamento? Qual o futuro das carreiras profissionais?"

Como disse Luís Peixoto, "são muitas as perguntas". Resta insistir, defraudadas por ora as expectativas, que tenham resposta tão cedo quanto possível.



Barreiro

No âmbito das Comemorações do Dia Mundial dos Direitos do Consumidor (15 de Março), a Câmara Municipal do Barreiro realiza um colóquio subordinado ao tema «Sociedade de Consumo – Séc. XX».

O colóquio realiza-se dia 18 de Março, pelas 21.30 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro e terá como convidado o Prof. Mário Frota, da Associação Portuguesa dos Direitos do Consumidor – APDC de Coimbra.

Homenagem a Manuel da Fonseca

«Manuel da Fonseca, o Escritor na Música e nas Palavras dos Amigos», é o tema da Tarde Cultural promovida pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém, no próximo dia 12, pelas 15.00 horas, na «Sociedade de Harmonia», colectividade centenária da cidade natal do escritor e espaço cultural privilegiado da sua juventude.

O acontecimento, integrado na Evocação da Memória de Manuel da Fonseca, por ocasião do primeiro aniversário da sua morte, será precedido de romagem à campa, pela manhã, e contará com a participação voluntária e graciosa de grupos locais e de intelectuais e artistas, de entre os quais se encontram já confirmadas as presenças de:

- Condiños do Bracial;
- Grupo Emoções da Escola Secundária Manuel da Fonseca;
- José Severino;
- Luísa Basto e João Fernando;
- Mário Pereira;
- Paco Bandeira e Serafim Ferreira.

Moita

Na sua última sessão, a Assembleia Municipal da Moita aprovou, por unanimidade, os protocolos de acordo a celebrar brevemente entre a Autarquia e o Ministério da Educação, com vista à remodelação e ampliação da Escola Secundária da Moita e à construção de duas novas escolas C+S na Moita e na Baixa da Banheira.

As novas escolas terão capacidade para cerca de trinta turmas, do sexto ao nono ano de escolaridade e, segundo o Ministério, começarão a ser construídas ainda em 1994. A Câmara financiará este investi-

mento em trinta por cento do seu custo total, incluindo a cedência de terrenos e a execução dos arruamentos envolventes aos edifícios.

Na Moita, a nova escola ficará localizada na zona norte da vila numa área de futura expansão urbanística, enquanto na vila da Baixa da Banheira o equipamento a construir será implantado na área da Freguesia do Vale da Amoreira.

Alcácer do Sal

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, em moção aprovada por unanimidade na sua última sessão, defende a «urgente criação das Regiões Administrativas como forma de dar cumprimento ao preceito constitucional que as consagra» e manifesta-se no sentido de que o ano de 1994 seja o ano da sua concretização.

A AM de Alcácer do Sal considera que «a estratégia concentracionista seguida pelo Poder Central vem condicionando gravemente a orientação e gestão do Quadro Comunitário de apoio e dos meios financeiros afectos, com sérios prejuízos para o melhor ajustamento e aproveitamento dos recursos naturais, humanos e técnicos da região».

Na moção, os deputados municipais reivindicam o direito a uma intervenção efectiva e democrática neste processo, realçando a importância que a criação de Regiões Administrativas terá para o Alentejo, designadamente o seu litoral.

Os deputados municipais decidiram, ainda, numa outra moção aprovada por maioria, «apoiar a luta dos trabalhadores da função pública por salários mais justos, melhores condições de vida e condenar a política de confrontação social, inexplicavelmente seguida pelo Govern-

Argumento espantoso para a Linha de Sintra Governo diz que suspende comboios para segurança de passageiros

A Comissão de Utentes da Linha de Sintra criticou em comunicado o conteúdo da resposta do Governo enviada a um requerimento de um deputado na Assembleia da República (AR) sobre a supressão de comboios nos horários nocturnos. Assinada pelo gabinete do Secretário de Estado dos Transportes, o texto enviado à AR diz que «embora não tenha constituído razão principal para as medidas tomadas, a maior concentração de passageiros por comboios gera uma situação desmotivadora de actos de vandalismo, agressões, roubos, etc., contribuindo para aumentar as condições de segurança no interior dos comboios e estações».

Sobre essa passagem, a Comissão de Utentes considera que «a segurança de pessoas e bens cabe à CP e poderes públicos, mas é um absurdo que um país membro da Comunidade Europeia, sempre a reclamar a modernidade, deixe utentes sem transporte alegando razões de segurança. Concentrar passageiros em carruagens e deixar a segurança entregue a si mesmos, eis a política da CP. Se assim é, pergunta-se: como irão os utentes defender-se de grupos de meliantes organizados e armados? E por que não se pensou antes em eliminar carruagens em vez de comboios?».

Outro argumento apresentado pelo Governo, na resposta enviada à AR, para a supressão de comboios nocturnos (fazendo com que a partir das 23 horas só circulem composições em intervalos de cerca de uma hora), é o de que «apenas três dos sete mil e 500 passageiros da Linha de Sintra nos manifestaram o seu desagrado em relação às medidas tomadas».

A Comissão de Utentes desmente igualmente a afirmação, «provando que são mais de três os utentes a apresentar protestos», já que a própria Comissão «recolheu duas mil assinaturas de passageiros que manifestaram assim o seu desagrado pela medida». O abaixo-assinado vai aliás ser entregue ao presi-

dente da Assembleia da República, ministro dos Transportes e presidente do Conselho de Administração da CP com vista à reposição dos horários anteriormente em vigor.



Para o Ministério da tutela e para a CP parece que quanto mais cheios os comboios, maior a segurança dos passageiros

Comboios substituídos por polícia de choque

Entretanto, os constantes atrasos e suspensão de circulação de comboios geraram uma situação de grande tensão há duas semanas no Terminal da 5 de Outubro. Os utentes da Linha de Sintra que regressavam de Lisboa a suas casas, por volta das vinte horas, verificaram, mais uma vez, existir nova avaria que paralisara a

circulação de comboios. Uma situação que sucedeu depois de já nessa manhã, à hora de ponta, a circulação de comboios ter sofrido atrasos de uma hora. No Terminal da 5 de Outubro foi com «perplexidade, apreensão e repúdio» que os utentes, em vez de autocarros que obviassem a situação, encontraram a Polícia de Intervenção. Uma tentativa para calar os protestos que se fizeram ouvir, segundo o relato feito num comunicado da Comissão de Utentes da Linha de Sintra, que se manifesta indignada por «só ao fim de perto de duas horas e 30 minutos» a CP ter-se «dignado» disponibilizar autocarros para resolver a situação.

A Comissão de Utentes lembra a repetição de incumprimen-

teriais quanto à necessidade de serem tomadas medidas para terminar com este tipo de situações e tem sucessivamente solicitado com a empresa uma reunião para abordagem dos problemas e tomada de conhecimento das medidas que eventualmente estarão a ser tomadas para os resolver.

«Pensamos que se exige uma outra postura por parte das entidades responsáveis no sentido de minimizar os incontáveis prejuízos diários dos utentes», lê-se no comunicado.

Sobre a presença da Polícia de Intervenção, a nota da Comissão de Utentes manifesta a sua preocupação pela ocorrência e pergunta se «será que a CP, face à sua falta de capacidade para ofe-

to de horários, corte de comboios, composições superlotadas e avarias que «são a dura realidade de quem anda diariamente na Linha de Sintra».

«Este tipo de acontecimentos demonstra a situação caótica e degradante desta linha, o que não pode ser justificado com as obras em curso e que os investimentos já realizados nada alteram», diz a nota que lembra que a Comissão de Utentes vem insistindo junto da CP e dos responsáveis minis-

recer um transporte de qualidade, vai passar a recorrer às forças da ordem para tentar calar os justos protestos dos utentes em defesa dos seus direitos?».

«Pensamos que as forças da ordem têm o seu papel a desempenhar na Linha, mas só no sentido da protecção dos utentes contra roubos e agressões, isto é, na manutenção da tranquilidade e segurança de quem utiliza a Linha de Sintra», conclui a nota.

Verdes querem eleger um deputado ao Parlamento Europeu

O Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes» reuniu-se, em Lisboa, para abordar as eleições para o Parlamento Europeu. Objectivos, campanha eleitoral e indicação dos candidatos de «Os Verdes» que integrarão a lista da CDU foram as questões debatidas na reunião.

«Os Verdes» consideram o próximo acto eleitoral ao Parlamento Europeu de grande importância e querem contribuir activamente no esclarecimento dos cidadãos portugueses sobre as opções que se apresentam para o presente e para o futuro da Europa comunitária e de Portugal, uma vez que estão hoje em jogo projectos que negam o entendimento que «Os Verdes» têm de uma Europa solidária, de uma Europa de cooperação entre povos soberanos, de uma Europa assente num desenvolvimento sustentável, harmonioso e humanizado.

«Os Verdes» empenhar-se-ão, com dinamismo, na campanha eleitoral com o objectivo de contribuir para um bom resultado eleitoral da CDU, garantindo a eleição de um deputado

Verde para o Parlamento Europeu», afirma-se num comunicado saído dessa reunião.

«A eleição de um deputado ecologista reveste-se, hoje mais do que nunca, de maior importância, quando os problemas de ambiente se avolumam de dia para dia em Portugal, e muitos deles por consequências directas das opções políticas comunitárias e do papel periférico conferido a Portugal nesse espaço, e quando os desafios ecológicos da Humanidade requerem respostas concretas», diz a nota.

O Conselho Nacional dos «Verdes» confirmou como primeiro candidato dos Verdes, a integrar a lista da CDU, Isabel Castro (membro da Comissão Executiva Nacional dos Verdes e actual deputada na Assembleia da República). Indicou, ainda, os outros nomes a integrar a mesma lista: Manuela Cunha (membro da Comissão Executiva Nacional) e Heloísa Apolónia (membro da Comissão Executiva Nacional).

O deputado ao Parlamento Europeu eleito pelos Verdes portugueses integrará o Grupo Verde no Parlamento Europeu.

Migrações e discriminação

Os estrangeiros continuam a ser discriminados na Alemanha, embora a sua situação tenha melhorado nos últimos anos, indica um relatório anual apresentado a semana passada em Bona pela delegada do governo alemão-federal para as questões dos estrangeiros, Cornelia Schmalz-Jacobsen. Por outro lado, um relatório da OCDE revela que os movimentos migratórios continuam a aumentar e que a discriminação dos estrangeiros se acentua para as pessoas de cor.

Salários mais baixos, piores postos de trabalho, problemas das crianças nas escolas e dificuldades em arranjar casa são algumas das situações com que os estrangeiros, cujo número atinge os quatro milhões, incluindo 140 mil portugueses, se vêem confrontados na Alemanha.

O relatório divulgado em Bona constata, no entanto, que muitos alemães passaram a intervir mais em defesa dos direitos dos estrangeiros, sobretudo depois dos atentados e motins racistas no país.

"Somos um país de imigração e temos de retirar daí as devidas consequências", afirmou a senhora Schmalz-Jacobsen. A discriminação dos estrangeiros está longe de ser apenas um fenómeno alemão. Ainda na semana passada, o relatório anual da OCDE sobre as migrações dava conta de que a observação dos movimentos migratórios em direcção aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) regista um reforço desses movimentos e manutenção da discriminação face aos estrangeiros.

O documento, que se reporta ao período 1981/1991, assinala que se verificou um maior peso de emigrantes da América Latina nos Estados Unidos, de europeus (sobretudo do centro e leste) na Europa e de Asiáticos na Austrália e também no Japão, país que

pela primeira vez figura no relatório. Portugal, considerado um país de emigração, não figura no relatório que é dedicado aos países da OCDE procurados por imigrantes estrangeiros.

A OCDE considera três grupos de países de imigração na Europa: um em que os imigrantes constituem menos de 5,0 por cento da população (Dinamarca, Noruega, Holanda, Reino Unido, Espanha e Finlândia); um segundo com 5,0 a 10,0 por cento (Bélgica, Alemanha, Áustria, França e Suécia); e um terceiro com a Suíça (17 por cento de imigrantes) e Luxemburgo (28 por cento).

Nos Estados Unidos, Canadá e Austrália, países que definem uma quota máxima anual de entrada de imigrantes, verificou-se uma redução relativa no número de novos imigrantes europeus.

Os Estados Unidos, que tinham em 1990 quase 20 milhões de residentes estrangeiros legalizados, viram o peso dos imigrantes provenientes do continente americano crescer de 41 por cento em 1981 para 70 por cento em 1991, confirmando o México o primeiro lugar, com 946 000 emigrantes legalizados.

A OCDE estima que em 1992 o número de emigrantes clandestinos nos EUA alcançaria 1,2 milhões de pessoas.

Os Estados Unidos atingiram em 1991 o número recorde de 1,8

milhões de novos imigrados, sendo 1,12 milhões de situações regularizadas e 700 000 novas entradas, salientando-se os pedidos de entrada de haitianos fugidos ao golpe de Estado no seu país.

A taxa de desemprego dos imigrantes nos Estados Unidos era em 1991 de 6,5 por cento para os brancos, 11,8 por cento para os hispânicos e 13,9 por cento para os negros.

Desemprego

Na Austrália, onde um quarto da mão-de-obra é estrangeira, os nacionais do Reino Unido continuam a ocupar o primeiro lugar entre os imigrantes e os europeus ainda são os mais numerosos mas a emigração europeia para aquele país está a regredir, enquanto cresce o fluxo de asiáticos.

Também aqui a taxa de desemprego entre os emigrantes chegados à Austrália em 1991 atinge 35,7 por cento, contra 15,6 por cento para os que chegaram na segunda metade da década de 80.

No Canadá, onde no início da década de 80 os imigrantes chegavam sobretudo do Reino Unido e dos Estados Unidos, cresce a emigração de Hong Kong, Polónia, China e Índia.

Relativamente aos países europeus da OCDE, verificou-se nos últimos anos um grande crescimento da chegada de imigrantes provenientes do centro e leste da Europa e de pedidos de asilo de naturais da ex-Jugoslávia, sendo os seus principais destinos a Alemanha, a Áustria e a Suécia.

Quanto às migrações do Magreb e da África Subsahariana, França, Itália e Espanha são os países mais procurados. Na Alemanha, que é o país mais procurado pela imigração, os turcos representam um terço da população estrangeira. No Reino Unido,

o Paquistão continua a ser a principal "fonte" de imigrantes, seguido da Índia e dos Estados Unidos.

Relativamente aos pedidos de asilo, a Suécia é maioritariamente procurada por naturais do Iraque, Irão e Somália; na Alemanha, Suíça e Holanda a maioria dos pedidos vem da Europa central e de leste; em França há grande número de solicitações de asilo de asiáticos mas também de africanos.

Os pedidos de asilo de cidadãos da ex-Jugoslávia têm um peso crescente.

Em relação ao Japão, um Estado que nunca encorajou a imigração e que foi um país de emigração até aos anos 60, tem actualmente 1,2 milhões de estrangeiros, sendo os coreanos e chineses os mais numerosos.

O aumento das chegadas ao Japão de imigrantes provenientes da América Latina, em particular do Brasil, é um traço dos anos mais recentes, estando a crescer a emigração clandestina (280 000 clandestinos estimados em 1992), que trabalha sobretudo na indústria e construção, no caso dos homens, e em bares, no caso das mulheres.

A OCDE defende que a única solução duradoura a médio e longo prazo para o problema da imigração é o desenvolvimento económico dos países de emigração, confrontados com problemas de subdesenvolvimento e falta de empregos mas também com problemas de opressão política.

Preconiza estratégias de cooperação que favoreçam a criação de emprego nesses países, com consolidação dos sectores de mão-de-obra intensiva (agricultura, têxtil e outras indústrias, construção), melhoria das infra-estruturas económicas e sociais e dos circuitos administrativos e financeiros e democratização política e social.

Hungria

A Hungria vai formalizar em Abril o pedido de adesão à União Europeia (UE), anunciou a semana passada o primeiro-ministro húngaro, Peter Boross, após um encontro com o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors. Segundo a Lusa, Jacques Delors assegurou a Boross que a UE pretende "pôr em prática" o princípio de alargamento da comunidade a países capazes de se adaptarem às normas europeias.

O presidente da Comissão Europeia, que se deslocou a Budapeste para uma visita de três dias, não avançou no entanto qualquer calendário para a eventual adesão da Hungria à UE.

Delors declarou que "está na altura de a Comissão Europeia fazer o balanço do apoio acordado até agora às novas democracias da Europa central e do leste, durante o seu período de transição". Boross, por seu turno, garantiu que o seu país "fez muito" económica e politicamente a fim de criar as condições de entrada na União Europeia.

Virtudes da PAC

O ministro da agricultura, Arlindo Cunha, afirmou há dias em Aljustrel que a reforma da Política Agrícola Comum serve em pleno o Alentejo e há-de ser reconhecida no futuro por aqueles que a criticam.

Arlindo Cunha, que falava na cerimónia de inauguração do edifício-sede da zona agrária de Aljustrel, reconheceu as "dificuldades existentes no sector agrícola nacional" mas reafirmou as virtudes da reforma da PAC.

"A reforma da PAC há-de ser reconhecida um dia por alguns daqueles que a criticam", afirmou o ministro, enquanto considerava, em relação ao Alentejo, que a nova PAC lhe "encaixa como uma luva numa mão".

O ministro aproveitou ainda a ocasião para se manifestar sobre a questão das fraudes na atribuição dos subsídios à agricultura, chegando à brilhante conclusão que "por haver um agricultor que cometeu uma fraude ninguém tem o direito de chamar a todos eles vigaristas".

Registe-se, a título de curiosidade, que o edifício agora inaugurado começou a ser construído há oito anos. A esta velocidade, vamos ainda ter de esperar muito para reconhecer as tais virtudes da PAC.

Projectos

A Comissão Europeia aprovou os quatro primeiros projectos portugueses financiados este ano pelo Fundo de Coesão, que envolvem um investimento de 10 milhões de contos, dos quais 8,5 milhões comparticipados por aquele fundo.

No sector dos transportes, a Comissão contribui para a realização do troço Algés/Buraca da CRIL (Circular Regional Interna de Lisboa), cuja construção, iniciada em Novembro de 1991, deverá estar concluída em Julho do ano corrente.

O custo total da obra ultrapassa os nove milhões de contos, dos quais sete milhões são financiados pela Comunidade.

Foi igualmente aprovado um projecto de dragagem do porto de Setúbal, cujo valor total se cifra em 644 mil contos. A comparticipação comunitária será superior a 529 mil contos. Este projecto visa a melhoria das condições de acessibilidade e de funcionamento do Terminal de Contentores.

A selagem do actual aterro multimunicipal do Baixo Mondego e a construção de um novo, susceptível de servir uma população estimada em 613 400 pessoas, serão comparticipadas pela Comunidade em mais de 784 mil contos. O montante total necessário à realização deste projecto, que deverá estar pronto em Dezembro deste ano, ronda os 990 mil contos.

O quarto projecto visa a construção de um sistema interceptor para tratamento das águas residuais de Faro, prevendo-se que sirva uma população residente e turística de 112 185 habitantes. Este projecto insere-se num programa mais vasto, cujo horizonte foi fixado no ano 2023, destinado a requalificação da Ria Formosa. Os principais trabalhos deverão estar prontos em Dezembro próximo. A contribuição comunitária será de 333,2 mil contos. O custo total ascende a mais de 392 mil contos.

Em 1994, os recursos disponibilizados pelo Fundo de Coesão serão de 1,853 milhão de ECU (mais de 352 milhões de contos). A dotação que reverte para Portugal situa-se entre 16 e 20 por cento do montante global.

O Fundo de Coesão, instituído em Abril de 1993, destina-se ao apoio do esforço de

convergência económica exigido aos quatro países menos prósperos da União Europeia - Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda.

Filmes

O "festival de curtas metragens" de Vila do Conde, o "Cinanima" em Espinho e o encontro "100 anos de Cinema", no Porto, vão ser co-financiados este ano pela Comissão Europeia. Os dois primeiros foram contemplados com 12 500 ECU (2 450 contos) cada e o terceiro receberá 15 mil ECU (2 940 contos).

A lista de apoios, divulgada pelos serviços do comissário responsável pelo plano de audiovisual, João de Deus Pinheiro, inclui 55 festivais de cinema (gerais e especializados), sete encontros audiovisuais, seis centenários de cinema e três prémios cinematográficos, abrangendo um público avaliado em 1,3 milhão de pessoas.

Uma verba total de 790 mil ECU (154 840 contos) contemplou 71 projectos espalhados por toda a Europa comunitária, mas com especial incidência nos países cujas cinematografias dispõem de menor capacidade de produção.

Perguntas e respostas

Minas da Panasqueira tão longe de Bruxelas

As minas da Panasqueira já encerraram, com o seu rol de consequências sociais e económicas, mas a notícia não chegou a Bruxelas. Esta a conclusão que se pode retirar da recente resposta do comissário Bruce Millan ao eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro, a propósito da situação nas referidas minas.

A pergunta data de Outubro do ano passado e, no essencial, questionava a Comissão sobre a existência de algum "plano específico" para a defesa das minas, inseridas "numa região onde o desemprego atinge já níveis de 20 por cento e que se encontra em perigo de desertificação". Ao mesmo tempo, inquiria-se aquele organismo sobre a observância das condições que estiveram na origem de um financiamento à empresa gestora das minas, pretensamente para a recuperação das mesmas.

A resposta da Comissão veio datada de 28 de Fevereiro e diz expressamente:

"As minas da Panasqueira estão situadas na Região Centro de Portugal para a qual a Comissão adoptou, em 31 de Julho de 1990, um programa operacional cujo objectivo consistia em co-financiar infra-estruturas de carácter municipal. Este programa, que tem estado a ser levado a cabo conforme planeado, pretende reforçar a base

económica regional e terá consequências positivas a longo prazo para a região em causa. Um programa mais pormenorizado para o período 1994-1999 será adoptado pela Comissão quando o quadro comunitário de apoio para Portugal tiver sido aprovado.

A Comissão não possui quaisquer outras informações das autoridades portuguesas relativas ao futuro das minas, mas pressupõe que as negociações estão ainda por concluir".

A Comissão pressupõe mal. E o futuro foi o encerramento das minas.

Verbas e PSD

A aguardar resposta está outra questão, esta colocada pelo eurodeputado Joaquim Miranda e relativa à utilização de verbas do Fundo Social Europeu. Em causa está a utilização pelo Instituto Progresso Social e Democracia (IPSD), um organismo estreitamente ligado ao PSD, de cerca de 670 milhões de escudos do Fundo Social Europeu.

Dada a natureza "eminente política e partidária de tal instituto, e não se vislumbrando na regulamentação do FSE qualquer disposição que permita contemplar acções de formação partidária e tão-pouco financiar partidos políticos, mesmo que indirectamente", solicita Joaquim Miranda à Comissão "uma informação rigorosa, detalhada e urgente sobre o assunto". Esperemos.

Cuba

O bloqueio norte-americano a Cuba é também sentido - pelas dimensões que assume - bem longe das fronteiras do país.

Um exemplo simples, ocorrido em Portugal, poderá dar-nos uma ideia mais palpável do que representa, também em termos humanos e no quotidiano de cada um, o cerco dos EUA ao povo cubano.

Em 7/6/93, um balcão da União de Bancos Portugueses (UBP) em Coimbra efectuou, por ordem de um seu cliente, uma transferência de dinheiro, com destino a Cuba, via EUA (Chase Manhattan Bank), a qual se destinava a um filho desse cliente, internado em Havana para tratamento hospitalar.

Ao abrigo do bloqueio comercial que, desde há cerca de 30 anos, foi aplicado àquele país, a transferência ficou retida, tendo mesmo as autoridades americanas confiscado o seu valor, no quadro de uma política de congelamento dos bens em trânsito para Cuba.

Indígenas

Segundo dados divulgados pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador, 90% dos 300 milhões de indígenas existentes no mundo vive em condições de extrema pobreza. A Confederação considera que a marginalização destas populações é ainda um "resíduo histórico" fruto da "dominação de um grupo da população sobre outro".

Guatemala

Um relatório divulgado pela comissão de direitos humanos dos bispos da Guatemala sublinha que os abusos cometidos contra as liberdades dos cidadãos sofreram um agravamento no país em 1993.

Salvador

Em 20 de Março vão realizar-se as primeiras eleições

Palestina

Protesto em Telavive contra massacre de Hebron

Desde o massacre de Hebron, soldados e colonos israelitas já mataram quase três dezenas de palestinianos e feriram centenas na Cisjordânia e Gaza. O massacre prossegue portanto, pondo em causa - e será esse sem dúvida o objectivo - os avanços entretanto obtidos no processo de paz.

Processo de paz que igualmente tropeça com a realidade repressiva do quotidiano. O bloqueio dos territórios ocupados mantém-se, impedindo cerca de 70 mil palestinianos de irem trabalhar para Israel. Continua também em vigor o recolher obrigatório nas principais localidades da Cisjordânia.

O massacre recolocou, ainda, de forma particularmente premente - e dramática - a questão dos colonatos.

Dezenas de milhares de israelitas concentraram-se sábado passado no centro de Telavive para protestar contra o massacre de Hebron e exigir o desarma-

mento dos colonos. Uma manifestação muito significativa, convocada pelo movimento Paz Agora, e que pela primeira vez juntou judeus e árabes de Israel em defesa do ameaçado processo de paz.

A gravidade da situação terá mesmo levado a maioria dos ministros de Rabin a afirmar-se favorável à evacuação imediata dos colonos que vivem no centro da cidade de Hebron.

O massacre de Hebron, não apenas reflecte toda a urgência do processo de paz e respeito pelos direitos do povo palestiniano, como recoloca a questão maior dos colonatos, cuja discussão Israel pretenderia adiar para fase posterior.

Líderes palestinianos nos territórios ocupados, como Faïçal Husseini, aconselharam estes dias a modificação dos acordos estabelecidos até agora, sobretudo no que diz respeito aos colonatos.

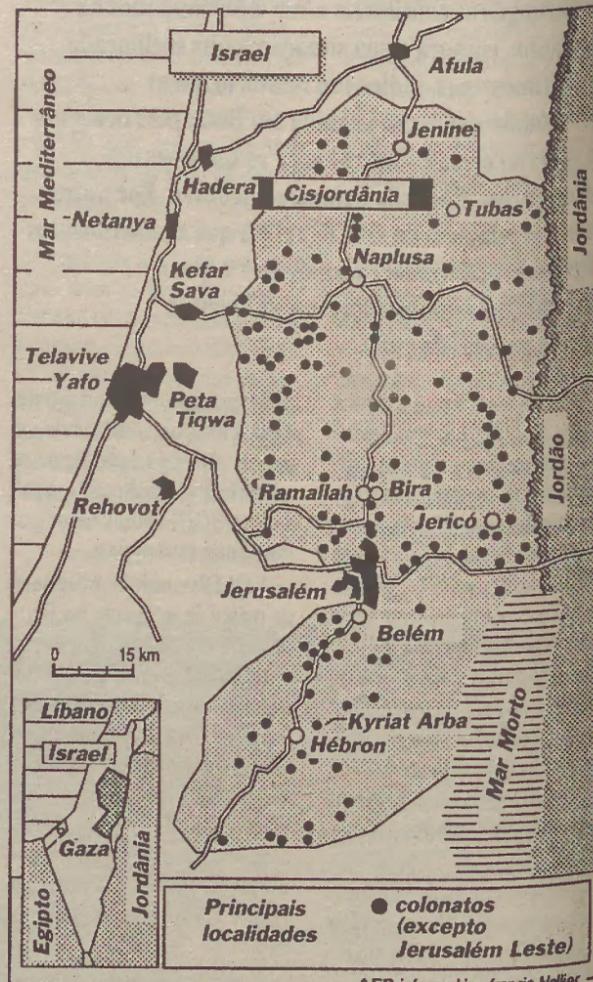
Não é problema pequeno. Há 144 destes povoamentos israelitas, disseminados por toda a Cisjordânia. Neles vivem cerca de 120 000 colonos, armados, de que se calcula que pelo menos 20% são abertamente hostis à

restituição dos territórios ocupados.

É verdade que, na sequência do massacre, e segundo uma sondagem realizada pelo Centro internacional pela paz no Médio Oriente, quase 80% dos israelitas condenariam os dramáticos acontecimentos de Hebron. Mas apenas 14% consideram que o governo deveria aceitar o desmantelamento dos colonatos para facilitar o êxito das negociações de paz. Por outro lado, e segundo uma outra sondagem divulgada pelo diário israelita "Yediot Aharonot", 66% defendem que o movimento de extrema direita Kach, de inspiração fascista, deveria ser declarado ilegal.

Um quadro difícil em que entretanto a manifestação de Telavive testemunha do crescer de exigências de paz também em Israel. O que nomeadamente poderá abrir caminho à consideração das exigências base dos palestinianos - o desarmamento dos colonos judeus; a renegociação dos acordos concluídos em Oslo e no Cairo; uma força internacional para proteger os territórios ocupados - e a novos avanços urgentes no processo de paz.

São 144 os colonatos judeus disseminados por todo o território palestiniano. Uma realidade de que hoje - após o massacre de Hebron - ressalta o carácter ameaçador



AFP infographie - francis Nallier

Cuba

A farsa americana dos direitos humanos

A acusação de violação de direitos humanos é uma das linhas de ataque de Washington contra Cuba, e que justificaria, perante a opinião pública, políticas de boicote e isolamento. Em nome da defesa de valores democráticos. Ou mais abertamente, como forma de pressão para uma mudança de regime, mais conforme aos interesses dos EUA, que não naturalmente do povo cubano.

Mas coisa diversa é a imagem que se pretende difundir, e impôr como verdadeira, e outra as realidades concretas que estão longe de se adequar a essa imagem. Como explicitamente é reconhecido em documento dos serviços secretos norte-americanos em Havana, em que se fala das dificuldades em encontrar casos consistentes de violação de direitos humanos. E textualmente se afirma que do que em geral se trata - no quadro de um programa de refugiados teoricamente dirigido a vítimas de perseguição política - é de uma nova imigração económica, ligada a dificuldades também agravadas pelo boicote dos EUA

contra Cuba. Boicote justamente apontado a nível internacional também como uma forma de violação de direitos humanos.

Aqui nos limitamos a transcrever alguns pequenos extractos - que falam por si - do documento dos serviços secretos norte-americanos.

• "No processamento de pedidos de visas de refugiados continuam a aparecer casos pouco sólidos. A maioria das pessoas apresenta pedidos, mais que por temer quaisquer perseguições, por causa da deterioração da situação económica".

• "Os pedidos apresentados pelos membros dos grupos de direitos humanos caracterizam-se por descrições gerais e imprecisas sobre pretensas actividades de direitos humanos (...) Nos últimos meses continuam a registar-se as acusações de pedidos fraudulentos por parte de activistas e venda de avals de testemunho por parte dos dirigentes de direitos humanos. Devido à falta de provas documentais verificáveis" consideram-se

os casos de direitos humanos como "os mais susceptíveis de fraude".

• "Praticamente em nenhum dos casos são apresentadas provas de ter havido buscas domiciliárias, interrogatórios, detenções ou prisão. Em geral, os activistas alegam ser perseguidos pela segurança do Estado mas raramente apresentam provas que documentem estas afirmações".

• "Nos últimos cinco anos, dos 47 casos de direitos, apenas um invocou um total de mais de 30 dias de detenção por actividades ligadas aos direitos humanos. E nem sequer foi capaz de dar provas dessa detenção (...) A maioria dos activistas só consegue descrever vagamente a sua participação em grupos de direitos humanos".

• Apesar disso, continua-se a "ser flexível apresentando casos que, apesar de não cumprirem todos os requisitos, podem, pela sua natureza, ser úteis aos interesses dos Estados Unidos".

Carradas de cinismo

A Humanidade foi posta em estado de alvoroço por causa de um morteiro que matou num mercado de Sarajevo perto de seis dezenas de pessoas.

A notícia correu o mundo nas asas da CNN e de todas as poderosas corporações do ramo. As rádios e os jornais tentaram não perder o comboio. A notícia entrava a matar. E insinuava que tinham sido os sérvios bósnios, pois os mortos eram muçulmanos bósnios.

E sem esperar pelos resultados de inquérito que se revela inconclusivo para determinar a origem do morteiro, os grandes do mundo decidem atacar os sérvios bósnios, e por último, a NATO, cuja área de intervenção é estranha aos Balcãs, lança um ultimatum para que os sérvios bósnios retirem o seu armamento pesado em torno de Sarajevo, caso contrário estariam sujeitos a bombardeamentos...

O mundo conteve a respiração e a política dos sérvios ajudou a restabelecer a respiração normal da Humanidade.

Mais tarde a TFI informa que o morteiro assassino tinha sido disparado do lado muçulmano.

Há dias, num atentado terrorista perpetrado por israelitas matou mais de setenta muçulmanos e feriu centenas. Um homem, coadjuvado por alguns auxiliares, disparou até mais não poder matar. As vítimas rezavam. Era uma sexta-feira. A hora da prece. A hora para os fundamentalistas sionistas atacarem os que rezavam na mesquita de Ibrahim ou gruta de Abraão.

E as notícias chegaram sem que as "doridas" consciências ocidentais se lembrassem de punir os agressores.

É que o atentado foi cometido num território ilegalmente ocupado, para defender colonatos (ilegais face às resoluções da ONU) e provocou dezenas de mortos de muçulmanos.... No entanto, até agora não foi possível reunir o Conselho de Segurança. A NATO continua alegre e contente ao lado de Israel. Clinton dá a mão a Isac Rabin. E Portugal a França e a Grã-Bretanha e a RFA e o Ocidente receberam os dirigentes sionistas como velhos amigos...

Quem sabe se um muçulmano da Bósnia vale mais para o Ocidente que um muçulmano palestiniano. Quem sabe se as palavras de um Rabin de Jerusalem que dizia "...."vale mais uma unha de um judeu que a vida de 1 milhão de árabes"... tocam fundo o coração dos ocidentais. É que a mortalidade de muçulmanos iraquianos, há anos, parecem querer confirmá-lo.

Domingos Lopes

Colóquio internacional em Lisboa sublinha gravidade da crise e destaca papel dos comunistas

A convite do Partido Comunista Português, realizou-se, nos dias 4 e 5 de Março, em Lisboa, um Colóquio Internacional sobre «A situação económica, social e política na Europa comunitária - a resposta dos trabalhadores por uma alternativa de progresso social». Neste colóquio participaram, como representantes do Partido do Socialismo Democrático, da Alemanha, Fritz Schumann, porta-voz para os problemas económicos do Grupo do PDS/Lista Esquerda no Bundestag, e Hans Peter Hartman, sindicalista, antigo presidente do Conselho da Empresa Belfa - Berlim Leste; do Partido Comunista de Espanha, José Luis Nuñez, da Comissão Permanente, e Santiago Gonzalez, colaborador do departamento económico; do Partido Comunista Francês, Gérard Streiff, do Comité Nacional, e Dominique Touraine, da Secção Internacional; do Partido Comunista da Grécia, Giannis Theonase, do Bureau Político, e Babis Angorakis, do Comité Central; do Partido da Refundação Comunista, da Itália, Fausto Sorini, do Bureau Nacional, e Franco Calamida, da área industrial e do Conselho Municipal de Milão; e do Partido Comunista Português, Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado, Agostinho Lopes, da Comissão Política e do Secretariado, Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, Albano Nunes, do Secretariado e responsável da Secção Internacional, e Carlos Aboim Inglez, do Comité Central e da Secção Internacional.

Os participantes no colóquio assistiram ao comício que, sexta-feira à noite, assinalou em Lisboa os 73 anos do PCP. Também à margem dos trabalhos do colóquio, tiveram encontros com o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e com o presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal. Sábado à tarde, em conferência de imprensa realizada num hotel da capital e em que estiveram presentes todas as delegações, foi dada uma informação sobre os trabalhos do colóquio. Respondendo a perguntas dos jornalistas, os camaradas franceses, espanhóis, gregos, italianos e alemães aprofundaram alguns temas e problemas dos seus países e do movimento comunista e operário europeu (ver pág. 23).

«O Colóquio possibilitou a realização de uma ampla troca de informações, experiências e opiniões», afirma-se na declaração apresentada pelo camarada Domingos Abrantes na conferência de imprensa. A iniciativa «confirmou que em cada país existem situações muito diversificadas exigindo respostas necessariamente diferenciadas a partir da análise e reflexão própria de cada partido. Ao mesmo tempo evidenciou a existência de uma vasta problemática comum».

«Foi examinada a profunda crise económica, social e política nos países da Comunidade Europeia. Crise que radica na própria natureza do capitalismo e na sua incapacidade para dar solução aos problemas que hoje se colocam à Humanidade e que evidencia a falência das receitas monetaristas neoliberais e as nefastas consequências da absolutização do papel do "mercado" e da "competitividade". Crise por que é também responsável a social-democracia que, quando no governo, tem aplicado as políticas neoliberais da direita. Crise que revela características e traços novos do capitalismo na actualidade cujo conhecimento importa aprofundar incluindo através do confronto das análises e reflexões dos partidos interessados».

«Particular atenção foi dada ao agravamento da situação social

nos respectivos países e no conjunto da CE, com o desemprego massivo e crónico, com o alastramento da pobreza e da exclusão social, a precarização do emprego, a desvalorização do preço da força de trabalho e uma ofensiva generalizada contra direitos e conquistas dos trabalhadores e contra serviços públicos e de protecção social das populações (saúde, ensino, segurança social, habitação, etc.). Ofensiva que afecta particularmente os direitos das mulheres, da juventude, dos trabalhadores emigrantes e é acompanhada de inquietantes manifestações de racismo, xenofobia e nacionalismo e de brutal exploração dos povos do Terceiro Mundo. Com tais políticas preten-



No colóquio de 4 e 5 de Março participaram representantes do PDS alemão, da Refundação Comunista Italiana e dos partidos comunistas de Espanha, França, Grécia e Portugal



Na conferência de imprensa que teve lugar sábado à tarde, Domingos Abrantes apresentou uma declaração sobre os trabalhos do colóquio. Na pág. 23 reproduzimos os extractos mais significativos das respostas dos representantes dos demais partidos às perguntas dos jornalistas

de-se que sejam os trabalhadores e os povos a pagar o preço da crise e da aguda competição que se desenvolve no plano mundial entre as grandes multinacionais e grandes blocos económicos.

«No Colóquio foram valorizadas as amplas lutas que têm tido lugar nos diferentes países da Europa contra as políticas antipopulares dominantes e sublinhada a importância do fortalecimento do sindicalismo de classe, unitário, democrático e de massas, profundamente identificado com os interesses e aspirações dos trabalhadores, em cada país e no plano internacional. Foi valorizada a crescente resistência e firme oposição às tentativas para através da "concertação social" co-responsabilizar os sindicatos em políticas profundamente lesivas dos interesses dos trabalhadores».

«Os participantes no Colóquio trocaram opiniões sobre o actual processo de "construção europeia", dominada pelos interesses dos grandes grupos económicos, coincidindo amplamente quanto às negativas consequências da orientação neoliberal que enforma o Tratado de Maastricht. Foi geralmente sublinhada a importância de acções concertadas e iniciativas conjuntas dos trabalhadores e das forças progressistas contra o desemprego e por uma Europa em que a dimensão social do desenvolvimento seja plenamente respeitada e promovida. O "Livro Branco" sobre "crescimento, competitividade e emprego" não responde a esta necessidade, antes consagra uma orientação tendente a assegurar o aumento dos lucros do grande capital».

«Foi salientado que as próximas eleições para o Parlamento Europeu, em que cada partido intervém com o seu programa próprio e a sua própria política de alianças, será ocasião para uma importante batalha política em defesa dos trabalhadores, das populações e da democracia e para ampliar a convergência das forças empenhadas na luta por uma Europa de progresso, paz e cooperação».

«O Colóquio, que decorreu num ambiente de camaradagem, não teve como objectivo a elaboração de conclusões sobre a problemática abordada. Mas permitiu um efectivo e útil intercâmbio de informações e opiniões e abriu pistas para o desenvolvimento da cooperação ulterior entre os partidos participantes, assim como com outras forças progressistas».



Os participantes no colóquio tiveram oportunidade de se encontrar com Álvaro Cunhal e com Carlos Carvalhas, e assistiram ao comício que em Lisboa assinalou o 73º aniversário do PCP



gerais depois da assinatura, em 1992, dos acordos de paz. A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) participa pela primeira vez, como partido legal, num processo eleitoral.

O que está em causa, nas palavras de um dirigente da FMLN, "é a paz ou a viragem à direita, com o avanço do neoliberalismo e o fechar dos espaços democráticos". Sondagens recentes apontam para uma votação da ordem dos 40% no candidato da Aliança Republicana Nacionalista (ARENA), próximo dos esquadrões da morte; 22% para a Frente Farabundo Martí e 14% para os democratas-cristãos. A concretizarem-se estas sondagens, deverá vir a realizar-se uma segunda volta. Entretanto a violência continua a marcar o quotidiano do país. No seu primeiro relatório, a comissão dos direitos do homem de Salvador afirma ter recebido, em quatro meses, mais de 1500 denúncias de atentados aos direitos do homem. Desde a assinatura dos acordos de paz, em 1992, foram assassinados 38 militantes da FMLN.

Brasil

Cerca de 100 mil metalúrgicos em São Paulo realizaram uma greve de advertência, correspondendo ao apelo da Força Sindical, e a CUT e a CGT - centrais sindicais brasileiras - ameaçam com a realização de greves gerais.

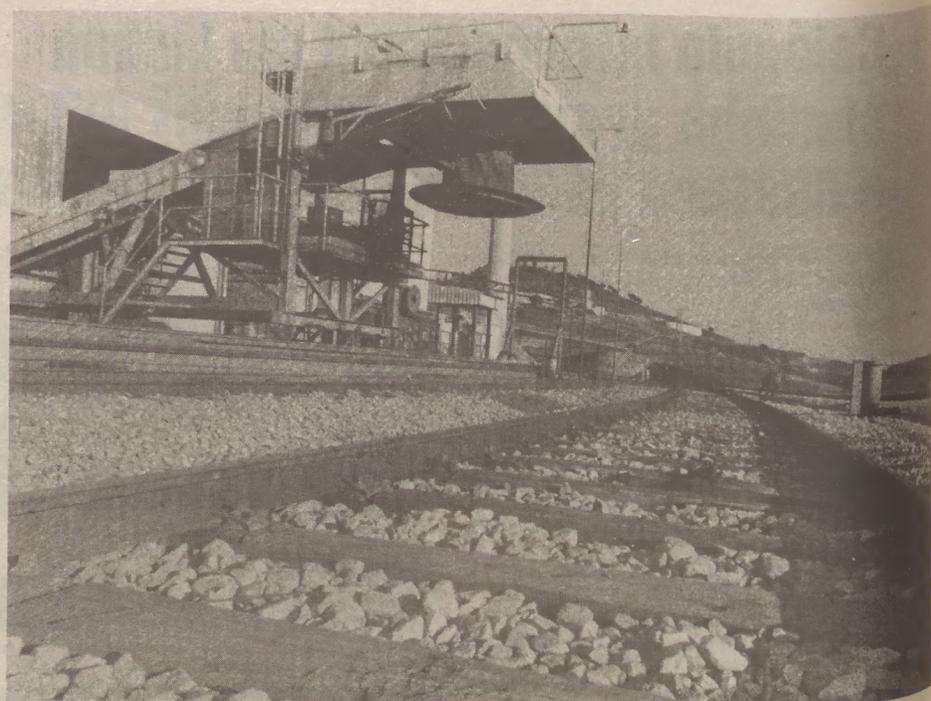
Em causa as perdas resultantes da conversão dos salários para o novo indexador geral da economia, a Unidade Real de Valor (URV), cujo valor nominal é equivalente ao dólar norte-americano.

O plano não teve em conta os valores salariais vigentes em 1 de Março, mas apenas dos meses anteriores, o que, numa economia inflacionada como a brasileira, representa para os trabalhadores perdas da ordem dos 40%.

A adopção do novo indexador também acarretará perdas para os trabalhadores que ganham salário mínimo.

Diz um canto de Aljustrel, no Distrito de Beja, que “o mineiro sempre deu/ produto à nossa nação/ arrancando os minerais/ por baixo do frio chão”. A história deste Concelho, um dos mais antigos da nacionalidade, está intimamente ligado às minas e à metalurgia. A exploração dos seus inesgotáveis filões de pirite vem desde a Idade do Bronze até aos nossos dias, embora hoje, por razões do ultraliberalismo reinante, as minas estejam paradas. Não que haja ausência de projectos. Estudos recentes concluíram pela alta rentabilidade económica da exploração das pirites, aplicando novas tecnologias criadas localmente e aproveitando integralmente os diversos compostos deste minério. O Estado investiu qualquer coisa como 17 milhões de contos em infra-estruturas e o projecto arrancou em 1991. Só que tarde e a más horas, não respeitando os seus próprios prazos de execução e acabando por ser apanhado pela brutal degradação dos preços ocorrida nos últimos anos, sobretudo devido à entrada nos mercados de baratíssimos fornecimentos destes produtos vindos dos países de Leste.

A apreensão instalou-se no Concelho, a braços com outra crise, a da agricultura local, outrora florescente mas agora outra vez devorada pelo absentismo latifundista. E o tempo voltou a ser de luta, em Aljustrel. ■



Reportagem de Henrique Custódio

A lavaria (de que se vê o terminal ferroviário) é uma das peças-chave do Projecto de Produção do Concentrado promovido pela EDM, permitindo o aproveitamento do cobre, chumbo e zinco das pirites. Trata-se de sofisticada tecnologia desenvolvida localmente e que está à espera... dos mercados

Mourianes, Mourianes...

"Da mina vinha o dinheiro e o campo nos dava o pão"

Cantam como quem respira. Ao almoço, para que gentilmente nos convidaram, a conversa e os cantos cresceram, inseparáveis, na construção das explicações que nos deram. Nunca, como ali, lamentámos que a escrita do nosso mister não fosse acompanhada de registo audiovisual. Aqueles mineiros de Aljustrel merecem toda a Informação do mundo.

Solicitámos ao Sindicato dos Mineiros de Aljustrel que nos recebesse. A resposta chegou pronta à Redacção, ainda não tínhamos posto os pés ao caminho: o encontro começaria à volta de um almoço, na vila. Quando chegámos, já lá estavam mais de 20 a almoçar. A recepção foi simples: cantaram. “Minha terra é linda! mais linda é ainda por não vender flores”, “Não se vendem rosas! cravos

também não! os lírios são lírios! os tristes mártires! que as saudades dão”. Um arrepiou. Pussemos-nos um tinto na mão e encaminharam-nos para a sala ao lado, onde aguardava o grupo que iria conversar connosco. Atrás de nós, a moda continuava, em coro afinado: “Linda camponesa! de machado na mão! assim se defende! a nossa nação”. Chegaram pontualmente e



Esta torre com a "jaula de descida" levava os mineiros a 300 metros de profundidade. Hoje limita-se a ser um ex libris

Aljustrel é uma mina por baixo do frio chão

José Godinho, presidente da Câmara Instabilidade assim só na II Guerra Mundial

“Criou-se em Aljustrel um clima de grande instabilidade. Sente-se na população a preocupação do futuro, com expressões concretas na retração do consumo e as decorrentes consequências no comércio local. É uma situação inédita no Concelho, onde não havia crise de emprego desde a II Guerra Mundial”. Palavras de José Godinho, presidente da Câmara Municipal de Aljustrel agora em segundo mandato, que falou para a nossa reportagem juntamente com o vereador Manuel Camacho, engenheiro que trabalhou na lavaria-piloto e, hoje, é autarca a tempo inteiro, num executivo onde a CDU reforçou a maioria absoluta (cinco lugares, num executivo de sete).

ram-nos os nossos interlocutores, com José Godinho a acrescentar: “Este momento de viragem corresponde aos objectivos de desenvolvimento de qualquer região: deixar de ser mera produtora de matérias-primas, para incorporar o valor acrescentado localmente”. Manuel Camacho precisou: “Trata-se de um projecto que aproveita integralmente as pirites, através de nova tecnologia desenvolvida localmente pela EDM nos 10 anos anteriores, nomeadamente com a criação da lavaria-piloto”.

Os caminhos numa crise

Então onde surgiram os problemas? Explicaram-nos: “A grande dificuldade resultou do não cumprimento da ca-

lendarização para as diversas fases da implementação do PPC”. O atraso no cumprimento dos prazos previstos para a laboração e a rentabilidade conduziram a dois atrasos mais graves: “o da oferta do produto e o da sua entrada nos mercados”. Daí à não satisfação de compromissos e à rotura financeira foi um passo vertiginoso. E pomenorizaram:

“Se se tem cumprido a calendarização, quando ocorreu a baixa da cotação dos metais já haveria produção e o projecto estaria a funcionar a 100%, o que lhe permitiria suportar esta flutuação do mercado”. E compararam: “Veja-se o exemplo da Somincor, em Castro Verde/ Almodôvar, que se está a aguentar com a crise porque o seu processo produtivo já vem de trás, apesar de não aproveitado convenientemente”. Quanto ao Projecto de Aljustrel, “só começou a laborar em finais de 1992 e de um modo insuficiente”.

Daqui para a frente é a história de uma crise, essa, sim, cumprindo prazos rigorosos e ameaçando o futuro de cerca de 400 trabalhadores:

Primeiro foi solicitado ao Tribunal da Comarca a declaração de empresa em situação económica difícil e, durante um ano, um administrador judicial acompanhou a evolução do PPC, findo o qual, e por não se verificar o esperado relança-

mento, a empresa suspendeu a laboração e aplicou o “lay-off” por seis meses (de 1 de Maio e Novembro de 1993), com os trabalhadores a ir para casa com apenas dois terços do salário (um, pago pela empresa, o outro pela Segurança Social). Em Novembro de 1993, os trabalhadores regressaram à empresa, integrados num programa de formação profissional com a duração prevista de um ano (cessa em Novembro próximo), recebendo salários completos e esperando que a desejada retoma dos preços do minério permita relançar a laboração num futuro que se deseja próximo.

“Em Espanha e no Japão, para só dar dois exemplos, há projectos como este cujo défice está a ser suportado pelo Estado, dado o seu impacto social”, esclareceram os nossos interlocutores, que igualmente assinalaram “notar-se o empenho da actual administração no sentido de conduzir a situação das minas à normalidade”. Aliás a actual administração “continua a reconhecer a viabilidade deste projecto, considerado altamente rentável por diversos e qualificados estudos”, acrescentaram.

“Mas se não fosse a luta dos próprios mineiros - frisar - os critérios ultraliberais do Governo já teriam abandonado o Projecto, a empresa e as minas, como, aliás, o deus a entender há meses o ministro Mira Amaral quando, contra todos os estudos repetidamente feitos, quis lançar a ideia de que o Projecto das minas de Aljustrel não era viável”.

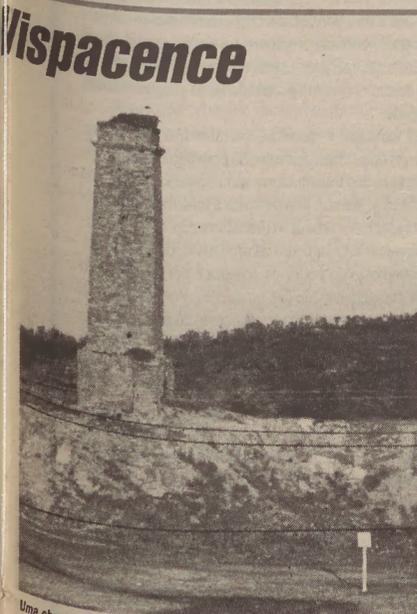
Os mineiros, de viva-voz, confirmam-nos isto de modo bastante sublinhado, como se pode ler ao lado. ■

Metalum Vispacence

Estamos no alto duma colina. Atrás de nós especula-se, metálica e sombria, a “torre da jaula” que transportava os mineiros à profundidade de 300 metros. Em frente e em baixo, no meio duma terraplanagem brutalmente nascida do esventramento da elevação, uma outra torre, mas de pedra, equilibra-se num inverosímil cocuruto que a voracidade das máquinas poupou na estrita linha dos alicerces.

Mais de dois milénios separaram as duas torres, mas ambas apontam ao céu uma monumental inutilidade: a metálica, deixou há quase três décadas de transportar mineiros para o fundo da mina, num tempo em que a exploração se limitava à extração da matéria-prima que outros, nomeadamente ingleses, aproveitavam no seu país.

A outra - uma chaminé romana para a queima do “chapéu de ferro” (as aflorações das pirites, ricas em ouro, prata e manganés) - parou há uns prováveis dois milénios, no lento ruir do Império. Assinale-se que foi ali que se encontraram as célebres Tábuas de Aljustrel, placas de bronze com a lei romana onde se estabeleceram os direitos e os deveres de quantos exerciam a sua actividade numa circunscrição metalífera, no caso de Aljustrel designada por



Uma chaminé romana de queima de minério com mais de dois mil anos. O espaço que as escavadoras lhe deixaram mal dá para as cegonhas que, entretanto, a habitaram...

“Metalum Vispacence” (este valioso achado encontra-se, actualmente, no Museu de Arqueologia e Etnografia de Lisboa).

Saiba-se que a pirite é um minério complexo constituído fundamentalmente por cobre, chumbo, zinco e vestígios de ouro e prata. Abunda no Baixo Alentejo.

Em Aljustrel, a sua exploração remonta aos finais da Idade do Bronze, desenvolvendo-se na Idade do Ferro e, sobretudo, na ocupação romana, o que faz desta vila uma das mais antigas da nacionalidade, com vestígios de

sentaram-nos em larga, comprida mesa, instalada numa marquise subtraída ao quintal e banhada de luz. Bom vinho alentejano, azeitonas e pão como só lá, deram entrada à “sopa de grão”, delícia substantiva subordinada à lógica da sopa de pedra em versão alentejana. De chorar por mais, o que não foi preciso, porque a panela fumegava abundância por entre os revéberos do canto: “Aljustrel do Alentejo! um centro de agricultura por baixo tem minerais a uma certa fundura”...

À espera do mercado

Só que, em Aljustrel, a agricultura está de rastos com o realce do latifúndio, e o mineral, abundantíssimo a todas as funduras, aguarda, no silêncio do solo e dos jogos de mercado, o recomeço da extração. Mário Godinho, operador de sala de controlo e membro da Comissão de Trabalhadores da empresa mineira, denuncia:

“A questão central que aqui se coloca é a da viabilidade económica desta empresa, provada e comprovada por vários estudos, tendo por trás um dado fundamental: há, pelo menos, 150 milhões de toneladas de minério inventariados no solo de Aljustrel, o que constitui a maior reserva da Península Ibérica e das maiores da Europa!”.

José Guerreiro Pestana, maquinista de poço de extração, acrescenta:

“Esperamos com optimismo a subida do preço dos metais, para o relançamento da empresa nos mercados internacionais”.

Mário Godinho desenvolve a ideia:

“...E esperamos que este Governo assumia a sua responsabilidade, no quadro da CEE, sobre a definição dos concentrados, de modo a não serem os trabalhadores portugueses e a economia nacional a suportar as consequências de más gestões”.

Jorge Lampreia, operador de máquina, aprofunda a questão: “A CEE não está a ter uma política coerente de defesa dos interesses nacionais dos respectivos países membros. Não controla o afundamento dos mercados com preços demasiado baixos nem toma medidas que protejam os interesses de cada país que a integra. O Japão, por exemplo, está já a subsidiar os prejuízos das suas metalurgias do sector, num investimento estratégico que lhes garanta a sobrevivência e lhes permita, mais tarde e quando os mercados se normalizarem, continuar a laboração com competitividade”.

Quando à luta que têm travado, sublinham: “Não têm sido apenas os trabalhadores a lutar, mas toda a população, como se tem visto nas diversas formas de luta organizadas ao longo deste processo, onde centenas de pessoas sempre engrossaram a multidão dos mineiros”, seja nas várias deslocações colectivas a Lisboa (com o Primeiro-Ministro a recebê-los a nível de porteiro), seja nas três iniciativas em Aljustrel ou na recepção com bandeiras negras feita no

Cá estamos!

Rememorámos o processo que conduziu à crise, desde o lançamento, em 1991, do PPC (ver peça ao lado), até à actual expectativa do relançamento da produção. Um discurso a várias vozes rememorou os factos, dando clara nota do papel determinante dos trabalhadores na defesa e manutenção do Projecto:

“Inicialmente recusámos a imposição do lay-off, mas perante a alternativa de se fechar, pura e simplesmente, a empresa, aceitámos-a com a condição de que os trabalhadores continuassem fisicamente na mina, rejeitando a imposição de que fossem para casa. Depois veio a formação profissional,

que consideramos um fruto da luta dos trabalhadores, sem pôr em causa o empenho da administração (através da EDM) e de alguns credores.

E realçaram: “A formação profissional foi discutida a nível sindical, com a administração e o Centro Regional de Formação e Emprego de Évora. E cá estamos: neste momento, nós, trabalhadores das pirites, estamos empenhados em aproveitar ao máximo a formação profissional para darmos a maior rentabilidade e a mais eficaz resposta quando voltarmos à laboração - que esperamos que aconteça em breve”.

Quando à luta que têm travado, sublinham: “Não têm sido apenas os trabalhadores a lutar, mas toda a população, como se tem visto nas diversas formas de luta organizadas ao longo deste processo, onde centenas de pessoas sempre engrossaram a multidão dos mineiros”, seja nas várias deslocações colectivas a Lisboa (com o Primeiro-Ministro a recebê-los a nível de porteiro), seja nas três iniciativas em Aljustrel ou na recepção com bandeiras negras feita no

Alvito a Cavaco Silva, quando no final do ano passado “ali se deslocou para a inauguração eleitoralista duma pousada”. Isto “só para dar alguns exemplos”.

Um outro exemplo que os mineiros não esquecem é o do total apoio da Câmara Municipal à sua luta. “Tem sido sempre a 100%”, sublinharam. “E compreende-se: este problema diz respeito a todo o Concelho e a toda a população”.

Quando partíamos para uma breve visita à mina, o canto organizou-se de novo. As mesmas vozes que, calorosas, nos haviam desafiado lutas e problemas, afinaram umas pelas outras por trás de um olhar que brandamente se iluminou. Avisando o futuro, os mineiros recordaram o que aconteceu em Mértola, nas Minas de S. Domingos, e que não querem que se repita em Aljustrel:

“Mourianes foi um jardim! em tempos que já lá vão! da mina vinha o dinheiro! e o campo nos dava o pão”. “O campo deixou de dar! e a mina chegou ao fim! em tempos que já lá vão! Mourianes foi um jardim”.



À esquerda: Manuel José, Jorge Lampreia, Luis Gato (de pé), Mestre da Silva (de pé) e José Guerreiro Pestana; ao centro (ao fundo) Mário Godinho; à esquerda: João de Sousa Valentim, Salapa Pinto, Modesto Salgadinho, Fernando Tavares e Joaquim Nilha. Todos mineiros e grandes cantadores



À esquerda, José Godinho, presidente da CM de Aljustrel, e o vereador Manuel Camacho, quando falavam à nossa reportagem

A vingança do capitalismo

1. Na Resolução Política do XIII Congresso do PCP, no capítulo relativo aos "acontecimentos nos países socialistas e suas repercussões", afirmava-se que, após 1917, "o capitalismo foi obrigado a recuos e concessões na sua política interna e externa pela força das ideias, das realizações e da presença na vida internacional do mundo socialista".

Parece-me inequívoco que os direitos sociais e laborais conquistados pelos trabalhadores no mundo capitalista ao longo de dezenas de anos - embora, e sem margem para qualquer dúvida, fundamentalmente à custa da sua própria luta - se integram naqueles "recuos e concessões" do capitalismo e beneficiaram da influência das "realizações e presença" do mundo socialista.

Eu tenho para mim que a actual ofensiva global do capital contra o trabalho, desencadeada no seguimento do colapso dos países do leste europeu e do desmoronar da URSS, assume um carácter de vingança histórica do capital sobre os trabalhadores e visa recuperar dos "recuos e concessões" a que noutra contexto histórico o capitalismo foi obrigado.

De facto, parece-me claro que a profunda ofensiva do capital contra o trabalho a que hoje assistimos não visa apenas fazer pagar aos trabalhadores os custos da crise cíclica com que actualmente se debate a generalidade dos países capitalistas, designadamente os que integram a Comunidade Europeia e em particular Portugal. Esta ofensiva é mais vasta e intensa do que aquelas outras a que assistimos em crises anteriores.

Desta feita não é "apenas" o congelamento ou redução de salários e o aumento conjuntural do desemprego que as forças do capital, com o apoio e intervenção activos dos Governos capitalistas, pretendem impor aos trabalhadores fazendo-os suportar os custos da crise de que não são responsáveis. Os objectivos, expressos, vão mais longe e têm natureza marcadamente ideológica: "desregulamentação do mercado de trabalho", consideração do desemprego como uma realidade estrutural "natural" e inelutável, eliminação tendencial dos sistemas públicos e gerais de saúde e de segurança social, fragilização dos sindicatos, eliminação de direitos dos representantes dos trabalhadores e outros direitos laborais, etc.

De forma sintética poderá dizer-se que a actual ofensiva do capital visa impor a depreciação da força de trabalho, assimilando-a a uma qualquer mercadoria dependente do jogo da oferta e da procura num mercado globalizado a nível mundial. Mercado esse em que o capital (os empregadores) têm a possibilidade de impor a sua vontade, já que ele integra profundas assimetrias, ao nível planetário, no âmbito das remunerações, dos direitos laborais e dos sistemas de protecção social.

Dito de outra maneira, a ofensiva em curso contra os trabalhadores, designadamente na Comunidade Europeia, visa impor uma efectiva regressão social!

2. A ofensiva contra os trabalhadores é particularmente acentuada nos países da Comunidade Europeia, e está linearmente expressa no "Livro Branco - Crescimento, Competitividade, Emprego". O argumento repetidamente invocado por Cavaco Silva ou Filipe Gonzalez, por Major ou Delors, para impor e fazer aceitar o caminho da regressão social resume-se a um mote: **competitividade!**

Para os Governantes do capitalismo, tal como para o grande capital nacional e transnacional, "é necessário dar toda a prioridade à competitividade".

E como, para eles, "a causa principal da baixa competitividade e do crescimento do desemprego" são os custos da mão-de-obra e a regulamentação do mercado do trabalho, a solução proposta está à vista: redução dos custos directos (salários) e indirectos (sistemas de protecção social) do trabalho, desregulamentação das relações laborais e desmantelamento do corpo de direitos sociais arduamente conquistado pelos trabalhadores ao longo de dezenas e dezenas de anos.

Isto é, e como já alguém escreveu, "o imperativo da competitividade é invocado não apenas para justificar a diminui-

ção permanente dos postos de trabalho, como legitima um assalto frontal contra todas as regulações sociais e políticas que, pela sua luta, os cidadãos impuseram ao capitalismo. Uma gigantesca ofensiva ideológica, na qual os grandes meios de comunicação social participam, que visa incutir nos espíritos a ideia de que as "conquistas sociais" são obstáculos ao emprego, e que a solução reside numa flexibilização generalizada".

É esta lógica implacável da competitividade que serve de pretexto ao Governo de Cavaco Silva para liquidar a agricultura nacional, desindustrializar o País, conduzir à falência boa parte das empresas nacionais e condenar ao desemprego muitas dezenas de milhar de trabalhadores, na siderurgia como na construção e reparação naval, no sector têxtil e do vestuário como no do vidro, nas pescas ou na metalomecânica.

É essa lógica que igualmente serve de pretexto, a Cavaco Silva como a Delors no seu "Livro Branco", para proporem e imporem reduções dos salários reais e para ameaçarem que "os níveis actuais das despesas públicas e, em especial, das despesas no domínio social, tornaram-se insustentáveis."



■ OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro
da Comissão Política

A ofensiva em curso contra os trabalhadores, designadamente na Comunidade Europeia, visa impor uma efectiva regressão social

É essa lógica capitalista ultraliberal da competitividade como valor supremo e objectivo último da vida económica e social a nível planetário que tem de ser combatida ideológica, política e socialmente.

3. Sou de opinião que a tendência crescente para a internacionalização das relações económicas e dos processos produtivos e para uma certa globalização ou mundialização dos mercados se apresenta com características de irreversibilidade. São múltiplas as causas determinantes desta tendência evolutiva, e os enormes avanços registados na ciência e tecnologia não será a menor.

Do meu ponto de vista, não é essa tendência nem o desenvolvimento tecnológico que deverão ser combatidos.

O que se impõe ser ideologicamente desmontado e política e socialmente combatido é a orientação que o capitalismo, liberto do "constrangimento" da existência de um sistema socialista mundial, está a imprimir e o aproveitamento que quer (e está) a fazer dessa tendência evolutiva.

Combater a orientação para uma internacionalização da economia e uma mundialização dos mercados totalmente desregulamentadas e liberalizadas, visando a constituição a nível mundial de poderosas concentrações do poder financeiro, económico e político, que não respondem política e socialmente perante os povos (nacionais).

Combater o aproveitamento que o capitalismo está a fazer da internacionalização das economias, através da deslocalização de empresas e actividades produtivas, com o objectivo de explorar a força de trabalho nas regiões do planeta em que o seu custo é mais baixo.

Combater a chantagem que o capitalismo está a fazer sobre os trabalhadores do chamado mundo desenvolvido, apresentando-lhes como alternativa o desemprego ou a aceitação de níveis salariais e de direitos sociais "competitivos" com os dos trabalhadores do chamado terceiro mundo.

Combater a ofensiva ideológica do capitalismo que pretende impor o mercado e a moeda como valores últimos e intocáveis, como novos deuses, da sociedade global, e apresentar como axiomas as teses sem fundamento de que o desemprego é inevitável e de que o emprego é um "privilégio" e que, para

ser mantido, os trabalhadores empregados devem aceitar reduções salariais, a precarização das condições de emprego e a eliminação de direitos sociais. Teses que, por acréscimo, funcionam como arma contra os movimentos sindicais e contra a sindicalização, procurando enfraquecer as organizações de classe dos trabalhadores.

4. A internacionalização das economias e dos processos produtivos e a globalização ou mundialização dos mercados não têm de ser sinónimo de privatização, liberalização e desregulamentação. Antes têm, necessariamente, de ser limitadas por objectivos de progresso social.

O valor supremo e o objectivo último da evolução das economias e da sociedade são o ser humano e o bem-estar social, não a competitividade selvagem da ortodoxia liberal capitalista.

Não são os trabalhadores e os cidadãos dos países do chamado mundo desenvolvido que deverão ver os seus direitos sociais e os seus níveis de vida regredirem e aproximarem-se dos existentes no chamado terceiro mundo. Bem pelo contrário, as notáveis conquistas científicas e tecnológicas deverão ser utilizadas para criar as condições necessárias para que estes possam evoluir para os níveis daqueles.

Impõe-se, isso sim, que aos níveis nacional e internacional se imponham regras e limitações aos desregulados movimentos de capitais, que delapidam e parasitariamente se apropriam de parcela incontrolável da riqueza gerada pela actividade produtiva e pela força de trabalho a nível do planeta.

Que se combata e ponha cobro aos exorbitantes privilégios de que o capital beneficia, a todos os níveis, e que os enormes recursos assim recuperados sejam eficazmente aplicados ao serviço do desenvolvimento económico e do progresso social da humanidade.

A nível nacional e mundial, crescimento económico, aumento da produtividade, aumento do emprego e melhoria do poder de compra dos trabalhadores são interdependentes, não se opõem. O crescimento, porque apela a uma mais plena utilização dos factores de produção (trabalho e capital), gera maiores produtividades. O aumento da produtividade permite por um lado a melhoria do poder de compra e por outro lado o aumento da competitividade das produções. Porque induzido pela procura, o crescimento exige o aumento do poder de compra dos trabalhadores. E se aumentam a procura e a produção necessariamente aumentará o emprego. Empregos novos sem dúvida, em novos sectores e com novas exigências de capacidades profissionais. Mas por isso também a exigência de maior responsabilização do Estado nas políticas da educação e da formação profissional e em políticas activas de emprego e de protecção social visando os trabalhadores atingidos por processos de transformação e modernização de estruturas e processos produtivos.

Não basta (como o faz o secretário-geral do PS) dizer que aquelas orientações do capitalismo e a ofensiva generalizada contra os trabalhadores "representa uma vitória das concepções conservadoras".

Aliás, essas "concepções conservadoras" foram apoiadas pelo PS e pelos seus parceiros europeus no âmbito do Tratado da União Europeia! E as propostas do "Partido Socialista Europeu" para o emprego, constantes do Relatório Larsson, não questionam essas mesmas "concepções"! Que coerência do PS? Que seriedade?

É preciso e inadiável combater as "concepções conservadoras"! Nas ideias, nas palavras e na acção. Em Portugal como na Comunidade Europeia. Aos níveis nacionais como nas instâncias internacionais.

Combater o capitalismo nunca foi nem será fácil. Nomeadamente num momento histórico em que, a nível mundial, as forças progressistas e o movimento sindical se encontram enfraquecidos, embora ainda representem uma força considerável.

Mas a assunção de posições meramente defensivas, derrotistas ou oportunisticamente acomodáticas, é que não conduzirá a quaisquer resultados positivos para os trabalhadores e para o progresso da Humanidade. Apenas facilitará e branqueará o movimento de regressão social que o capitalismo pretende impor ao mundo do trabalho.

Encontro Nacional da CDU

Um mandato em defesa

dos INTERESSES NACIONAIS

A importância, complexidade e quantas vezes mesmo a gravidade dos assuntos em discussão na legislatura que agora está prestes a terminar exigiram dos deputados comunistas eleitos na lista da CDU há cinco anos um sério empenhamento e uma actividade intensa, dentro e fora do Parlamento Europeu.

Actividade marcada, antes de mais, por uma defesa intransigente dos interesses nacionais; e, conseqüentemente, por uma estreita e permanente ligação ao nosso país, às suas realidades, aos seus problemas específicos, nomeadamente decorrentes da sua debilidade económica relativa; e pelo reforço do seu poder negocial. Lutando contra o que de negativo se anunciava ou se ia concretizando mas potenciando, igualmente, as possibilidades favoráveis que se abriam.

Actividade marcada, ainda, por uma particular atenção às questões sociais e aos problemas e anseios dos trabalhadores; e, bem assim, para com as questões regionais e, em geral, as relacionadas com os fundos comunitários.

Dando a importância devida a estes. Mas convictos que o processo de integração não se resume a esta vertente, nem nela reside a parte essencial daquele.

Actividade muito atenta, também, quanto aos aspectos respeitantes à evolução da própria Comunidade; em especial no tocante ao Tratado de Maastricht e ao respectivo processo de ratificação nos diferentes Estados membros.

Actividade solidária, finalmente. Desde logo, para com o povo de Timor-Leste. Também para com os povos de Angola e Moçambique. E, bem assim, para com os povos sul-africano, palestiniano ou cubano.

Num momento em que está prestes a terminar a presente legislatura e se aproximam novas eleições, apresentamo-nos tranquilos e confiantes. Não só não tememos como desejamos uma apreciação do trabalho desenvolvido.

E assim é porque nós afirmámos, nestes últimos cinco anos, com uma presença combativa, muitas vezes incómoda; mas também como uma voz responsável e influente.

Nem seguidismo nem deslumbramento

Não caímos no seguidismo fácil, nem no deslumbramento. Não nos diluímos e soube-mos afirmar as nossas convicções e opiniões.

E fizemo-lo, participando activamente em Comissões e Delegações; elaborando um número apreciável de relatórios e pareceres e apresentando emendas a outros; subscrevendo inúmeras propostas de resolução; intervindo permanentemente em plenário; formulando questões às outras instituições; integrando Comissões ad-hoc, como a do Pacote Delors II, ou missões especiais como as que acompanharam as eleições no Chile e na Nicarágua; assumindo, nos últimos tempos, a presidência dum grupo político - o Grupo Coligação de Esquerda - e, conseqüentemente, fazendo parte da Conferência de Presidentes do Parlamento Europeu.

Permanentemente, fizemos eco no PE dos problemas, dificuldades e aspirações que aqui mais se faziam sentir. Da agricultura aos têxteis; do ambiente às questões do desenvolvimento regional; da droga à educação e cultura; dos direitos da mulher, dos idosos, aos aspectos sociais mais prementes em cada momento.

E activamente intervimos também nos debates mais gerais, de âmbito comunitário.

Alertando para as marcas federais do Tratado de Maastricht e para as opções neoliberais nele consagradas. Rejeitando novas e tão significativas transferências de soberania; e rejeitando igualmente a convergência nominal em torno de critérios perfeitamente incomportáveis e que o próprio pouco tempo decorrido veio demonstrar como completamente desajustados para economias tão diversificadas e em estádios de desenvolvimento desi-

guais como as abrangidas pelo Tratado. E exigindo a concretização efectiva da sacrificada convergência real.

Sublinhando ainda a subalternização a que, uma vez mais, eram votadas as questões sociais.

Apontando para a necessidade de uma radical alteração das orientações da Comunidade no domínio económico e social. Tendo em vista a superação da crise entretanto instalada. Dando prioridade ao combate ao desemprego. Mas recusando liminarmente os ataques reforçados aos direitos dos trabalhadores, como preconizado no Livro Branco.

Denunciando a ausência de democraticidade na tomada de decisões - algumas particularmente importantes e graves como estas a que vimos fazendo referência - e reclamando uma real participação dos cidadãos, nomeadamente dos trabalhadores e, no plano institucional uma maior intervenção dos parlamentos nacionais, associando-os às decisões comunitárias.

Seguindo a par e passo o processo tendente ao alargamento. Sublinhando a indispensabilidade de ser dada voz aos cidadãos dos países candidatos. Atentos às incidências que desse alargamento poderão ocorrer para o País. No campo económico; mas também de natureza institucional, já que se sucedem as pressões para introduzir profundas e graves alterações neste domínio, a pretexto do previsto alargamento.

Acompanhando de perto assuntos tão delicados para o País como os da reforma da PAC ou os respeitantes ao GATT.

Insistindo, quanto à agricultura, nas particularidades do sector primário nacional e na necessidade de se adoptarem orientações concordantes com essa realidade.

O não acatamento de tal perspectiva - e, bem ao contrário, o próprio sacrifício de algumas salvaguardas anteriormente

Intervenção de:

JOAQUIM MIRANDA

Deputado do PCP no Parlamento Europeu Presidente do Grupo Coligação de Esquerda do PE



Insistimos, finalmente, na necessidade de uma verdadeira política de ambiente; lutámos por medidas efectivas de combate ao racismo e à xenofobia e à violência de extrema-direita; e bate-mo-nos pela paz na Europa e no mundo e contra as perigosas e crescentes tendências belicistas e intervencionistas.

Compare-se

Afirmei atrás que não só não tememos como desejamos uma apreciação da nossa actividade. Mas é preciso dizer mais. É necessário que a apreciação se faça comparando essa actividade com a desenvolvida por outros deputados portugueses, de outras forças políticas. Dum ponto de vista quantitativo; mas essencialmente, dum ponto de vista qualitativo.

E, dizemo-lo, porque estamos seguros duma apreciação positiva do que fizemos; porque fomos e somos coerentes; e porque temos uma única face: aqui e no Parlamento Europeu; ontem e hoje. Mas, também, porque há que responsabilizar os outros por posições que assumiram no PE. E porque hoje, em vésperas de eleições tentam ocultá-las; tentando assim fugir às suas graves responsabilidades.

Não me referirei aos deputados eleitos na lista do CDS já que a partir de certo momento a sua principal ou mesmo exclusiva preocupação foi a de conseguir manter e prolongar o respectivo mandato. Para além de se terem assumido não como representantes dum partido do PE, mas como representantes do PPE em Portugal...

Mas quanto aos deputados do PSD e do PS há que sublinhar, antes de mais, a profunda convergência de posições que se verificou nesta legislatura, entre eles, particularmente no respeitante a assuntos da maior relevância política.

Aplaudiram Maastricht, revelaram-se muitos deles fervorosos federalistas, desesperaram com os resultados dos referendos realizados, em especial na Dinamarca; aprovaram, ambos, a reforma da PAC; congratularam-se com os acordos do GATT. Apenas para referir alguns exemplos.

Mas hoje evitam - e, quando podem, impedem - a discussão em torno do federalismo; e, pasme-se, agora é já o próprio dr. António Guterres que não só já reconhece a natureza neoliberal da UEM, como afirma que a sua consagração no Tratado de Maastricht significa uma vitória das forças conservadoras e uma derrota da social-democracia...

A defesa dos interesses nacionais é agora tema obrigatório em todos os discursos; mesmo nos daqueles que se apressaram a constituir partidos europeus! Mas tenta-se esconder que, ontem, dificultaram, ou inviabilizaram mesmo, acções conjuntas dos deputados portugueses, nomeadamente em torno de assuntos da maior importância para o País.

É necessário responsabilizar esses partidos pelas posições que assumiram.

E, particularmente, é necessário impedir que tais posições, agora escamoteadas, ganhem novo fôlego após as eleições.

A hipocrisia evidenciada, recentemente, no PE, em torno dum projecto de Constituição para a União Europeia, comprovam que tais intenções subsistem.

Para conseguir evitar que tais intentos se concretizem é necessário que neste processo eleitoral a opinião pública seja alertada, esclarecida.

Cabe-nos a nós fazê-lo. Com a determinação que a nossa coerência, a nossa actividade e a justeza das nossas posições nos concedem.

Com a certeza que a nossa presença no PE é necessária e é indispensável.



existentes - levou-nos, numa acção conjugada com outros deputados, a apresentar e a fazer votar uma moção de censura à Comissão.

Reclamámos, no âmbito dos debates sobre o GATT, uma particular atenção para o sector têxtil. Nomeadamente, um período alargado de transição e a adopção de cláusulas sociais mínimas, que permitissem, por um lado, a modernização e apetrechamento do sector, colocando-o, simultaneamente, a salvo da concorrência desigual determinada pela sobreexploração de trabalhadores em certas zonas do mundo.

Infelizmente, este nosso esforço saiu, em larga medida, defraudado, cabendo à Comunidade grandes responsabilidades, pelas enormes cedências face aos interesses e chantagens norte-americanas. Mas ao Governo português cabem igualmente graves responsabilidades. Desde logo, porque é co-responsável nas decisões comunitárias. Porque, importa não esquecer, transformou a reforma da PAC no grande êxito da presidência portuguesa das Comunidades. Finalmente, porque, de facto, saldou os têxteis portugueses, neste processo do GATT.

73º aniversário do PCP

“Temos razões para nos do Partido que somos”

Camaradas e amigos,

É profundamente empenhados na luta presente e com serena confiança no futuro que, hoje neste comício e nas próximas semanas em centenas de iniciativas por todo o país, celebramos e comemoramos os 73 anos de vida do nosso Partido - o Partido Comunista Português, inesquecível criação histórica da classe operária e dos trabalhadores portugueses, grande força política inseparável da caminhada e da trajectória do povo e do país ao longo de mais de sete décadas, a força política mais firme e consequente no actual combate à política de direita, o partido que dinamiza a luta por uma nova política e por uma alternativa democrática, o grande partido da esquerda, inteiramente devotado à causa da liberdade, da democracia, do progresso social e do socialismo, um partido português que tem orgulho em afirmar-se comunista e que comunista quer continuar a ser, com uma orientação, uma acção e um projecto dignos do seu nome e da sua história e à altura dos desafios do futuro.

Não é possível evocar o historial de 73 anos de vida e de luta do PCP, sempre ao serviço dos interesses dos trabalhadores, da liberdade e da democracia, do desenvolvimento, progresso e independência nacionais, da paz, da amizade entre os povos e da solidariedade internacionalista, sempre levantando a bandeira da causa universal da emancipação social e política dos trabalhadores e do povos, sem que saudemos, com profundo reconhecimento e imensa gratidão, todos os homens e mulheres, todas as sucessivas gerações de comunistas que nos precederam e todos os que, antes e depois do 25 de Abril, contribuíram ou contribuem com a sua militância, com a sua capacidade, com o seu espírito de sacrifício e generosidade, com a firmeza das suas convicções, com a sua abnegação para criar, construir, fazer viver, defender e desenvolver o nosso Partido.

E certamente estareis de acordo que, nesta ocasião, à beira do Dia Internacional da Mulher, saudemos as mulheres comunistas pela sua importante e insubstituível contribuição para a actividade do nosso Partido, saudemos as mulheres portuguesas a quem reafirmamos o empenho e a solidariedade do PCP na defesa dos seus interesses e aspirações e que, com especial emoção, saudemos os membros da JCP e todos os jovens comunistas que são, para hoje e para amanhã, a melhor e a mais certa garantia do futuro do nosso Partido.

Camaradas,

Desde a criação do PCP em 1921, milhares de vezes adversários e inimigos anunciaram a iminente desagregação, derrota ou extinção do nosso Partido. Nos últimos anos fomos sujeitos a um impiedoso vendaval de calúnias, de intolerância e de ódio vazados em sinistras profecias de irreversível declínio e de morte anunciada.

E, no entanto, aqui estamos, não apenas neste comício, mas junto dos trabalhadores e do povo agindo com dinamismo pela defesa dos seus interesses, intervindo activamente e por direito próprio nas instituições democráticas, presentes no movimento profundo da sociedade portuguesa, enfrentando com determinação e confiança as batalhas da actualidade e preparando com energia e audácia as tarefas do futuro.

Aqui estamos, não a celebrar mais um ano de uma qualquer apagada existência ou penosa sobrevivência, mas a comemorar a continuação, o desenvolvimento e o reforço de uma presença, de uma acção e de uma intervenção, vividas com paixão e entusiasmo, e que contam e pesam decisivamente na vida nacional.

Mas, camaradas, se hoje, neste mês de Março de 1994, podemos dizer aos arautos da nossa desgraça que se enganaram, e rotundamente, se hoje podemos celebrar os 73 anos do PCP num clima de unidade, fraternidade e confiança é porque soubemos enfrentar de pé e de cabeça levantada a ofensiva que pretendia demolir e enterrar definitivamente os nossos ideais e o nosso projecto, é porque soubemos sacudir pressões e chantagens para que,



no fundo, fossem os anticomunistas e não os comunistas a decidir da orientação do PCP, é porque soubemos rejeitar indignas capitulações e desonrosas abdições, é porque soubemos manter-nos fiéis aos nossos ideais e deveres para com a classe operária, os trabalhadores e o povo português e revigorar os nossos laços com os seus problemas, anseios e esperanças, é porque, no meio da maior tormenta política e ideológica do pós-guerra, soubemos responder às novas situações e aos novos problemas com espírito crítico e autocrítico e com novas reflexões e orientações, é porque soubemos prosseguir com uma concepção que considera a democracia a nossa forma natural de pensar, viver e agir, é porque soubemos defender e renovadamente afirmar a nossa identidade comunista, a nossa identidade de comunistas portugueses.

É certo que não nos esperam nem tempos fáceis, nem caminhos de rosas, nem desafios com desfecho antecipadamente garantido.

Mas com uma ainda mais forte presença no coração das lutas populares, com uma ainda maior audácia na ligação e no diálogo com todos os portugueses que sofrem os devastadores efeitos da política de direita e se inquietam e preocupam com o presente e com o futuro do nosso país, com um crescente dinamismo na divulgação e irradiação das nossas propostas para a solução dos problemas nacionais, está ao nosso alcance dar novo vigor e nova projecção a um processo de grande afirmação política do nosso Partido e de considerável reforço da sua influência, para bem da democracia, dos portugueses e de Portugal.

O 25 de Abril

sempre presente na luta por uma vida melhor

Com este nosso comício estamos também a assinalar e a comemorar o 20.º aniversário do exaltante acto libertador do 25 de Abril de 1974 que derrubou a ditadura fascista e a revolução democrática que transformou profundamente a vida dos portugueses e a vida do nosso país.

Acontecimento maior na história nacional neste século, período de afirmação e concretização das mais profundas aspirações e das melhores esperanças do povo português, poderosa confirmação do papel do movimento operário, dos trabalhadores e das massas populares na sociedade portuguesa, marco e referência essencial na vida de cada um e de todos - a revolução de Abril integra-se, ao mesmo tempo e por isso mesmo, nas páginas mais inesquecíveis, mais brilhantes e mais emocionantes dos 73 anos de vida e da luta do nosso Partido.

E, por isso, ao evocarmos, ainda que brevemente, os 20 anos de Abril, permitam-me que diga o que certamente todos sabemos e sentimos: que os comunistas portugueses têm um legítimo orgulho no seu destacado papel na revolução democrática que trouxe a conquista das liberdades e da democracia, que melhorou significativamente as condições de vida da população, que pôs fim à guerra colonial e deu uma importante contribuição para a independência dos povos submetidos ao colonialismo português, que consagrou e assegurou os direitos essenciais dos cidadãos e dos trabalhadores, que empreendeu exaltantes transformações socioeconómicas como as nacionalizações e a reforma agrária, que impulsionou positivos e fecundos avanços na educação, na segurança social, na cultura, no plano dos valores e atitudes cívicas, que permitiu uma prestigiada inserção de Portugal na comunidade internacional.

É praticamente certo que, como aliás já está a acontecer e na continuidade de linhas de mistificação e de calúnias que têm tantos anos como o 25 de Abril, no 20.º aniversário da revolução democrática se venham a intensificar, ao serviço da política de direita, as tentativas de reescrever a história, o processo e os acontecimentos da revolução.

Pela nossa parte, a pensar não apenas nas jovens gerações que não viveram o 25 de Abril mas também a pensar no nosso dever e responsabilidade de tudo fazer para que a mentira não passe por verdade, daremos firme combate à campanha contra Abril e aos seus principais eixos de mistificação e deturpação.

Combateremos firmemente as desavergonhadas operações de branqueamento, reabilitação e absolvição política do regime e dos governantes fascistas e insistiremos na denúncia do carácter ferozmente repressivo e explorador do regime fascista bem como dos crimes imperdoáveis que cometeu contra o povo português e os povos das colónias.

Combateremos as tentativas de reescrever a história no sentido de atribuir os principais méritos do derrubamento da ditadura seja aos dissidentes do regime, seja a este ou aquele general. E infatigavelmente insistiremos que a vitória sobre o fascismo em 25 de Abril de 1974 se ficou a dever sim à luta do povo português, dos trabalhadores e do movimento operário, à resistência e à luta antifascista, à acção das forças e sectores democráticos com destaque para o PCP, à coragem e determinação dos heróicos capitães do MFA.

Combateremos as operações de reabilitação do colonialismo, de defesa de soluções neocolonialistas e de ataque à conquista da independência pelos povos das colónias.

E insistiremos sem vacilações que a paz e o fim da guerra colonial se inscrevem entre as mais justas, mais necessárias e mais importantes realizações da revolução de Abril, que a recusa ou adiamento da concretização do direito à independência dos povos das colónias significaria inevitavelmente a continuação da guerra, e que as principais responsabilidades pelos dramas e sofrimentos posteriores ao fim da guerra têm de ser assacados ao regime fascista e à guerra que, com o apoio activo do imperialismo, foi movida contra os novos Estados independentes e as suas opções soberanas.

Combateremos frontalmente a campanha que há muito procura apresentar as grandes transformações económicas e sociais operadas com a revolução de Abril como o fruto do voluntarismo ou de um desviado radicalismo. E insistiremos em que essas transformações nas estruturas económicas corresponderam não apenas a justos objectivos de justiça social, de desenvolvimento e de salvaguarda do interesse público e nacional, mas também a medidas de emergência de defesa da jovem democracia ameaçada pela sabotagem, pela conspiração e pelos golpes dos grupos monopolistas.

Combateremos activamente a velha calúnia de que o PCP se procurou apoderar antidemocraticamente do poder para instaurar uma nova ditadura. E frontalmente reafirmaremos a verdade limpa e transparente de que o PCP foi sim uma força decisiva na resistência aos golpes contra-revolucionários desencadeados para travar a democratização da vida nacional e instaurar um poder reaccionário e autoritário e foi sim uma força essencial na defesa da liberdade e na fundação e construção do regime democrático.

Combateremos convictamente a campanha de palavras e de

Intervenção de

CARLOS CARVALHAS

no Pavilhão dos desportos

orgulharmos

imagens que procura resumir a revolução de Abril a um alucinante vendaval de conflitos, confrontos, violência, agitação e instabilidade. E insistiremos em que a revolução de Abril foi sobretudo um tempo de participação popular, de liberdade e de democracia conquistadas e exercidas, de dignificação humana, de generosidade, esforço e trabalho colectivo, de solidariedade, de grandeza e beleza nas pequenas e grandes tarefas de transformação da vida, de pujante afirmação de elevados valores éticos e cívicos. E salientaremos que os confrontos e conflitos verificados tiveram causas e como causa maior tiveram exactamente a resistência e a oposição violenta aos rumos emancipadores do 25 de Abril.

A revolução de Abril é um grande feito histórico do povo português.

E vinte anos depois, a passagem do tempo o que deve trazer não é a desvalorização da revolução de Abril mas a condenação da ofensiva da política da direita que liquidou muitas das conquistas, que afogou muitas das esperanças e que destruiu boa parte da sua obra.

Vinte anos depois, a revolução de Abril, a sua obra, os seus valores e esperanças continuam a constituir referências fundamentais para a luta presente e para um projecto de democracia, desenvolvimento, bem-estar, progresso social e independência nacional correspondentes às necessidades e interesses do povo português e de Portugal.

Falar verdade sobre o estado da Nação

Desacreditada há muito a fase de "democracia de sucesso" com que o PSD pediu os votos ao eleitorado; sucessivamente negada pela escuridão dos factos, a "luz ao fundo do túnel"; Cavaco Silva e o seu Governo agarram-se agora à propaganda dos fundos comunitários, como naufragos à tábua de madeira.

E é ver o Primeiro-Ministro, os Ministros e Secretários de Estado, secundados recentemente pelo grupo excursionista dos deputados do PSD, a correrem o país em todas as direcções, repetindo cerimónias, números e promessas.

O que ninguém vê é esses senhores a cumprirem o primeiro dever que têm para com o povo português: falarem verdade sobre o "estado da nação".

Dizerem a verdade sobre a crise económica, que continua a agravar-se de forma preocupante, e que confirma a nossa razão, quando alertámos para as causas estruturais dos problemas económicos e quando não absolvemos nas oscilações da conjuntura, a política do Governo que mergulhou o país na presente situação.

O que ninguém vê é esses senhores dizerem a verdade sobre a insustentável situação social do país. Mais despedimentos e mais desemprego. Mais trabalho precário e mais insegurança. Mais pobreza e exclusão social. Com salários reais dos trabalhadores e com os rendimentos das restantes camadas laboriosas em queda livre. Com menos Segurança Social: pensões ainda mais baixas, reformas mais tardias - nomeadamente as das mulheres -, com novas ofensivas contra os direitos constitucionais dos portugueses à saúde e à educação. Com o problema da habitação cada dia que passa mais longe de estar solucionado. E tudo isto para que, no outro pólo de uma sociedade cada vez mais dual, os ricos acumulem cada vez mais riqueza, à custa de uma política que promove a exploração, a especulação, e o negociamento, e em que o tráfico de influências e a corrupção estão a marcar como nunca o próprio exercício do poder.

O que ninguém vê é esses senhores, que tanto propagandeiam os fundos comunitários como a nova descoberta do "caminho para a

Índia", explicarem a situação como ela realmente se apresenta. Em que em vez da melhoria do nível e qualidade de vida do povo, estamos a ficar mais distantes dos países comunitários mais desenvolvidos. Em que em vez de maior produção nacional e de atingirmos uma balança comercial mais favorável, o país enfrenta uma concorrência sem quartel, que está a levar à desindustrialização e à quebra a pique da produção agrícola e pesqueira nacionais. Em que em vez da coesão económica e social, que deveria acompanhar o mercado único, o que temos são desigualdades e assimetrias cada vez maiores.

Quando as remunerações dos trabalhadores portugueses são já de si tão baixas, quando os estudos sobre a elevação da competitividade da economia portuguesa apontam para o indispensável crescimento dos níveis salariais praticados entre nós; é necessário que se denuncie frontalmente a política que o Governo está a levar à prática no sentido de provocarem um ainda maior abaixamento dos salários reais (e que tem sido também acompanhada por uma política activa de despedimentos e pré-reformas) e que não só é inaceitável do ponto de vista social como constitui um real obstáculo ao desenvolvimento do país.

A procura de uma resposta nacional para as novas condições em que se apresenta o problema do desenvolvimento do país, para mais amarrado pelo PSD e pelo PS aos objectivos de Maastricht e às suas políticas de convergência nominal, constitui uma questão de transcendente importância.

Uma nova política que permita resistir à integração supranacional de orientações que violam os nossos interesses e que, no caminho da democracia avançada é num quadro de interdependências cada vez mais exigentes, construa as opções nacionais e assuma activamente a sua defesa.

Afastar a direita do poder e reunir condições para uma alternativa democrática, constitui o primeiro e incontornável objectivo para a concretização de tal caminho.

É nessa perspectiva que o PCP aponta orientações e linhas de intervenção claras para a acção dos comunistas, para a movimentação e luta populares, para o diálogo e a acção comum ou convergente dos democratas portugueses.

E que o PCP aponta o desenvolvimento da luta e da intervenção no plano social, que multiplique as acções por objectivos concretos e imediatos e as faça convergir nos grandes rios do protesto e da vontade transformadora e que construa a solidariedade na luta e a potencie na própria luta.

Desenvolvimento da luta em que os trabalhadores, com a sua acção constante, continuam a ocupar a primeira linha da resistência à política de direita.

É justo por isso que daqui saudemos todos os trabalhadores do Distrito de Lisboa e Setúbal, que colocados perante uma poderosa ofensiva contra os seus salários e os seus direitos, resistem e lutam com determinação.

É justo por isso que daqui enviemos a nossa solidariedade combativa aos trabalhadores que com grande firmeza defendem os seus postos de trabalho, como é o caso da TAP, da Siderurgia Nacional, da Mague e da Sorefame que estão também a resistir em relação ao desmembramento e à destruição do aparelho produtivo, aos trabalhadores da MEC, da Casa Hipólito e da FOC sujeitos ao lay-off.

E é justo daqui saudarmos todos aqueles que, no dia 26 de Fevereiro, desceram à rua, nas acções promovidas pela CGTP-IN, para protestar contra a política de direita e para afirmar a determinação de prosseguir e de intensificar a luta.

E daqui saudamos, também, a decisão da CGTP - Intersindical Nacional e do movimento sindical unitário de realizar nos fins de Março um aviso das forças do trabalho. E lançamos o apelo aos militantes comunistas, a todos os trabalhadores de Lisboa e Setúbal para que adiram, participem e transformem essa acção numa etapa de maior dimensão para travar os desígnios anti-sociais do Governo e do grande patronato.

É também com os olhos postos na alternativa que o PCP aponta o caminho da resistência à política de direita, acompanhando a luta social e fundindo-se com ela, no seio das instituições democráticas e junto delas, e na sociedade em geral, e que é também o caminho do aprofundamento e do debate dos problemas e das soluções e do desenvolvimento da participação popular na construção democrática do futuro do país.

É neste contexto que a crítica das políticas do Governo e a refutação fundamentada da sua alegada inevitabilidade, conjugada com a apresentação de políticas alternativas de natureza democrática, que configuram globalmente a nova política, constitui uma valiosa expressão da actividade política directa do PCP, do seu impulso transformador e da sua ligação profunda à sociedade portuguesa.

Pela alternativa democrática por uma nova política

Camaradas,

Pela nossa parte tudo faremos para que a ofensiva anti-social do PSD seja travada e derrotada. Tudo faremos para evitar que a sua continuação provoque mais dificuldades aos trabalhadores e ao povo.

Nós não somos dos que dão tranquilidade ao PSD para governar até ao fim do mandato.

O PSD não olha a meios para manter as suas clientelas utilizando ilegítima e abusivamente o aparelho de Estado, os recursos públicos e os fundos comunitários ao serviço de uma estratégia de conservação do poder a qualquer preço.

Os esforços para promover a bipolarização quer através de artificiosas sondagens, quer através de sonora oposição ao acessório, chocam com a dificuldade da diferenciação em muitos domínios entre o PS e o PSD, como é o caso das questões da União Europeia. As tentativas de promoção e bipolarização, objectivamente nuns casos e subjectivamente noutros são contribuições para favorecer o PSD e criar dificuldades a uma vitória democrática.

O resultado que será determinante para a possibilidade institucional de uma alternativa não é de o PS ser o partido mais votado, mas que as forças democráticas, designadamente PCP e PS, alcancem a maioria de deputados.

A questão decisiva para a formação de um novo governo não é "ficar em primeiro lugar", mas sim que a direita (PSD e CDS) fiquem em



73º aniversário do PCP



minoria. E o PCP e a CDU são essenciais e indispensáveis não só para derrotar a direita como para evitar conhecidas tentações de novos-velhos compromissos do PS com a direita. O PCP e a CDU contarão sempre para uma maioria democrática e contarão tanto mais quanto mais se reforçarem.

Insistir mais uma vez nas pretensões hegemónicas e bipolarizadoras, insistir no artifício da maioria absoluta como têm feito os sucessivos líderes do PS, para manter profundas ambiguidades no plano das alianças, não só não contribui para reforçar e credibilizar a perspectiva de uma alternativa democrática susceptível de mobilizar e galvanizar o povo português como pelo contrário leva ao seu enfraquecimento.

Mas a alternativa para o ser de facto não necessita apenas de uma maioria de deputados, que possa dar suporte institucional a um governo. Para o ser, precisa de concretizar uma nova política. Por isso o reforço da CDU, o seu reforço eleitoral é o mais certo caminho para a efectivação de uma verdadeira política alternativa, que mudando de caras mude também de política.

Por isso, o reforço da CDU nas eleições para o Parlamento Europeu é também uma importante direcção nesse objectivo. As pretensões hegemónicas e arrogantes do PS não colhem a simpatia e o apoio dos democratas e dos trabalhadores.

É bom que a direcção do PS não tenha ilusões. Não fomos ontem e não somos hoje uma força de apoio aos socialistas.

Somos, sim, um Partido que está pronto a dar uma importante contribuição para a resolução dos problemas nacionais. Não estamos suspensos das respostas do PS. Desiludam-se os que pensam o contrário. Percorreremos o nosso próprio caminho, ligados aos trabalhadores e ao povo, com a nossa identidade com as nossas propostas, com o nosso projecto, e com determinação procurando impulsionar a luta e a luta de massas para que se concretize a derrota da direita.

Em defesa de Portugal soberania e independência

Na luta geral as eleições para o Parlamento Europeu são uma grande oportunidade para lutar por uma nova política em Portugal e por uma mudança de rumo na Comunidade Europeia. Esta batalha exige o empenhamento de todo o Partido, dos nossos aliados na CDU, dos trabalhadores e dos democratas portugueses.

No momento em que, devido ao PSD e ao PS, entrou em vigor o Tratado de União Europeia ameaçando ainda mais a soberania, os interesses nacionais e dos trabalhadores, mobilizar para o voto na CDU será a forma de o povo português dizer que quer outro caminho e outra política.

No momento em que as políticas sociais são preteridas, aumenta o desemprego, a precarização e a exclusão social, mobilizar para o voto na CDU será a forma de o povo português dizer não à ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e contra o dismantelamento da protecção social e se pronunciar a favor de uma Europa Social, com altos níveis de realização dos direitos económicos, sociais e culturais.

No momento em que as políticas de convergência nominal impostas pelo objectivo de atingir a União Económica e Monetária prejudicam o crescimento e a aproximação da economia portuguesa à economia dos países mais desenvolvidos, mobilizar para o voto na CDU será a forma de o povo português se pronunciar a favor de uma política de real coesão económica e social e de altos níveis de crescimento económico e a favor de um real desenvolvimento.

O PSD pode tentar disfarçar as suas responsabilidades na crise económica e social tentando fazer crer que nada tem a ver com ela e invocando os milhões do Quadro Comunitário de Apoio. Mas a verdade é que as suas responsabilidades são indelmentáveis e o PDR e o QCA não disfarçam o facto de prosseguir o dismantelamento de sectores produtivos, o agravamento das assimetrias regionais e a preterição das políticas e direitos sociais.

O PS pode falar agora muito do emprego e tentar mostrar preocupações sociais. Mas a verdade é que apoiou Maastricht e a política monetarista, neoliberal e conservadora que está aí consagrada. Isto é: o PS apoia as causas e diz que é contra as consequências.

O CDS pode esconder-se atrás da "defesa" da soberania; mas não pode escamotear as suas posições favoráveis ao grande capital e ao domínio das transnacionais, contra medidas de protecção social e o seu neoliberalismo, que acaba por coincidir na prática com a política económica que visa abrir caminho à União Económica e Monetária.

Pela nossa parte, defendemos as nossas posições com coerência e frontalidade. Os deputados que elegemos já mostraram um intenso trabalho de que ainda recentemente prestaram contas. Os que vamos eleger no futuro terão que se defrontar com uma situação em que a Comunidade terá mais poderes e o Parlamen-



to Europeu uma maior intervenção. Precisamos de deputados que estejam à altura da confiança popular e em condições de defender os interesses dos trabalhadores, dos agricultores, dos jovens, das mulheres, dos idosos. Estamos certos de que os deputados que vamos eleger em Junho estarão em condições de defender os interesses nacionais e uma Europa de cooperação entre nações livres e iguais.

A Comunidade Europeia sofre de um profundo défice democrático e está afastada dos povos. Mas seria um grave erro concluir daí que é acertada a atitude de abstenção. Bem ao contrário, esta é uma grande oportunidade de escolhermos representantes do povo que em Bruxelas e Estrasburgo defendem os interesses dos trabalhadores e os interesses nacionais, uma oportunidade também de exprimir nas urnas a vontade de mudança e o descontentamento que têm sido expressos nas ruas e nas lutas nas empresas e dos agricultores. Para isso, todos teremos de dar o nosso contributo. Está ao nosso alcance obter um resultado que exprima a vontade de mudança em Portugal e na Comunidade Europeia.

Daqui lançamos um apelo para que os militantes do PCP, todos os nossos aliados na CDU, em especial Os Verdes, a ID e os democratas independentes se empenhem na luta para se obter um resultado nas eleições para o Parlamento Europeu que seja uma importante contribuição para conseguir outra política em Portugal e outro caminho para a Comunidade Europeia.

Daqui lançamos um apelo a uma ainda maior intervenção neste exigente calendário político que temos pela frente de que referenciamos as comemorações do 25 de Abril, o 1º de Maio, as eleições para o Parlamento Europeu e a Festa do "Avante!", festa de Abril, obra dos comunistas portugueses, para cuja preparação se apela desde já a uma grande campanha pela venda militante da EP, condição necessária para assegurar o renovado êxito desta grande festa da juventude, dos trabalhadores e do povo português.

Um Partido para o nosso tempo

Camaradas,

Hoje num mundo marcado por crescentes desequilíbrios em que 1/5 da população mundial não dispõe sequer de 1 dólar por dia para viver e em que se acentua a diferença entre países ricos e países em vias de desenvolvimento e em que uma pequena fracção da população mundial dispõe de uma cada vez maior percentagem das riquezas do planeta, mais razões encontramos para a nossa luta e mais evidente se torna que é o sistema capitalista e a sua ordem internacional que estão em causa, mantendo inteira validade o ideal do socialismo como projecto de construção de uma nova sociedade.

Hoje num mundo em que o imperialismo se sente com as mãos mais livres e em que se verifica uma acrescida exploração dos trabalhadores e novos métodos para assegurá-la e em que assistimos a uma ofensiva global anti-social acompanhada de uma não menos intensa ofensiva ideológica, cópia aliás da velha retórica do capitalismo liberal oitocentista, embrulhada de novo naquilo que já foi designado pela cartilha do grande capital: santa competitividade, santa desregulamentação; santa liberalização, santa produtividade, flexibilidade e desregulamentação;

mais evidente se torna a necessidade da luta e intervenção dos partidos comunistas, se exige o fortalecimento dos laços de solidariedade e cooperação entre os trabalhadores, os comunistas e outras forças progressistas e revolucionárias. Com interesses, situações e objectivos de luta diferenciados, os trabalhadores de países capitalistas desenvolvidos são objectivamente aliados frente a esta grande ofensiva e à acção do capital transnacional. O papel dos comunistas no desenvolvimento da luta é fundamental. E por isso mais se torna necessário agir para através de formas adequadas de coordenação se dar expressão política à luta dos trabalhadores e dos povos. Este é também um combate do PCP.

Às portas do terceiro milénio, a regressão social é a regra, em vez da melhoria do nível e qualidade de vida das populações, em vez de avanços da civilização proporcionados pelos avanços da ciência e da técnica.

Nas diversas capitais europeias a música tem sido a mesma com governos de direita ou social-democratas: redução dos custos de trabalho; privatizações; redução das despesas públicas nomeadamente na saúde, ensino e na protecção social.

Procura inculcar-se a ideia, em cada país, que só se sai da crise com o aumento da competitividade e que o desemprego é uma fatalidade que só pode ser minorada com a diminuição dos salários... E para que a retórica passe, várias teorias tentam inclusive criar a divisão entre assalaria-

dos e desempregados, entre trabalhadores a tempo total e a tempo parcial e tudo em nome da solidariedade.

E em nome do "Estado mínimo" entenda-se mínimo nas suas funções sociais e na protecção dos mais desfavorecidos, mínimo na não intervenção em tudo o que dificulta a rapina, a exploração e a dominação, o grande capital exige a sua crescente intervenção na desregulamentação social, na canalização de fundos públicos e na alienação de riquíssimo património público, na atribuição de isenções e benefícios fiscais directos ou encapotados, nos subsídios e encomendas, na cobertura de dívidas monstruosas de grandes empresas falidas, tudo em benefício dos grupos monopolistas e em detrimento das massas populares.

Esta política e a ideologia que lhe está subjacente terá dos comunistas e dos comunistas portugueses uma firme oposição e um decidido combate. Combate que se inscreve no nosso grande património de luta com os trabalhadores e com o povo.

Hoje, 73 anos depois da criação do PCP, temos fortes e fundadas razões para nos orgulharmos do Partido que somos, do papel necessário e insubstituível que temos na sociedade portuguesa.

Somos hoje, como ontem, um Partido com o qual os trabalhadores e o povo podem contar.

Os trabalhadores e o povo podem contar com a acção, o trabalho dedicado, a generosidade, a firmeza e coragem política dos comunistas nas diferentes lutas que é necessário continuar a travar contra a gravosa política de direita.

Os trabalhadores e o povo podem contar com os comunistas na defesa do emprego, na luta por melhores salários e condições de vida e na luta contra as injustiças e discriminações sociais.

Assim, enganados estão aqueles que têm ao longo do tempo proferido sentenças de morte aos nossos ideais e ao nosso Partido.

Enganados estão aqueles que julgam que o capitalismo é o fim da história. É a substituição do capitalismo pelo socialismo que, no limiar do século XXI, continua inscrito como uma possibilidade real e como a mais sólida perspectiva de evolução da humanidade.

Enganados estão aqueles que nos pretendem colocar longe e desligados da realidade, do progresso, da sociedade portuguesa, dos avanços e transformações no País e no Mundo.

Somos um Partido aberto à vida, à experiência à mudança e à transformação.

Sabemos melhor do que ninguém das nossas insuficiências e atrasos. Sabemos quanto nos falta para melhorar, alargar e aprofundar ainda mais a nossa análise e reflexão, a nossa capacidade de agir e intervir.

Mas ao mesmo tempo temos razões, e fundadas razões, para nos orgulharmos do Partido que em cada dia construímos. Um Partido profundamente ligado aos trabalhadores, que fala a verdade ao povo portador de um grande projecto de liberdade, democracia, progresso social e independência nacional - o projecto de uma democracia avançada no limiar do século XXI, tendo o socialismo no horizonte. Um Partido do nosso tempo e para o nosso tempo, ao serviço dos trabalhadores, dos portugueses e de Portugal.

**Viva a unidade dos trabalhadores!
Viva Portugal soberano e independente!
Viva o Partido Comunista Português!**

Respondendo às perguntas colocadas pelos jornalistas na conferência de imprensa de dia 5 (ver pág. 15), dirigentes de cinco partidos europeus sublinharam o papel fundamental dos comunistas para a defesa dos interesses dos trabalhadores postos em causa pelas políticas que seguem o Tratado de Maastricht, tanto no plano nacional, como a nível comunitário. Falaram ainda das suas expectativas quanto aos resultados das próximas eleições para o Parlamento Europeu.

Em cada país e na Comunidade é fundamental o papel dos comunistas

José Luis Nuñez, do Partido Comunista de Espanha

«Em Espanha afirmamos abertamente a necessidade de um partido comunista e recusamos admitir que se possa identificar o comunismo com uma única experiência, ou que se procure ligar o destino dos partidos comunistas a uma experiência determinada que já criticámos claramente. É evidente que cada partido comunista tem uma visão sobre os problemas e uma actividade ligada à realidade própria; mas não é menos evidente que, dentro do respeito pela independência de cada partido e pela diversidade, se pode encontrar pontos de encontro. Em Espanha apostámos em força numa experiência específica de constituição de uma formação política, a Esquerda Unida, na qual, através de um acordo programático, se mantém a identidade de cada partido integrante.

Entendemos que há pluralidade de opiniões e, dentro dessa pluralidade, reivindicamos a permanência do Partido Comunista de Espanha.

«Hoje somos a terceira força política em Espanha. Não gostamos de fazer profecias sobre eleições, mas partindo dos cálculos e declarações das pessoas que por profissão se dedicam aos estudos sociais e eleitorais, pensa-se que poderemos chegar aos sete deputados no Parlamento Europeu, o que seria um crescimento notável face aos actuais quatro lugares.

«Há apenas um mês houve uma greve geral em Espanha, que pela sua amplitude e pelo seu conteúdo demonstra a capacidade de resposta da classe trabalhadora a uma clara agressão aos seus direitos por parte de um governo que se diz socialista e que, sem dúvida, realiza uma política claramente neoliberal e contrária aos interesses dos trabalhadores.» ■

Gérard Streiff, do Partido Comunista Francês

«Nos dois dias deste colóquio demos provas de que o movimento comunista, que já tinha sido dado como morto, afinal de contas existe e está presente. Há 3 ou 4 anos, quando caiu o socialismo burocrático no Leste, disse-se que o capitalismo ficava com tudo na mão. Constatamos que, passados estes anos, o capitalismo se encontra numa situação muito difícil. Tudo o que foi dito nestes dois dias de colóquio mostra bem a gravidade da crise capitalista. É bom que nos nossos países se afirmem posições anticapitalistas fortes. Mas para nós não é uma questão de etiquetas, os partidos podem chamar-se comunistas, socialistas... O que para nós é importante é a afirmação das forças anti-Maastricht. Estou convencido de que existem possibilidades de desenvolvimento de um grande movimento nesse sentido. Em França, se houvesse hoje um referendo sobre o tratado de Maastricht, a maioria seria contra. É para nós uma responsabilidade importante fazer convergir os sentimentos daqueles que são contrários a Maastricht.

«No fim de Março vamos ter eleições cantonais, que para nós são muito importantes, como ocasião para uma recusa da política Balladur, que é a política de Maastricht. Neste colóquio, refiro a propósito, observámos a grande simultaneidade que há entre as posições do patronato europeu, da Comissão e dos governos dos diferentes países.

«Não vou referir números, quanto ao que esperamos do resultado das eleições europeias, mas quero exprimir o nosso desejo de que uma forte componente de esquerda e anti-Maastricht esteja presente no Parlamento Europeu.

«Não nos ficamos por desenhar um quadro negro da actual situação. Há uma dupla realidade: perante uma política muito dura de regressão social, observa-se (depois de alguns anos de resignação)

um despertar do movimento social em França, ao mesmo tempo que se desenvolvem lutas importantes em praticamente todos os países da Europa. Estas lutas são muito importantes e constituem um encorajamento mútuo, há uma interactividade das lutas que é um elemento novo e que deve ser seguido com muito interesse.

Nós estamos atentos a formas de acção comum nas multinacionais e não revelamos um segredo ao dizer que esta questão surgiu no decorrer do nosso colóquio.» ■

Giannis Theonase, do Partido Comunista da Grécia

«Na Grécia costumamos dizer que, se não existisse partido comunista, seria necessário agora fundá-lo e, mesmo que houvesse oposições, a própria classe operária o fundaria. A influência dos comunistas na vida política e social da Grécia é muito superior à percentagem obtida, por exemplo, nas eleições parlamentares. Como penso que sucede noutros países, na Grécia o partido comunista é a força mais firme na defesa dos interesses dos trabalhadores, postos actualmente em causa pelas decisões de Maastricht e pelo «livro branco». Nestas condições, é necessária não só a existência dos comunistas, mas também a mais larga cooperação para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Trata-se de uma tarefa muito importante ao nível nacional e também ao nível internacional. Por este motivo felicitamos os camaradas do PCP, pois pensamos que esta iniciativa pode contribuir muito para tal objectivo.

«É muito difícil fazer prognósticos numéricos quanto ao resultado das eleições europeias, mas pensamos que, devido à bem conhecida situação nos Balcãs e devido à situação na Grécia, é necessário o reforço das posições dos comunistas. Como sabem, na Grécia todas as forças políticas, à excepção do partido comunista, apoiaram o Tra-

tado de Maastricht e recusaram a nossa proposta de organizar um referendo sobre a questão.

«Pretendemos dar expressão à corrente anti-Maastricht, que é muito forte no nosso país e integra não só comunistas, mas também outras forças. Assim, vamos aproveitar as eleições europeias para uma maior informação sobre as consequências do Tratado de Maastricht e da política de Bruxelas. Estamos muito optimistas, porque pensamos que é possível congregarmos as forças progressistas do nosso país. Para nós é muito importante desenvolver no PE uma forte componente oposta ao imperialismo e às multinacionais e capaz de representar os interesses dos trabalhadores e dos povos da Europa.» ■



Fritz Schumann
do Partido do Socialismo Democrático, Alemanha

«Na Alemanha é de vital importância a existência de um partido comunista, tendo em conta a necessidade de combater o aumento das forças radicais de direita, que desenvolvem permanentemente acções contra os estrangeiros residentes na Alemanha e já hoje dizem que os campos de concentração nazis não existiram, e ainda tendo em conta que o SPD (Partido Social Democrata), que já teve uma importante base nos trabalhadores, está cada vez mais a transformar-se no partido dos empresários e do grande capital. É fundamental a existência de outro partido de esquerda com alguma força.

«Para o Partido do Socialismo Democrático (PDS) é muito difícil o contexto em que vão ter lugar estas eleições, devido à cláusula dos cinco por cento, em vigor na Alemanha, e que é o mínimo necessário para um partido ter representação parlamentar, seja no país, seja no PE. Os nossos eleitores vêm sobretudo dos 16 milhões de habitantes da ex-RDA, universo que não tem o mesmo peso que os 80 milhões da Alemanha ocidental. Estamos no entanto convictos de que conseguiremos passar esta barreira e de que iremos estar ombro com ombro com as outras forças progressistas no futuro Parlamento Europeu, na luta contra o desemprego, contra a destruição do sistema de segurança social e contra as multinacionais, em defesa dos direitos dos trabalhadores.» ■

Fausto Sorini, do Partido da Refundação Comunista, Itália

«Nós, comunistas italianos, consideramos que a tese do esgotamento histórico do papel dos comunistas é errada e até historicamente ingénua.

«Errada, porque a crise e a derrocada da URSS e dos países do Leste e o domínio capitalista no mundo de hoje não abriram caminho a uma era de paz e prosperidade, mas voltaram a trazer o tema da guerra como uma realidade dramática do mundo contemporâneo, desde a guerra do Golfo ao conflito nos Balcãs. É errada porque a aplicação de receitas capitalistas nos países ex-socialistas determinou uma drástica quebra das condições de vida de grande parte da população desses países e uma drástica quebra da economia desses países. Isto recoloca hoje com mais força a presença da existência de forças comunistas e anticapitalistas que não aceitam o capitalismo como última etapa da história.

«É também historicamente ingénua: a passagem do feudalismo para o capitalismo demorou cerca de 500 anos, pelo que seria historicamente ingénua pensar que, em pouco mais de 70 anos, a crise de algumas experiências de construção do socialismo, as primeiras experiências, seria razão suficiente para efectuar uma avaliação histórica conclusiva sobre a morte do comunismo.

«Mas também em Itália se confirma a necessidade da existência de um partido comunista com base de massas. Nas recentes eleições locais, recorde, o candidato da Frente Democrática e Progressista derrotou na segunda volta o candidato fascista no município de Roma, resultado que só foi possível devido ao determinante contributo eleitoral e político do nosso partido e graças à nossa política de unidade à esquerda. O peso eleitoral do nosso partido deverá confirmar-se novamente nas próximas eleições gerais, em que uma aliança unitária de esquerda se bate para derrotar a direita mais reacçãoária e evitar um retrocesso na política italiana.

«Não são, portanto, apenas razões históricas, mas razões concretas da actualidade política que tornam útil, indispensável e necessária a presença nacional e internacional de partidos comunistas e de forças que pugnam pela transformação da sociedade.

«Uma questão essencial e que consideramos possível nas próximas eleições europeias é um bom resultado de todas as forças comunistas, anticapitalistas e de esquerda, e que estas forças, ultrapassando divisões e incompreensões que existiram no passado possam unir-se e dar vida a um novo grupo unitário no PE, com base num programa alternativo a Maastricht, e contribuir para romper o monopólio da vida política comunitária, hoje dominada pelo Partido Popular Europeu, conservador, e por um Partido Socialista que é cada vez mais subalterno às exigências do sistema capitalista e à política de segurança da Nato.» ■



«A crise da escola, a crise do sistema educativo, de qualquer ângulo que seja observada ou sejam quais forem os pontos mais enfatizados criticamente, constitui sem dúvida um dos problemas que suscita preocupações mais generalizadas na sociedade portuguesa e que mais sensibiliza toda a classe docente», estas são razões que estão na base do «Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino» a realizar no fim-de-semana de 19 e 20 de Março, na Faculdade de Letras de Lisboa, expressas num «Projecto de Texto para Debate» em distribuição por todos aqueles que desejem participar na iniciativa.

«A consciência muito viva desta situação e a compreensão de que o sistema educativo representa um dos principais factores estratégicos que modulam o futuro do País, faz entretanto emergir a necessidade inadiável de debater o actual estado de coisas e de buscar um novo rumo para a educação», diz-se na introdução ao documento, dividido em quatro grandes capítulos. O primeiro intitula-se «Crise da escola - crise do sistema educativo» e sistematiza as grandes questões hoje colocadas ao sistema referenciando uma crise estrutural que abrange, instalações, equipamentos, recursos, escolarização, aproveitamento escolar e sucesso, organização, valor e confiança, financiamento, governamentalização do sistema e mesmo cultura do próprio sistema. A terminar o capítulo apresenta-se o valor da educação, da ciência e do saber realçando-se «a importância da educação, da ciência, do saber como capital de inestimável valor na emancipação do homem e na construção de sociedades mais justas e solidárias, mais humanas».

Os trabalhos do Encontro, sob o lema «Nova política, novo rumo para a educação», vão decorrer fundamentalmente em plenário, com o debate dividido em grandes temas, para possibilitar a abordagem mais integrada dos problemas dos vários graus de ensino. Está no entanto previsto o funcionamento em secções no sábado, a partir do meio da tarde, para possibilitar um debate mais especializado de algumas questões de política educativa e de intervenção sectorial.

Um novo rumo para a educação

O capítulo terceiro do documento em debate, intitulado «Um novo rumo para a educação» propõe «a restauração do caminho democrático e progressista para a educação, aberto pelo 25 de Abril» o que «exige uma nova política nacional». São alguns pontos dessa política que depois se enunciam, divididos por «educação e prioridades», «escola pública democrática e de qualidade», «acesso democrático à educação e ao ensino», «o sucesso educativo e escolar dos jovens, o sucesso do sistema», «uma nova escola, com mais autonomia, com mais participação» e «um sistema educativo menos governamentalizado, dotado de financiamento suficiente e com carácter regular».

Lutar e construir

«Mobilizando desde sempre os espíritos mais esclarecidos e incorporando o impulso das forças históricas transformadoras - a



Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino

NOVA POLÍTICA NOVO RUMO PARA A EDUCAÇÃO

A questão da escola pública, da sua defesa, aperfeiçoamento e evolução, e da sua indispensável ligação com a sociedade e com as diversas dimensões do desenvolvimento, constitui um dos problemas fundamentais com que o País se defronta.

sucesso escolar e para assegurar a isenção ideológica e garantir a fundamentação científica e o espírito crítico dos processos educativos». Assim, num capítulo intitulado «Escola pública - causa de todo o povo», afirma-se que «a questão da escola pública - a todos os níveis - da sua defesa, aperfeiçoamento e evolução, e da sua indispensável ligação com a sociedade e com as diversas dimensões do desenvolvimento (sem que isso represente qualquer negação do espaço para o ensino particular ou cooperativo ou o não reconhecimento do direito de opção dos portugueses), constitui um dos problemas fundamentais com que o País se defronta».

«Compreende-se assim o lugar privilegiado que esta causa ocupa no plano da reflexão, do debate e da intervenção do PCP no domínio educativo», conclui o documento.

educação, enquanto direito democrático e sua concretização efectiva, constituem a história de uma grande causa que acompanha e simultaneamente marca o caminho da evolução da sociedade portuguesa», diz-se no início do último capítulo do documento.

É o retomar dessa «grande causa» que se propõe e sob o título «Lutar e construir» refere-se ao património de Abril como base para um combate em favor de uma escola democrática, de uma verdadeira reforma educativa, afirmando-se que a par da crítica da «reforma» de facto em curso será necessário «desenvolver a resistência social e política a uma acção governativa que, incumprindo gravemente os objectivos fixados pela Lei de Bases, está a constituir um obstáculo à adequação deste sector às legítimas expectativas e interesses da população, em particular das jovens gerações e às necessidades do desenvolvimento nacional. E importa, a par da refutação fundamentada da «inevitabilidade» da política do Governo, erguer as linhas de uma política alternativa de natureza democrática, que configure a «nova política» para cuja realização importa mobilizar o apoio do povo português».

O texto procura propostas de linhas de movimentos de intervenção, sublinhando que existe uma «multiplicidade dos interesses que se manifestam no espaço da escola e a diversidade das linhas de orientação, objectivos e dinâmicas próprias a que dão naturalmente origem».

Por outro lado, a necessidade de uma intervenção cultural e ideológica é realçada por, «sem menosprezo pela dimensão técnica e científica dos problemas, o reconhecimento das determinações ideológicas nas políticas educacionais, na própria organização dos sistemas e aparelhos escolares, nos conteúdos e nos próprios valores e opções pedagógicas constitui, também, matéria de importante reflexão e de intervenção» já que as ideologias «de forma não necessariamente consciente ou isenta de contradições», exprimem «experiências, posições, interesses e aspirações de classes e grupos sociais» com óbvios reflexos na política educativa.

Escola pública causa de todo o povo

A terminar, o documento considera «insubstituível o papel do ensino público - nas condições socioeconómicas e culturais existentes na sociedade portuguesa - para contrariar a perpetuação e até o agravamento das desigualdades classistas de acesso e

■ João Amaral

Costa Freire: por ora um silêncio

que vale ouro



O que foi dizer o eng. Costa Freire à Comissão de Saúde da Assembleia da República? Ele tinha anunciado com precisão o que pretendia: «esclarecer» todos os pontos do processo judicial, tanto aqueles em que tinha havido condenação, como os outros, em que ela não existiu. Tudo na presença da comunicação social, que ele requeria expressamente.

Houve na bancada do PS quem acreditasse que era desta vez que o homem contava tudo... Disseram-no de forma clara: o importante não era o inquérito proposto pelo PCP, o importante era ouvir Costa Freire porque ele contaria sem papas na língua tudo o que sabia e que ainda não tinha vindo a público. Conhecer-se-iam factos novos e a verdade brilharia nas palavras do ex-secretário de Estado...

O PS matava assim dois coelhos de uma cajadada: por um lado, encontrava na proposta de audição de Costa Freire a estratégia de que carecia. Com essa proposta, o PS já poderia mostrar que não ia a reboque dos acontecimentos e das propostas do PCP... Por outro lado, o PS passava a ter o pretexto explícito para desvalorizar a iniciativa do PCP de propor a reabertura do inquérito parlamentar. E isso para o PS não era pouco importante...

Solicitos, o Público e a TSF davam o tom: ignoraram quanto puderam o inquérito parlamentar e embadeiraram em arco com a audição. Sempre com o PS!

Mas este aparente maquiavelismo dos Deputados do PS que desenharam a operação audiência a Costa Freire não passa, depois de bem espremido, da simplória ingenuidade dos que são apanhados no conto do vigário. E explica-se facilmente porquê.

É evidente que Costa Freire sabe mais do que contou ao Tribunal. Ele sabe, porque viveu os acontecimentos, como é que as coisas se passaram desde o princípio. Sabe qual é a responsabilidade de cada um dos actores do processo, desde a ex-ministra ao Primeiro-Ministro. Ele conhece o conteúdo dos papéis que se «perderam», e muito provavelmente sabe o que só levemente se suspeita ou até passa pela cabeça.

Aliás, quanto a isto, há aspectos do comportamento das autoridades públicas que revelam no mínimo ingenuidade. Ainda hoje está por saber por que razão as autoridades não procederam logo no início das investigações à selagem da documentação do Ministério da Saúde evitando assim os «desaparecimentos» que se verificaram, e que tão «úteis» foram para os visados nesses processos de investigação.

Mas uma coisa é o que Costa Freire sabe, outra muito diferente é o que ele conta publicamente. E ele não conta nem contará tudo o que sabe (muito menos o faria agora) por duas razões principais.

Primeiro, porque o que ele sabe, e que envolve figuras politicamente colocadas, constitui o seu «seguro pessoal», de que ele não pode prescindir. E o seu «capital», que lhe permite obter apoios, silêncios, e mesmo outras vantagens que se tornam necessárias para um profissional que está na situação em que ele se colocou. Mas esse «capital», esse «seguro pessoal», só existe enquanto ele não contar o que sabe. Se contasse, claro que poderia meter algumas pessoas ao fundo, mas não lhe perdoariam, e ficaria isolado, sem apoios nem vantagens. Gasto o «capital», Costa Freire ficaria de mãos a abanar à mercê de todos os ataques.

A segunda razão para ele não contar o que sabe é que em qualquer dos casos ele seria sempre vítima do que contasse. Costa Freire foi o operacional do «Processo Ministério da Saúde». O que contasse, envolvê-lo-ia sempre como uma das principais figuras. Poderia assim puxar alguns para o fundo, mas ele ia atrás. Isto é particularmente evidente neste momento, em que o processo judicial ainda não terminou, e a sentença condenatória está sob recurso. Era agora que Costa Freire se ia meter na boca do lobo? É óbvio que não!

Pergunta-se então que pretendeu Costa Freire com o pedido de audiência. Fundamentalmente uma coisa: mostrar o seu «capital». Ou mais precisamente: mostrar que tem um capital e que o pode usar. Claro que o valor desse «capital» é relativo, já que ele não pode existir o seu conteúdo sem gravíssimas consequências também para si. Mas, há momentos de desespero, há situações em que não há alternativa. Vindo à Comissão Parlamentar, ele mostra que, numa situação dessas, tem meios de falar com a máxima audiência.

Para quem era o recado? Esse é o único mistério desta farsa. Embora seja mistério de curto alcance: o universo dos possíveis visados é bastante circunscrito!

Temos assim uma Comissão Parlamentar reduzida à caricata situação de servir de cenário para uma operação que lembra a Sicília...

Costa Freire na audiência portou-se à altura da operação. Sobre

os factos em si, não disse nada de novo. Repetiu a sua contestação no processo judicial e o recurso que apresentou ao Supremo Tribunal. E queixou-se: dos juízes, da justiça, da procuradoria, do sistema penitenciário, da lei processual, da lei penal. Lamentável situação para a Comissão de Saúde: ouvir sem questionar um arrazoado sobre a situação da justiça em Portugal.

No conjunto, três recados perceptíveis (provavelmente houve outros, só perceptíveis pelos visados...): primeiro, um elogio a Almeida Santos, pelo relatório sobre ilegalidades na prisão preventiva. Elogio envenenado; elogiando um dirigente do PS, criticam-se os amigos do PSD.

Segundo recado: Costa Freire termina dizendo: «Por ora, não digo mais nada». Este «por ora» é o único enxerto de ameaça, metido numa descrição feita sempre de forma muito ligada ao processo judicial. Como se Costa Freire dissesse: «Sou capaz de contar a história como é preciso, mas, se quiser...»

Terceiro recado: é o único facto novo relatado por Costa Freire. Ele conta que, face à afirmação do Primeiro-Ministro de que a sua escolha para Secretário de Estado tinha sido «uma má escolha», entrou logo em contacto com a ex-ministra. E relata que

ela lhe assegurou que não, não tinha sido má escolha. E mais: que não tinha razões para dúvidas da lealdade, dedicação, eficiência e... seriedade do ex-secretário de Estado!

Esta chamada à colação da ex-ministra Leonor Beza, aparece como uma peça central da estratégia de Costa Freire na sua intervenção na Assembleia. Costa Freire e Leonor Beza viajaram juntos em todo o processo e hoje continuam ligados pela fina teia dos compromissos e do conhecimento mútuo.

Mesmo nesta fase do processo, as jogadas foram passando de um para o outro. Veja-se o filme. Primeiro, a sentença condenatória de Costa Freire. Beza comenta para um jornal que enquanto não houver decisão do recurso não falará. Na Assembleia, o PCP critica as conclusões do inquérito, que o PSD impôs em 1991, e propõe a reabertura do inquérito. Dias depois, o PS anuncia que falará na Assembleia. De imediato, Leonor Beza torna público que também falará. No dia anunciado para estas intervenções, Costa Freire vai à

Assembleia, oferecer-se para ser ouvido. Enquanto o PSD reúne com Leonor Beza, Costa Freire espregueia no corredor... À tarde, o PS fala e embrulha-se: não sabe quem atacar, não tem estratégia. Leonor Beza faz no Plenário o seu número de vítima inocente; não soube de nada, não tem nada a ver com o assunto. Nos dias seguintes, PS, todo esfarrapado, descobre a estratégia: desvalorizar o inquérito do PCP e propor a audição de Costa Freire. O Independente conta que o processo no Tribunal de Contas prossegue, com Leonor Beza e Costa Freire como principais visados. É marcado o debate do inquérito parlamentar. Beza demite-se. PSD rejeita o inquérito, mas vota a favor da audiência com Costa Freire, proposta pelo PS.

E agora? A verdade é esta: o apuramento das concretas responsabilidades políticas e administrativas continua por fazer.

E se alguma coisa de sólido se pode retirar da sentença é a absoluta necessidade de fazer esse apuramento.

Ao contrário do que foi propalado pelo PSD e pelos visados no processo, a sentença constitui uma pesada condenação dos métodos seguidos no Ministério. Independentemente da prova dos crimes cometidos (e mesmo que o Supremo absolvesse agora os arguidos da prática dos crimes), a verdade é que a sentença mostra nos factos provados como foi a gestão do Ministério durante aqueles anos.

É preciso que fique claro: a sentença mostra e considera provada a prática sistemática

de irregularidades e ilegalidades administrativas de toda a ordem, em todos os casos que analisou, incluindo aqueles em que não considerou provada a prática de crime. Mais: o tribunal considera provado o envolvimento da ex-ministra nas decisões que conduziram às intervenções no processo do eng. Costa Freire, do Zézé Beza e dos outros arguidos, bem como a ausência de qualquer controlo e fiscalização dos actos praticados, incluindo aqueles de que resultavam pagamentos pelo Estado.

«Em nome da urgência, tudo se faz», diz a sentença. E arrola o «incumprimento sistemático dos procedimentos legais», é novamente a sentença que assim qualifica a situação.

Então? Quando é que se apuram as responsabilidades políticas e administrativas, em concreto e a todos os níveis?

Foi Cavaco Silva, como Primeiro-Ministro e líder do PSD, quem impôs a urgência, o «vale tudo» para que as obras se fizessem e ficassem prontas a tempo das eleições. Foi ele na época o principal beneficiário político do que foi feito.

É hoje ele o principal beneficiário do bloqueio do apuramento das responsabilidades políticas!

O silêncio de Costa Freire vale ouro!

PONTOS CARDEAIS

Quantos são os PSs?

“Os números do ficheiro não contam. O que conta, sim, é o número de eleitores que votou nos últimos anos, entre 13 a 15 mil”. Estas são, segundo o “Independente”, as explicações dadas pelos dirigentes do PS para a baixa votação verificada nas primeiras eleições directas da Comissão Nacional, em que foi apresentada uma lista única pelo próprio Secretário-Geral, António Guterres. Segundo a mesma fonte, citada pelo mesmo jornal, “os ficheiros não estão informatizados e contêm muitos mais nomes de pessoas que morreram, deixaram o partido, passaram para outros partidos, etc., etc. Não espanta que assim

aconteça. Gostava-se de se saber, no entanto, quantos são realmente os inscritos no PS. O PS não sabe? Nem pouco mais ou menos? São só os 13 a 15 mil referidos pela fonte? Lembra-se, a propósito, que no decorrer dos trabalhos preparatórios do XIV Congresso, o PCP fez uma verificação da correspondência entre o número de inscritos e os reais efectivos do Partido. Com toda a transparência tornou pública uma baixa de 35 796 inscritos. Foi motivo para caixa alta em praticamente toda a Comunicação Social, como se fosse uma grande derrota dos comunistas. A verdade é que o PCP anunciava simultaneamente manter como efectivo um número impressionante de 163 506 inscritos.

Em relação ao PS tudo se cala. Mistérios...

Presunção e água benta

Não foi divertido o “Terça” da SIC sobre a moda. A culpa não pertenceu às duas convidadas - Ana Salazar e Rita Ferro - que estiveram na sua, mas do trio permanente - Pacheco, Barreto e Tavares. A curiosidade era ver como é que estes três candidatos a ditadores de opinião se comportavam em relação à ditadura da moda. Comportaram-se mal, claro. Invejosos: gostavam de ter o mesmo poder de sedução.

Ambiciosos: gostavam de reinar neste território. Havia de ser bonito! Foi com algum rancor que começaram a falar dos feios - das feias - até parecia piada às convidadas, que no entanto se aguentaram bem. Ana, alegando que “não há hoje um modelo de beleza”. Rita, confessando-se “uma feia apetitosa”. Ora, o mais espantoso é que os três canastrões falavam da beleza como parte dela, como se os feios fossem os outros. É o mesmo que fazem com o saber e a inteligência. Não há paciência!... Lá diz o povo que “presunção e água benta cada qual toma a que quer”.

De chofre

Confirmando sempre a sua veia teatral, Cavaco Silva mandou reunir anteaquem de surpresa a Comissão Permanente do PSD para anunciar a todos - os do partido e, meia hora depois, os jornalistas - que o seu candidato principal ao Parlamento Europeu era Eurico de Melo. O súbito anúncio foi feito após a desobediência que a Distrital de Lisboa do PSD estava a manifestar para com o Chefe. Na verdade, Cavaco já avisara que pretendia ser ele próprio a definir o cabeça de lista para Estrasburgo, ao que a Distrital de Lisboa fez ouvidos moucos, avançando com a proposta de recondução de António Capucho. Aí está o resultado: reunião de emergência e mais uma decisão, de chofre, a mostrar quem manda. Tão democratas que eles são!

E não só...

Eduardo Catroga, actual ministro das Finanças, afirmou esta semana, no fecho duma conferência do “Semanário Económico”, que “o papel central da política monetária na luta contra a inflação, implicando taxas de juro reais elevadas e a apreciação do escudo no período de 1990-92” constituiu um dos “factores internos na economia portuguesa explicativos da queda conjuntural desde 1992”. E não só, sr, ministro, e não só... De qualquer modo já é um passo reconhecer que a política monetária deste Governo tem sido, afinal e como toda a gente dizia menos o PSD, um evidente desastre.



PONTOS NATURAIS

Fracturas

Facturas, pelas alturas em vão, voando, lá vão. Serão falsas as facturas? Os falsos dizem que não...

Ninguém pense nas medidas de investigar. Para já as facturas conhecidas são facturas que não há...

Foi só um simples deslize digno de perdão. Assim com as indústrias em crise... e as empresas... pois... Enfim.

Vagas de lama se alteiam nos duros tempos que duram. Com as facturas que falseiam são os falsos que facturam...

Partidos comprometidos virão a ser, na perícia, não dois casos de partidos mas dois casos de polícia...

Nada recebem, está bem? Estamos em democracia! Basta gritar pela mãe e avança uma amnistia.

Nas densas facturações há ligações bem perigosas unindo os dois corações das laranjas e das rosas...

A carta que não mandei

Quando me disseram que já não pertencias ao grupo, fiquei triste. Fiquei doente.

Terás dito: estou desencantado, eu tinha uma resposta e perdi-a...

Não chateies, pá, com essa história do desencanto. Foste buscar encanto a outro lado? Encontrei? E também encontrei a resposta que perdeste? Uma resposta melhor? Mais digna de ti? Ou apenas tens comido, dormido...?

Pois é, rapaz. Estavas era cansado. Natural, humano. Depois, o teu talento, a tua inteligên-

cia, a comodidade que outros tinham e tu não, o «esquecimento» a que te sujeitavam só porque pertencias ao grupo. E o tempo a correr, e o tempo a correr, e o tempo a correr, e tudo seria tão fácil se passasses, se te passasses...

Adeus. Vá, vê se arranjas outra explicação. Entre as mil e uma formas de ser filho da mãe, que diabo, sempre há-de encontrar uma que pareça honesta.

Teatro Rapidinho

O BAILE DOS HIPÓCRITAS

Acto I

Ministro - Pois é, meu caro senhor, as propinas vão aumentar.

Zé - Eu pensava que o país era mais rico se houvesse mais gente a saber mais.

Ministro - Sim, sim, só que há uma coisa chamada justiça social.

Zé - Por acaso já ouvi falar.

Ministro - Repare bem. Acha correcto que um aluno rico pague o mesmo que um aluno pobre?

Zé - Estou a perceber. Mas gostava de lhe perguntar uma coisa.

Ministro - Ora essa, terei o maior prazer em esclarecê-lo.

Zé - Então diga lá: na sua Justiça Social, os ricos devem pagar mais?

Ministro - Ora nem mais.

Zé - E que os pobres devem pagar menos.

Ministro - Ora nem menos.

Acto II

Ministro - Pois é, meu caro senhor, os cuidados de saúde vão aumentar mesmo.

Zé - Eu pensava que o direito à saúde era um direito.

Ministro - Claro. Mais que um direito - um direitoíssimo.

Zé - Mas...

Ministro - Mas temos de atender à justiça social. Acha bem que um doente rico pague o mesmo que um pobre?

Zé - Portanto, um rico deve pagar mais...

Ministro - Nem mais.

Zé - E que um pobre deve pagar menos.

Ministro - Nem menos.

Acto III

Zé - Já disse que não pago! Cento e vinte escudos por um quilo de batatas? Nem pensar!

Empregada do supermercado

- Mas o senhor não vê aí o preço marcado?

Zé - E a senhora não houve os ministros?

Empregada - Realmente, eu...

Zé - Ah, pois é! Olhe que foram bem claros.

Empregada - Que disseram eles?

Zé - Disseram claramente dito que os ricos devem pagar mais do que os pobres. Portanto, tome lá dez paus e passe para cá as minhas ricas batatinhas!

(Cai o pano, enquanto a polícia, chamada pela gerência, cai sobre o Zé)

FRASES da SEMANA

“A RTP é uma estação comercial”

☛ (Freitas da Cruz, presidente do CA da RTP, citado em «Público», 08.03.94)

“O Canal 1 está entregue à pessoa certíssima para esse lugar, José Eduardo Moniz.”

☛ (Maria Elisa - «TV Guia», 03.03.94)

“Lisboa transformou-se em Capital Europeia da Cultura barra 94 e começou a empanurradela de espectáculos, exposições, concertos e intervenções.”

☛ (António Barreto, «Retrato da Semana» - «Público», 06.03.94)

“E a capital rebentou pelas costuras de amadores de estúrdias, bebedeiras épicas, “pedradas” colectivas, vandalismos avulsos e engarramentos apocalípticos. Convinha que lhes dissessem que a Europa não é só bacanália.”

☛ (Eurico de Barros - «Diário de Notícias», 04.03.94)

“Jardim tem ideias esquisitadas.”

☛ (Eurico de Melo - «Semanário», 05.03.94)

“«Pai» do PoSat não resiste ao PSD.”

☛ (título - «Público», 07.03.94)

“PSD está muito diferente.”

☛ (Hermínio Martinho - «Semanário», 05.03.94)

“A ideia do que está aí para vir, este ano, com as comemorações do vinténio, das listas de “horrores” do Estado Novo e “glórias” da Revolução dos cravos que se preparam, agonia-me.”

☛ (Jaime Nogueira Pinto - «Semanário», 95.03.94)

“Lá (...) temos outra vez (o Provedor de Justiça) a opinar a torto e a direito e a esmerar-se sobretudo em opinar a torto. Ó senhores, é urgente que alguém ponha cobro a este abuso indignante.”

☛ (Vasco Graça Moura - «Diário de Notícias», 07.03.94)

PCP

NOVA POLÍTICA

PARA UMA VIDA MELHOR

73º Aniversário do PCP - 20 anos do 25 de Abril

• Águeda

Jantar-convívio no restaurante «Democrata» em Mourisca do Vouga, com a participação do camarada Luís Sá: sábado, às 20.00.

• Avis

Convívios, sábado, 12, no CT de Avis (às 15.00) e na freguesia de Alcórrego (às 20.00).

• Barreiro

Sábado, dia 12, almoços comemorativos no CT de Santo André e no CT de Stº Antº da Charneca, este com Odete Santos; no domingo, almoço-convívio na Quinta da Areia, em Coima, com a participação de José Vitoriano.

Viana do Castelo

Sábado, 12, às 20.00
Jantar comemorativo do 73º Aniversário do PCP com
Álvaro Cunhal
Restaurante «Camelo»
Portozelo

Lisboa

Sexta, 11, às 20h
no CT Vitória
Jantar-convívio de militantes e amigos dos sectores Serviços e Centro Norte de Empresas, com a participação do camarada
Álvaro Cunhal

• Gouveia

Sessão comemorativa, com a participação do camarada Carlos Fraião: domingo, às 15.00.

• Fundão

Jantar comemorativo no Restaurante 1º de Janeiro, com a participação do camarada Armando Morais: sábado.

• Idanha-a-Nova

Almoço comemorativo no Restaurante Carmel, com a participação do camarada Armando Morais: sábado.

• Lisboa

Almoço comemorativo no Centro de Trabalho de Arroios: sábado, 12, às 13.00.

• Loures

Almoços comemorativos em Stº António dos Cavaleiros, no sábado, e no CT de Loures, domingo, ambos seguidos de plenários em que serão eleitos os

Sines

Exposição:

O passado e o presente do PCP
De 12 a 19 de Março
na sede da Campanha da CDU

delegados à próxima VI Assembleia da Org. Concelhia de Loures.

• Lousã

Jantar-convívio no restaurante «A Cave», com a participação do camarada Sérgio Teixeira: sexta-feira, às 20.00.

• Montemor-o-Velho

Almoço-convívio em Formesinha, no Café Caçador, com a participação do camarada Vasco Paiva: domingo, às 13.00.

• Seia

Almoço-convívio com a participação do camarada Aurélio Santos: domingo, no Centro de Trabalho.

• Setúbal

Almoço-convívio no restaurante «O Quintal»: domingo, 13, às 13.00 (Inscrições: tel. 065 522273).

• Sines

Jantar comemorativo, com a participação de Manuel Sobral: no Salão do Povo, sábado, dia 11.

• Vialonga

Almoço-convívio na Sociedade Columbófila de Vialonga, com a participação do camarada João Amaral: domingo, 13, às 13.00.

• V. Franca de Xira

Almoço comemorativo no Galeria Bar: domingo, dia 13.

• Viseu

Almoço de militantes e amigos no restaurante «Gestur», com a participação do camarada Luís Sá: domingo, dia 13, às 13.00.

• Matra

Almoço-convívio, com a participação do camarada José Casanova: sábado, 12, às 13.00, em Gonçalvinhos.

• Faro

Iniciativas comemorativas no distrito: jantar-convívio em S. Brás de Alportel, na sexta-feira, dia 11, e em Monchique, sábado; almoços comemorativos, no domingo, em S. Bartolomeu de Messines e em Albufeira. Participam os camaradas Carlos Luís Figueira, João Zagalo, Mário de Sousa, Fernando Amaro.

Na sexta-feira, dia 18, à noite, o camarada Álvaro Cunhal profere no Instituto da Juventude em Faro uma conferência subordinada ao tema «O papel do PCP na sociedade portuguesa».

Seixal

Domingo, dia 13, às 13h
Almoço no restaurante "Quinta da Valenciana"
(Fernão Ferro)
com a participação de
Carlos Carvalhas
Canções por Luísa Basto

Sintra

Sábado, dia 12, às 13h
Almoço no restaurante "A Tendinha" - Sala do Rio
(Estrada de Mem Martins, 211)
com a participação de
Carlos Carvalhas

Odivelas

Exposição comemorativa do 73º aniversário do PCP
Sociedade Musical Odivelense
dia 11, das 21.30 às 23.30
dias 12 e 13, das 15.00 às 20.00

Debate
sábado, às 16.00
Da Resistência à Liberdade
com
Severiano Falcão
e **Fernanda Mateus**

Barreiro

Debate com a participação de
Edgar Correia
As propostas do PCP
face à situação política actual
Auditório do CT
Sexta, 11, às 21.30

Reuniões
e
plenários

ÁGUEDA

Assembleia da Organização Concelhia: sábado, a partir das 15.00, no Centro de Trabalho.

AMADORA

Reunião da célula da CEL-CAT, com entrega dos novos cartões do Partido 94/95: sábado, 12, às 18.00, com a participação dos camaradas Romeu do Rosário e Albano.

LISBOA

Reunião da Coordenadora de Fundos da Cidade de Lisboa: hoje, quinta-feira, às 18.45, no CT Vitória.

Reunião dos camaradas da Indústria Farmacêutica: hoje, quinta-feira, às 19.00, no CT Vitória.

Benfica - Plenário de militantes da freguesia, para discussão da situação política e tarefas do Partido decorrentes, com a participação de um camarada do CC: sábado, 12, às 15.00, no CT de Benfica.

OEIRAS

Plenário de Quadros do concelho de Oeiras, com a participação do camarada Carlos Chapparro: hoje, quinta-feira, às 20.30, no CT de Algés.

Queijas - Plenário da organização de freguesia, com a participação do camarada Jorge Cordeiro: sexta, 11, às 21.00, no CT de Queijas.

Porto Salvo - Plenário da organização de freguesia, com a participação do camarada José Casanova: sábado, 12, às 16.00.

SETÚBAL

Plenário da célula da Setenave/Solisnor para discussão da situação política e tarefas da célula e entrega dos novos cartões do Partido: sábado, 12, às 15.00, no CT, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa.

Plenário de militantes dos Bairros da Conceição e S. Domingos (S. Sebastião) para discussão da situação política e entrega dos novos cartões: sábado, 12, às 15.00.

V. FRANCA DE XIRA

Póvoa de Santa Iria - Acção de informação da CDU junto da população durante todo o dia, a terminar com uma sessão pública, às 18.00, no salão da Junta de Freguesia: sábado.

Excursão
à Serra da Estrela
26-27 Março

Organizada pela Comissão de Freguesia de Verderena/Barreiro
5500\$00
incluindo transporte e dormida

INSCREVE-TE!

A crise, as alternativas
e o papel dos quadros
técnicos e científicos

12 de Março de 1994
Hotel Continental

Lisboa — (Rua Laura Alves, 9 — junto à RTP)

Por isto e por aquilo...

Socorro (Quinta, 14.50, Canal 1)

A história é naturalmente supérflua, para além do óbvio móbil: os Beatles a meterem-se em sarilhos com uma seita religiosa que tenta apoderar-se de um anel de Ringo Starr. Mas isto é apenas um pretexto para o realizador americano (tornado inglês) Richard Lester ensaiar, como só ele sabe e lhe rendeu imensos proveitos, um «pacote» de situações hilariantes que constitui um espectáculo de divertimento talvez ainda hoje irresistível. *Socorro* foi o filme da confirmação, no cinema, de um grupo musical de excepção, já então firmado no mundo da música pop - e, para além de os vermos representar com inegável desenvoltura, vamos também encontrar na banda sonora canções que fizeram História, como, entre outras, *You've Got to Hide Your Love Away* ou *Ticket to Ride*. Divirtam-se!

Sangue do meu Sangue (Quinta, 00.00, Quatro)

É bem certo que este segundo filme do ciclo dedicado pela Quatro a Mankiewicz, sendo embora relativamente menos falado do que outras das suas obras-primas, ficou a constituir uma obra de referência para outros filmes que nele se inspiraram directa ou indirectamente, sejam eles assinados por Dmytryk, Coppola ou Scorsese. A história tem o justo tom do melodrama negro: Max Monetti, advogado, é o filho predilecto de Gino Monetti, um banqueiro italiano que subiu na vida à custa do seu trabalho, e que despreza os seus restantes filhos, os quais lhe pagam na mesma moeda quando o abandonam após terem sido descobertos os seus negócios ilegais. Apenas Max permanece fiel ao pai, defendendo-o no julgamento; mas acaba por ser preso (denunciado por um dos seus irmãos) pela acusação de ter subornado um jurado. E é tudo isto que Max recorda, ao regressar a casa saído alguns anos depois da prisão - numa sequência de antologia precedendo o *flash-back* que nos conta os antecedentes. As interpretações de Edward G. Robinson e de Richard Conte são fulgurantes, bem como a de Susan Hayward no papel de Irene Bennett, a paixão escaldante de Max. A não perder.



Susan Hayward e Joanne Woodward, as duas excelentes intérpretes de «Sangue do Meu Sangue» e «Desejos de Verão, Sonhos de Inverno», respectivamente de J. L. Mankiewicz e G. Gates

percurso de um par de jovens com histórias dramáticas, paralelas e complexas, que se encontram por acaso numa noite mundana, também ela de consequências dramáticas. Um filme de abordagem complexa, à primeira vista apenas repleto de referências cinéfilas, mas que constituiu a abertura de novas vias para o cinema francês. E que, no dizer de Marc Chevrie («Cahiers du Cinéma»), é «o filme de um funâmbulo que caminha por sobre o abismo da juventude»... A descobrir.

Desejos de Verão, Sonhos de Inverno (Sábado, 23.55, Quatro)

Servindo-se de um argumento de Stewart Stern que, de certo modo, retoma a estrutura de *Morangos Silvestres*, de Bergman, o realizador Gilbert Cates encena neste filme um pretensioso estudo psicológico de uma mulher de meia-idade, casada com um oftalmologista, que é colocada perante os dramas da frigidez, os traumas da sua meninice e as recordações do passado. Bastante irregular, o filme apresenta entretanto duas interessantes composições dramáticas - a cargo de Joanne Woodward, bem acompanhada de Martin Balsam.



Tóto, Rico e Pobre (Domingo, 14.30, SIC)

O destaque vai para uma das mais populares comédias protagonizadas pelo maior

cómico italiano, Tóto - um espectáculo de representação na figura de um pobre traquinas que ascende à fortuna, com o artifício de algumas vigarices pelo meio...

Ruas do Novo Mundo (Domingo, 22.45, Canal 1)

Trata-se de uma comédia modesta tendo como pano de fundo o processo de adaptação de uma família de emigrantes judeus, de origem russa, vivendo no East Side de Nova Iorque em meados dos anos 80. É o primeiro filme de uma cineasta independente, a escritora Joan Micklin Silver, filmado com poucos recursos e cujos erros se diz prenderem-se mais com a distribuição dos intérpretes do que com a história propriamente dita, relativamente interessante e simpática. De qualquer maneira, dá prazer ver Carol Kane representar o papel da esposa tímida e rejeitada, aqui representando o apego às velhas tradições, em flagrante contraste com as novas realidades envolventes.

Nem Sangue nem Arena (Sexta, 14.45, Canal 1)

Pensado essencialmente como uma comédia que pretendia «gozar» o filme norte-americano *Sangue e Arena*, protagonizado por Tyrone Power, *Nem Sangue nem Arena* é um dos filmes que melhor exploram o talento de Mário Moreno, impagável na criação do maltrapilho Cantinflas. Uma oportunidade para rever um dos melhores cómicos do Cinema.

Da Vida das Marionetas (Sexta, 01.05, TV 2)

Primeiro filme «policial» de Ingmar Bergman, *Da Vida das Marionetas* foi realizado na Alemanha, após o *Ovo da Serpente* - num período traumático na vida privada do realizador, que o obrigou a esta espécie de exílio forçado. Recebido algo polemicamente pela crítica de então, este filme «escuríssimo» na carreira do cineasta, debruça-se sobre a história de um homem que mata uma prostituta e que, a partir daqui, se desenrola na procura da verdade - uma temática que, de uma ou outra maneira, é constante no cinema do grande realizador sueco.

Opinião Pública (Sexta, 01.10, SIC)

Em mais este filme incluído no ciclo que a SIC dedica a Charlie Chaplin, está pela primeira vez ausente a figura do vagabundo Charlot. *Opinião Pública* foi realizado em 1923, numa época em que o cineasta já havia conquistado os aplausos incondicionais da crítica. Mas este foi, também, o primeiro filme em que Chaplin abandona certos rodriguinhos sentimentalistas e lamechas que sempre marcaram, pela negativa, as suas grandes obras - e, talvez por isso, ele tenha ganho os aplausos unânimes dos seus companheiros de profissão, e ainda mais, certamente, porque ele marcou um novo arranque nos processos da narrativa cinematográfica, designadamente no plano da montagem. Quanto à história, ela é a expressão de um melodrama banal: os amores de dois jovens da província francesa cuja paixão é contrariada pelos pais e seguem cada um o seu caminho para a grande cidade que é Paris, onde mais tarde vêm a encontrar-se em situações diferentes, com o Destino a fazê-los, de novo, separar. Estranha-se, entretanto, a hora e o espaço de programação em que o filme é transmitido pela SIC - a exemplo do que já acontecera, de outra maneira, com *O Circo* (este incluído no espaço «Majores de 17») - ao mesmo tempo que esta estação, por exemplo, decide escolher para as 22.30 da passada segunda-feira, um subproduto de contornos altamente confusionistas, como era esse espectáculo de violência racista e fascista que dava pelo nome de *Comandos Para Vencer!* Crítérios...

O Conde de Monte Cristo (Sábado, 14.30, SIC)

Trata-se da enésima adaptação (entre mais de duas dezenas) que o cinema conheceu da célebre obra de Alexandre Dumas. Esta realizada, sem génio, por Autant-Lara, que preferiu o lado decorativo e pleonástico da encenação à denúncia da sociedade da época que o autor original tão bem soubera expressar no seu romance. Uma decepção.

Paixões Cruzadas (Sábado, 23.55, TV 2)

O título original esconde a origem francesa do filme. Um filme que opta pela coragem de filmar a preto-e-branco, nos anos 80, o



Celia Johnson e Trevor Howard, em «Breve Encontro», de David Lean

Tempos Modernos (Segunda, 22.00, SIC)

Esta é, talvez, uma das obras-primas de Charlie Chaplin mais importantes do ciclo apresentado pela SIC - e a última em que a figura de Charlot delicia os espectadores. A história é por de mais conhecida, para aqui nos alongarmos na sua explanação. Refira-se que, embora já realizado vários anos após o surgimento do «sonoro», o filme mantém todas as características dos grandes filmes «mudos» de Chaplin, constituindo uma poderosa sátira à sociedade industrial e uma denúncia feroz da exploração da mão-de-obra na produção em série. Várias sequências ficaram históricas neste filme: a do «bailado» junto da cadeia de produção, a da mirabolante corrida de patins ou a da canção improvisada no *cabaret*, sem esquecer a célebre sequência em que, com uma bandeira vermelha nas mãos, Charlot se vê convertido ao papel de casual e principal agitador de uma manifestação...

Estranhos Visitantes (Terça, 14.50, Canal 1)

Inspirado numa peça teatral de Geoffrey Kerr, *Estranhos Visitantes* é uma história de espionagem desenrolando-se à volta dos planos dos nazis para roubar os segredos de uma bomba criada pelos cientistas britânicos. Nas mãos de Hitchcock (no qual, aliás, tenta inspirar-se) poderia ser uma peça de irresistível humor negro e suspense. Mas Anthony Asquith não tem visivelmente unhas para a encomenda - e o filme fica a meio vapor. Salvam-se as interpretações de Leslie Banks e John Mills.

Boa Noite, Sr. Wallenberg (Terça, 00.55, TV 2)

Num momento em que *A Lista de Schindler* alcança na sua exibição comercial o êxito e a repercussão que se conhece (e cuja operação de promoção nos media é verdadeiramente imbatível) a visão deste filme desconhecido entre nós, do realizador sueco Kjell Grede, pode ser interessante, já que o seu argumento também desenvolve essa outra história real de Raoul Wallenberg, o embaixador sueco em Budapeste que consegue salvar a vida de mais de sessenta mil judeus das garras de Eichman e dos seus colaboradores húngaros.

Breve Encontro (Quarta, 14.50, Canal 1)

Um médico e uma dona de casa, ambos com uma aparentemente pacata e feliz vida conjugal, chegam à fala por mero acaso numa estação de caminho-de-ferro - e ambos se separam, pouco depois, em direcções diferentes. Mas a cena repete-se todas as quintas-feiras, quando o médico vem dar uma consulta a um hospital que não é o seu e quando a dona de casa aproveita este dia para ir ao cinema ou fazer compras. E é a partir destes breves encontros, em que trocam impressões sobre os pequenos problemas da vida e sobre as suas memórias, que nasce uma crescente paixão entre os dois desconhecidos, sobretudo despertada quando um deles falha a rotina. Até que ambos reconhecem ser esta paixão impossível e partem, de novo, cada um para seu lado, sem mais se encontrarem. David Lean encena, aqui, um dos seus filmes mais brilhantes - talvez hoje um pouco envelhecido - ao fazer contrastar a «normalidade» das respectivas vidas familiares com a «aventura» dos furtivos e apaixonados encontros. De qualquer modo é, ainda, um espectáculo de representação de Celia Johnson e Trevor Howard, a não perder.

Ligação Fatal (Quarta, 22.20, Canal 1)

«Uma jovem e rica herdeira é vítima de um maquiavélico plano cujo objectivo é eliminá-la e aliviá-la dos seus milhões. O plano envolve um jovem gíolo, o seu padrasto e um polícia que esteve apaixonado por ela nos tempos da sua adolescência.» Neste seu terceiro filme (e primeiro realizado nos EUA), o realizador americano Bob Swaim inspira-se claramente nos melodramas policiais dos anos 40, quando as vítimas eram atraentes e os assassinos uns facinorosos. É o que acontece, com muitos altos e baixos, nesta história de crime, com resultados desiguais, que tem no centro uma jovem de fala sussurrante e desarmante vulnerabilidade, muito bem interpretada por Meg Tilly.



Charlot, com uma bandeira vermelha nas mãos, prepara-se para «liderar» uma manifestação, em «Tempos Modernos», de Chaplin

TV2: um caso de

Factura Falsa

■ Correia da Fonseca

Se se cumpriu o anunciado pela RTP, na passada quarta-feira foi transmitido o último programa da série «Ouvir e Falar» de António Victorino d'Almeida. Alguns terão conseguido acompanhá-la, ao longo das semanas, através dos ziguezagues horários a que a sujeitaram. Alguns, mas creio que relativamente poucos. Tenho para mim como certo que nenhum outro trabalho anterior de Victorino d'Almeida chegou a um auditório tão reduzido, porque nenhuma outra rubrica sua foi tão maltratada quanto à inserção na grelha de programas. O exílio para a TV2, ao abrigo do sólido pretexto de que a «2» é que é o «canal cultural», sempre lhe enfraqueceria a audiência. A instabilidade quanto ao dia e ao horário de transmissão foi um segundo e porventura decisivo factor a dificultar o acesso regular a «Ouvir e Falar».

O maestro e os riscos

Leio o que, há dias, escreveu o crítico francês Alain Rémond (que isto da crítica de Televisão não é uma diabólica originalidade portuguesa, ao contrário do que alguns parecem supor) acerca de Richard Bohringer: «Alguns, sem que saibamos como o fazem, chegam, instalam-se, falam, e toda a gente se cala, toda a gente olha e escuta. (...) Ainda ele não disse três frases e já estamos subjugados, fascinados. (...) As palavras acendem-se como luzes, explodem como foguetes, falam-nos de alma para alma.»

Leio, e lembro-me de António Victorino d'Almeida, não apenas neste seu último programa como em todos os que nos deu. Leio e desespero-me por a RTP ter desperdiçado assim, por más e incertas horas, a sua capacidade de comunicar e o obstinado gosto de partilhar conosco o amor pela música.

Para mais, Victorino d'Almeida acentuou neste seu «Ouvir e Falar» a vertente didáctica que sempre animou as suas intervenções na TV, e para tanto decidiu-se a aceitar riscos, alguns dos quais porventura excessivos, o que de resto não é raro nele. Neste caso, terá sido especialmente destinado a um trabalho de divulgação cultural no cumprimento de um contrato celebrado com o Estado. Quer dizer: o maestro terá acreditado no cumprimento de um contrato que a RTP de facto não leva a sério. Assim, o clima de «juízo» a decorrer num cenário aliás tosco e feio, dir-se-ia que de inspiração funerária, com «advogados» de acusação e defesa, «jurados» a reunirem antes de pronunciarem veredictos e, por outro lado, a presença de intérpretes da «outra» música, a chamada «ligeira», visavam atrair segmentos de público mais amplos do que supostamente lhe é costume. Essa estratégia precisava, porém, da cumplicidade da própria RTP. Victorino d'Almeida esqueceu-se, decerto, que a TV estatal não tem o hábito, nem o gosto, nem a íntima vocação de colaborar empenhadamente nessas coisas da cultura. Não, em rigor, porque o seu negócio sejam os números: a verdade é que a suposta prestação do chamado serviço público, no qual inevitavelmente avulta uma programação culturalizante, lhe permite embolsar uns milhões de contos/ano que fazem a assumida inveja dos operadores privados, e esses são números mais que interessantes. Talvez antes, ao que é legítimo supor, porque nutre pela cultura uma aversão que remonta porventura a estórias antigas, gravadas no seu quadro genético, que falam de homens que puxavam do revólver quando certas palavras lhes chegavam aos ouvidos.

O caso é que a rubrica de António Victorino d'Almeida, aparentemente tão despreciada pela RTP, ainda assim não sofreu o tratamento escandaloso que outras rubricas receberam.

O golpe da madrugada

Talvez não seja irrecusável que um canal de TV com preocupações culturali-

zantes mantenha rubricas consagradas a certos temas que tradicionalmente são entendidos como componentes culturais: livros, artes visuais, música dita «séria» (qualificação inadequada que contudo visa excluir o cantiguismo que se contenta com musiquinhas de sol-e-dó sobre palavras de repiupiu), teatro, cinema, ciências. De qualquer modo, é a própria RTP que reconhece a necessidade, ou a vantagem, ou a obrigação, de dar atenção a esses temas ao manter na programação da TV2, com carácter regular, programas dedicados a tais assuntos. Acede a fazê-lo, porém, com tão manifesta má-vontade que mete pena. Pior: que indigna. Porque, neste caso, da má-vontade à má-fé vai uma tão curta distância que só a extrema benevolência é capaz de dar por ela.

A grande música é despachada sumariamente num programa transmitido aos domingos, pela hora do almoço, de modo a que o contraponto de Bach ou as veemências de Beethoven pos-

sam misturar-se com o tinir dos talheres. De livros e leituras, nem uma só rubrica se ocupa agora especialmente. A desvergonha maior, contudo, revela-se com o tratamento dispensado aos chamados magazines de cinema, de teatro, de artes visuais, de ecologia e outras ciências, todos eles transmitidos já de madrugada, entre a meia-noite e as duas horas da manhã, num ostensivo desprezo pelo público neles interessado e pelas obrigações contratualmente assumidas perante o Estado. É, já se deixa ver, um comportamento só explicável pela antecipada certeza de impunidade: a RTP sabe que com este provocatório desaforo lhe serão recusados os milhõezinhos que fazem a concorrência empalidecer de despeito. Não, entenda-se, porque as estações privadas estejam mais preocupadas que a RTP com o atraso cultural do País. Apenas, muito provavelmente, porque com aquele dinheiro, se também lhe fosse dado troco de quase-nada, poderiam comprar mais uma série americana, mais umas tele-

novelas, os direitos de transmissão de mais alguns futebolis.

Uma cobrança «a descoberto»

Temos, pois, que a Radiotelevisão Portuguesa SA cobra dinheiros, e não poucos, por serviços que não executa, ou que executa tão escassa e ineficazmente, tão desinteressada de sequer guardar aparências e recatos, que nem minimamente responde às obrigações assumidas. O incumprimento é ainda agravado pela circunstância de transmitir, no pretenso «canal cultural» e nos horários que deveriam estar reservados para mais honesto destino, rubricas de duvidoso valor cultural mas de maior rentabilidade em termos de audiência fácil e, por consequência, de provável afluxo publicitário. No fundo, é qualquer coisa de parecido com a venda da mesma mercadoria a dois clientes, prática, talvez de grande engenho comercial mas condenada pelos que ainda se preocupam com questões de lisura.

Quer isto dizer que a cobrança pela RTP de avultadas verbas pela prestação de um serviço público de televisão de índole cultural se configura como um caso peculiar de factura falsa. Mas, já se vê, não há-de ser nada. ■



de FOICE

Henry man

Por mais voltas que lhe dê, para mim o Infante D. Henrique continua a ser aquele boneco de plástico pequenino, saído numa qualquer farinha Amparo da minha infância, a que pintei um bigode para lhe dar mais credibilidade, vestido a rigor pela minha avó e com um chapéu aerodinâmico concebido a partir de um dedal de plástico, uma rodela de cartão e uma tira de pano forrando tudo e caindo displicente pelas costas abaixo à laia de cachecol.

Estava então na primária e alguma ordem superior nos mandara ilustrar os Descobrimentos, a propósito de qualquer efeméride de que não guardo memória. Bem vivas na lembrança, isso sim, as réplicas do promontório de Sagres e da caravela saídas do engenho do meu avô, o mar de prata de chocolates colecionada de propósito e que serviu de pretexto para um consumo intensivo, e o prémio que descaradamente arrecadei à conta do engenho familiar.

Era um tempo em que a História não se discutia e a aprendizagem se fazia cantando os feitos dos nossos ancestrais, todos muito bons, muito justos, muito inbuídos do supremo dever de expandir a fé e o Império. Os manuais escolares alimentavam convenientemente o nosso imaginário nesse piedoso conceito, cimentando certezas virgens de todas as dúvidas, com imagens do Infante-pensador, do Infante-navegador, do Infante-santo, a mostrar ao futuro da nação que nós eramos que aquele era o caminho certo e seguro dos grandes feitos. O Algarve era então ainda uma realidade distante e inacessível.

Cresci na convicção de que na Ponta de Sagres um homenzinho de plástico vigiava as marés, olhos perdidos no horizonte, enquanto na Escola Náutica ali ao lado crianças mais sortudas do que eu aprendiam a arte de bem navegar, entremeada por uns mergulhos no oceano, enquanto a mim me tinha cabido em sorte uma ribeira.

Só anos depois, quando a sede de respostas me fez vencer a aversão pelos volumes gordos da biblioteca lá de casa e mergulhar de cabeça em leituras não recomendadas pelo index oficial, descobri que sob a fé e o Império, as ordens de cristo, os espíritos iluminados, a devoção à ciência, outros luzídios valores se encobriam, que o Infante - por sinal meio-inglês - afinal não foi navegador, que em Sagres não há vestígios sequer de escola náutica, que a olhar o horizonte do promontório só mesmo o farol, que a História não tem uma versão única, que muitos foram os homens e mulheres de que não reza a História mas de facto a fizeram.

Seiscentos anos depois do que se diz ser a data do nascimento do Infante, consola-me saber que estudiosos de todos os matizes continuam a não se entender quanto ao seu perfil e obra.

Escusado será dizer que me tornei céptica em matéria de heróis nacionais, excepção feita a D. Afonso Henriques, que segundo reza a minha versão preferida da História andou país fora atrás do enviado do Papa que não havia meio de se encher de coragem para lhe comunicar a excomunhão, e que quando finalmente o encontrou e perguntou ao que vinha não só obteve o perdão como a anulação da dívida reclamada por Roma. É por estas e por outras que ainda não tive coragem de ler a História do Mattoso. Se ele - com o seu rigor histórico - me tira o D. Afonso Henriques, acabo os dias a enfeitar bonecos de plástico com espadas de papelão.

AF

Jerónimo de Sousa Os trabalhadores confiam neste Partido!

O aniversário do PCP e o Dia Internacional da Mulher foram, como já é da tradição, comemorados pelos camaradas que trabalham na sede central do PCP, na Soeiro Pereira Gomes. Durante o convívio que reuniu ao fim da tarde dezenas de dirigentes e militantes comunistas, tomou a palavra o camarada Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do Comité Central, que se referiu ao significado de ambas as datas, no quadro, ainda, das comemorações dos 20 anos do 25 de Abril.

Depois de sublinhar que os comunistas celebram o aniversário de Abril «como o acto e o processo mais moderno e avançado da nossa época contemporânea, acto e processo que contou com a participação dos trabalhadores e das massas populares, acto e processo de liberdade e de democracia adquiridas e exercidas, para a dignificação da vida das pessoas, para potenciar e afirmar valores éticos e cívicos na busca de um dever colectivo mais justo e mais solidário», o dirigente comunista lembrou:

«Estivemos e estamos em todas as batalhas para evitar a destruição e a descaracterização das ideias e das transformações de Abril. Não esmorecemos nesse combate. Numa posição de resistência, é certo, mas também com a convicção de que os seus valores, os seus ideais, não de ser agarrados por gerações mais jovens que os não de projectar e concretizar no futuro.»

Referindo-se, mais adiante, à poderosa ofensiva da direita e do grande capital, Jerónimo de Sousa acentuou:

«Vivemos uma crise que não é para todos, já que, noutra pólo, crescem os privilégios e as grandes fortunas de uma minoria, à sombra da política do Governo PSD.

«O nosso Partido considera decisivo e indispensável afastar a direita do poder e reunir condições para uma alternativa democrática. A base mais sólida e o caminho mais seguro para

alcançar tal objectivo passa necessariamente pela movimentação e a luta de massas, pelo diálogo e acção comum ou convergente dos democratas portugueses.»

Depois de abordar as batalhas a travar, entre as quais as próximas eleições para o Parlamento Europeu, o camarada concluiu:

«Temos a consciência de que não saímos incólumes da poderosa ofensiva da direita, nem das consequências das alterações e mutações verificadas em Portugal, na Europa e no mundo.

«Temos a consciência do grau de destruição das transformações e realizações de Abril e dos direitos dos trabalhadores.

«Sem abdicar da nossa luta de resistência e de denúncia, estamos atentos e procuramos acompanhar as novas realidades, ao pulsar da vida, persistimos na necessidade de renovar, de melhorar o nosso funcionamento e organização, privilegiando a nossa ligação às massas, particularmente aos trabalhadores, identificando-nos com os seus problemas e a sua luta. E esta é a chave do segredo do Partido, do nosso Partido, com uma influência social mais vasta que a sua influência eleitoral.

«Quando ainda na semana passada se realizaram eleições para a Comissão de Trabalhadores da TAP e, pela primeira vez ao fim de 18 anos, a lista que integrava os comunistas alcançou maioria absoluta, quando vencemos pela primeira vez as eleições no Banco de Portugal, se recuperou a maioria na CT da Lisnave, se reforçaram as posições unitárias na Setenave, na Caixa Geral de Depósitos e em tantas empresas onde só a voz e as posições do Partido se fazem ouvir na luta solidária e de resistência, percebemos que os trabalhadores não só precisam como confiam neste Partido.»



Delegação do PCP recebida pela Ordem dos Médicos

Uma delegação do PCP dirigida pelo secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, deslocou-se na terça-feira à sede da Ordem dos Médicos onde foi recebida, a seu pedido, por uma delegação da Ordem encabeçada pelo seu bastonário, Dr. Santana Maia. O encontro destinou-se a proceder a uma troca de opiniões sobre a situação na área da saúde em Portugal.

Área protegida em Cascais Deputados comunistas investigam autorização de construção

O Grupo Parlamentar do PCP requereu ao Governo cópia de «provas suficientes apresentadas pela Sociedade Cabo Raso - Sociedade de Empreendimentos Turísticos SA» que lhe permitiu «concluir que é alheia às causas de deflagração do incêndio» que atingiu aquela zona da Área Protegida Sintra/Cascais.

Também em outro requerimento, subscrito pelos deputados João Amaral e José Manuel Maia, se pede ao Governo, através da Ministra do Ambiente e Recursos Naturais, que informe com urgência se se confirma a suspensão da eficácia do despacho que levantou a proibição de acções urbanísticas na Zona do Raso.

Recorde-se que a «mais viva apreensão e repúdio» foram a semana passada manifestados pelo PCP a propósito da decisão do Governo de levantar a proibição de construção imobiliária em áreas florestais atingidas por incêndios, no que respeita à zona do Raso, no Guincho, «tanto mais que esta decisão incide sobre uma zona particularmente sensível e de elevado valor ambiental» e «sobre a qual de há muito são conhecidas as pretensões de construção por parte de grandes sociedades imobiliárias designadamente ligadas à família Champalimaud», lê-se numa nota a esse propósito emitida pelo Gabinete de Imprensa do Partido Comunista Português, e que na semana passada divulgámos.

Com Carlos Carvalhas Dia da Mulher comemorado no Porto

«Igualdade na lei, igualdade na Constituição da República, mas não na vida nem em factos.» Esta a «grande questão que nos deve preocupar hoje, neste dia de festa e neste Encontro de convívio, de amizade e de alegria», afirmou o secretário-geral do PCP, na grande iniciativa promovida antontem pela DORP e que reuniu mais de quinhentas pessoas no salão do Teatro Rivoli, no Porto.

Antes do discurso do dirigente comunista, interveio a camarada Teresa Duarte, da DORP, a que se seguiu um momento de poesia declamada, apresentado pela pintora Isabel Cabral.

Disseram poemas a actriz Carla Maciel e Fernanda Ramalho. Virgínia Moreira disse um poema de sua autoria. Ilda Figueiredo também participou com um poema. Cantigas, com Roberto e Manuela, um jantar volante, ofertas, animaram o convívio em que tomou a palavra Carlos Carvalhas.

«Comemorar o 8 de Março hoje», disse, «é também fazer dele um ponto alto na luta emancipadora, na informação dos direitos, na denúncia das discriminações e na valorização e respeito pelo papel das mulheres na sociedade.»

